



Jutaí

histórias contadas à sombra do jatobá

Silvia Maria de Oliveira

Dimas José Lasmar

(orgs.)



editora
UEA

Jutaí

histórias contadas à sombra
do jatobá

Governo do Estado do Amazonas

Roberto Maia Cidade Filho
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-reitora

*editora*UEA

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Gerente

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

Conselho Editorial



editora
UEA

A marca da *editora***UEA** é baseada em uma peneira *baniwa*. A escolha do objeto para servir como ponto de partida para elaboração do elemento gráfico que compõe a marca, se deve à semelhança do exercício da função do objeto, a de filtro, atuando para refinar a matéria-prima que passa pelos traçados, com o trabalho de uma editora que realiza basicamente o mesmo processo ao transformar originais em livro.

Silvia Maria de Oliveira
Dimas José Lasmar
(orgs.)

Jutaí

histórias contadas à sombra
do jatobá

 *editora*
UEA

Rebekah Pereira
Projeto Gráfico

Raquel Maciel
Adaptação e Finalização

André Teixeira
Sindell Amazonas
Revisão

Augusto C M O Tuchaua
Patrocinador

Iasmim Rodrigues
Diagramação
da versão impressa

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas.
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

J91
2026

Jutaí: histórias contadas à sombra do jatobá / Orgs: Silvia Maria de Oliveira, Dimas José Lasmar. 1. ed. – Manaus (AM): Editora UEA, 2026.
194 p., 22 cm [E-book]
Formato PDF

ISBN 978-85-7883-870-6

Inclui referências bibliográficas

1. Literatura amazonense. 2. Município-Jutaí. 3. Histórias.
I. Oliveira, Silvia Maria de (org.). II. Lasmar, Dimas José.
III. Título.

CDU 1997 – 821.134.3 (811.3)

Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB-11/484

Editora afiliada
 **ABEU**
Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 992058858
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

Apresentação

Dimas Lasmar¹

Este prosaico livro foi inspirado no desejo do meu pai, Elizeu Lasmar, que me comentou nos anos 80 do século passado o desejo de deixar alguma contribuição escrita sobre fatos da história de Jutai. Em 2013, meu padrinho Francisco Moura manifestou o mesmo desejo, como dizia ele, mais ou menos assim: “sou cidadão de coração e ex-prefeito de Jutai e como meu compadre Elizeu, também ex-prefeito, gostaria de deixar alguns registros da nossa história”.²

Infelizmente não foi possível que Moura acompanhasse o desenvolvimento e lançamento desta obra, visto que falecera em 2018, e nem meu pai, por se encontrar doente e incapacitado em decorrência de AVC (2002), falecendo em 2022.

A pedido do padrinho Moura, assumi o compromisso de organizar este livro, cujo anúncio ocorreu no final de 2013 em uma confraternização na casa da tia Silvia, tendo pouco progresso desde então até a pandemia da COVID-19, quando todos ficamos confinados em nossos lares e, por fim, sendo concluído agora. Infelizmente, apresentando ainda muitas lacunas, mesmo de dados simples.

O livro trata, sobretudo, de reminiscências de fatos que ocorreram a partir da última década do século XIX em Jutai, com maior ênfase a partir da metade do século XX. Descreve atos e personagens da política e do comércio, “causos e contos”, alguns verdadeiros e outros nem tanto, relatados por descendentes das famílias influentes e de pessoas próximas contemporâneas. Não ignora os enredos, intrigas, traições e mexericos, muitos deles tratados superficialmente pela suscetibilidade, por envolverem famílias de comerciantes e políticos, nossos parentes, que conviveram, competiram e cooperam; que brigaram e mantiveram

1 Nasceu em 1958, filho de Elizeu e Cleia Lasmar.

2 Francisco Chagas de Moura (1932-2018) foi prefeito em três mandatos; Elizeu de Araújo Lasmar (1928-2022) foi prefeito em um mandato.

laços fraternais; e que casaram seus filhos entre suas famílias. Por fim, aborda a ocupação territorial e aspectos socioeconômicos do município.

Com um título que faz alusão à árvore símbolo do município, que por décadas foi uma referência de distância e localização, sem a preocupação do rigor científico e estilo na escrita, prevaleceu o desejo de contribuir com relatos de fragmentos da nossa história, a história de nossos antepassados e de pessoas próximas, de quem testemunhou, “ouviu dizer” e do que “me contaram”, complementadas com informações de diversas fontes.

Agradecimentos

A publicação deste livro só foi possível porque contou com a contribuição de várias pessoas que participaram direta ou indiretamente, escrevendo, dando depoimentos, enviando mensagens gravadas ou escritas por e-mail ou rede social. Expressamos nossa gratidão a todos que contribuíram em nome daqueles citados.

Agradecemos ao Willys (Mourinha), pelo esforço em reproduzir os textos para o computador, escritos por seu pai Francisco, o Moura, na máquina de escrever Remington, apesar de já faltarem algumas teclas, e porque juntamente com o Juarez não perderam a esperança de que o livro um dia seria concluído.

À Suzete, uma de nossas queridas e guerreiras professoras que nos ajudaram nos primeiros passos de nossa alfabetização, por esclarecer fatos obscuros e muito deles pessoais de personagens e de nossos familiares, apesar da dor, que só mãe pode sentir, pela perda trágica de um de seus filhos ocorrida no período em que ela nos dava depoimento.

Ao Carlos Oliveira (Tuchaua), com toda a sua resiliência; ao Antônio Lasmar que nos deixou precocemente; ao Eudes Junior, pela ajuda com as ferramentas tecnológicas, ao Augusto Tuchaua pelo incentivo e apoio; aos Mendes Rosinete (Rosa) e Manoel de Jesus (Juca), sempre colaborativos na busca de informações; ao Vitor Fermin pela costumeira atenção ao relembrar fatos relevantes que aconteceram em nosso município.

A todos os autores que compõem este livro; a muitos outros que diretamente ou indiretamente contribuíram de alguma forma e que nos fizeram lembrar de fatos marcantes, inusitados e alguns bem divertidos, que nossos antepassados, vários de nós, amigos e pessoas importantes para nós experimentamos em alguma fase de nossas vidas em Jutai.

Muito Obrigado!
Os Organizadores

Sumário

INTRODUÇÃO	11
------------	----

Seção I

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ, PRIMEIROS ATOS E A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA	13
A criação de Jutai e a nomeação do primeiro prefeito	16
As primeiras eleições diretas e as correntes políticas	26
O jogo do poder econômico e político	29
Personagens que ajudaram a moldar a política de Jutai	32
Elizeu Araújo Lasmar: o primeiro prefeito de Foz do Jutai	40
Francisco, o segundo prefeito de Foz do Jutai	44
Eleição de 1992: incêndio na Câmara, depredação da Prefeitura e destruição de arquivos	51
Prefeitos: cronologia por eleição dos nomeados e eleitos	54

Seção II

PATRIARCAS E FAMÍLIAS DE COMERCIANTES	59
Luiz Montezuma de Oliveira (Montezuma) e Pedro Costa de Souza (Pedrão)	63
Cícero Gomes de Oliveira	68
Sergio Mendes Cavalcante	88
Francisco de Araújo Lasmar	94

Seção III

PERSONAGENS, HISTÓRIAS, CAUSOS E CONTOS 101

Personagens que ajudam a melhor entender a história de Jutai 104

A saga dos marujos aprendizes de regatão 114

Lembranças de infância das meninas de Jutai 123

Causos e contos curtos: verdades, meias-verdades e mentiras deslavadas 133

Seção IV

A SOCIOECONOMIA DE JUTAI 140

A ocupação e delimitação territorial 143

Terras caídas de Jutai 156

Trajetória econômica 162

O ouro da riqueza e da pobreza 170

Cenário socioeconômico 176

REFERÊNCIAS 189

SOBRE OS ORGANIZADORES 193



Introdução

O livro está dividido em quatro seções: i. A criação de Jutai, os primeiro atos e personagens da política e prefeitos nomeados e eleitos; ii. Patriarcas e famílias de comerciantes; iii. Personagens, histórias, causos e contos; e iv. A Socioeconomia de Jutai.

Na primeira seção, os três primeiros capítulos baseiam-se em escritos e depoimentos exclusivos de Francisco Moura, ex-prefeito, concedidos entres os anos de 2013 e 2015, que tratam de: i. criação de Jutai, a nomeação do primeiro prefeito, Oswaldo Arantes, em 1955, e de prefeitos que o sucederam; ii. primeiras eleições e a consolidação das correntes políticas; iii. conflitos das famílias Affonso e Lasmar; iv. personagens que influenciaram a política de Jutai e Fonte Boa: Mario Ferreira e Caio Lasmar; v. breve relato de Moura sobre o primeiro prefeito, Elizeu Lasmar, que administrou na sede de Foz de Jutai; vi. breve relato sobre a administração de Moura; e vii. relação dos prefeitos nomeados e eleitos até os dias atuais, com base em pesquisa realizada por Silvia Oliveira.

Na segunda seção, a partir de escritos e depoimentos de membros das famílias, narra-se a trajetória dos principais patriarcas no período de criação de Jutai, da constituição de suas famílias e do progresso de seus negócios. Busca-se destacar a liderança, as relações comerciais com regatões, principalmente de Manaus e de países amazônicos. Descreve-se sua relação com seringais, comerciais com seringueiros e regatões, e as disputas comerciais e políticas.

Na terceira seção, os capítulos foram escritos por diversos autores, discorrendo sobre a vida, trajetória, e a influência de personagens que foram importantes para moldar o comportamento social, religioso, cultural e educacional do povo de Jutai. Retrata experiências de indivíduos de gerações mais novas, aprendidas com os patriarcas nas práticas de regatão e no comércio com seringueiros.

Na quarta e última seção aborda-se a formação territorial, desde sua ocupação, passando pela criação, as configurações geográficas e mudança no espaço territorial da sede face às “terras caídas” descrevendo fatos relevantes do panorama socioeconômico do município.



SEÇÃO I

**A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
JUTAI, PRIMEIROS ATOS E A
CONFIGURAÇÃO POLÍTICA**



Jutaí foi criado no governo de Plínio Coelho em 1955 que nomeou seu primeiro prefeito, Oswaldo Arantes. Fui convidado para integrar a comitiva organizada por Arantes e seguimos para Jutaí, a fim de instalar a sede em um local de nome Boa Vista.

Arantes aliou-se a Mario Ferreira na política de Fonte Boa para confrontar a família Affonso. A partir de 1956, mais três outros prefeitos foram nomeados, encerrando o processo de nomeação em 1960, quando ocorreram as primeiras eleições diretas em Jutaí. Na primeira ganhou um membro da família Affonso, Arnulfo, derrotando Oswaldo Arantes. Duas correntes políticas se consolidaram, de um lado a família Lasmar e da outra a família Affonso.

J. G. Araújo, comerciante importante de Manaus, tornou-se o principal proprietário de seringais em Jutaí em terras que lhe foram concedidas pelo estado, cuja administração inicial coube ao Coronel Nunes, sendo posteriormente substituído pela Família Affonso. Os seringueiros engendraram emboscada contra o grupo da família Affonso, tornando-se um caso simbólico da opressão de seringalistas aos seringueiros.

Caio Lasmar e Mario Ferreira exerceram importante papel como articuladores políticos. Elizeu Lasmar ganhou a eleição de 1968 e transferiu a sede para a Foz de Jutaí, que antes ficava em Pururé. Na administração de Elizeu intensificou-se a rivalidade entre a Família Lasmar e a Família Affonso. Eu ganhei a eleição para o mandato seguinte, ocorrida em 1972, com o apoio de Elizeu, sendo minha primeira eleição, consolidando a sede na Foz de Jutaí. Apresentarei mais a frente a ordem cronológica dos prefeitos e de vereadores que consigo lembrar.

Descreve fatos importantes da administração de Moura e Elizeu em seus mandatos de prefeito, do importante papel de Caio como articulador político e de Mario que passou de modesto comerciante a ferrenho opositor político dos Affonso, tornando-se também um dos principais personagens políticos tanto em Fonte Boa quanto em Jutaí.

A CRIAÇÃO DE JUTAÍ E A NOMEAÇÃO DO PRIMEIRO PREFEITO

Francisco Moura¹

Eu, Francisco Chagas Souza de Moura, farei um relato, inicialmente, dos atos legais e políticos de criação do município, que envolve o governador do estado, Plínio Ramos Coelho (1920-2001) e o prefeito nomeado pelo governador, Arantes José Arantes. Plínio foi governador do estado do Amazonas em dois mandatos: 1955-1959 e 1963-1964, este interrompido pelo governo militar. Arantes ocupava o cargo de tesoureiro adjunto no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), hoje o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), casado com Neuza Arantes com quem teve quatro filhos.

Nomeação de Oswaldo Arantes, o Primeiro Prefeito

Figura 1 - Oswaldo José Arantes



Fonte: Acervo de Zenir (filha de Cícero Tuchaua)

¹ Nasceu em Manaus (1932-2018, *In memoriam*).

Os registros oficiais indicam que o município de Jutai (distante de Manaus em aproximadamente 720 km em linha reta), foi criado pela Lei nº 96 de 19 de dezembro de 1955 (na página do IBGE consta 11 de abril)², sancionada pelo governador Plínio Coelho. No ato, o governador nomeou o primeiro prefeito, Arantes, que tomou posse no cargo em solenidade no Palácio Rio Branco (O edifício foi erguido entre os anos de 1905 e 1938, onde atualmente é a Assembleia Legislativa do Estado desde a década de 1970), com a presença de várias autoridades do Estado. Jutai antes desse ato era um vilarejo pertencente ao município de Fonte Boa.

Empossado, o prefeito Arantes iniciou os preparativos para seguir com sua comitiva para a Foz do Rio Jutai. Nesse ínterim pediu a seu tio Cícero Oliveira e outros parentes, bem como a amigos e diversos outros residentes de Jutai para recepcioná-lo e a sua comitiva na chegada. A família Lasmar, que tinha como patriarca Francisco, de origem libanesa, concentrava-se na Vila Lasmar.

Eu era um dos membros da comitiva do prefeito nomeado. Além dele, também faziam parte do grupo: Josino Veiga, Francisco Soares, Edmilson Martins (conhecido como Bazar) e Ordônio, cujo sobrenome não recordo, e alguns outros. O grupo zarpu do Porto de Manaus às 8 horas do dia 5 de maio de 1956, enfrentando na viagem alguma turbulência. O barco era de pequeno porte, uma lancha de 8,5 metros de comprimento, equipada com um motor de baixa potência, máquina de 7-8 HP. A viagem durou 10 dias (atualmente uma lancha a jato faz a mesma viagem não mais que em dois dias), com pouco conforto para as 12 pessoas do grupo.

Os moradores de Jutai aguardavam com ansiedade pela comitiva, na esperança de alguma mudança no panorama político, dominado pela família Affonso, que também dominava o comércio, muitas vezes com métodos agressivos, mesmo para aquela época. A grande maioria dos seringais pertencia à família Affonso, enquanto as famílias Lasmar e Oliveira possuíam alguns.

A comitiva do prefeito foi recebida com muita alegria e festa pelos residentes, pela esperança de que algo mudasse para melhor na relação dos donos dos seringais com os seringueiros. Todavia,

2 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/jutai/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2026.

essa insatisfação tornou-se crescente a tal ponto de ter um episódio trágico anos depois. Por cerca de meio século, a relação dos seringalistas com os seringueiros no estado era considerada bastante opressiva, sendo um exemplo desse modelo a praticada pela família Affonso em Jutai.

Enquanto os donos de seringais ganhavam muito dinheiro, levando uma vida confortável e até de ostentação, os seringueiros que eram contratados para a extração do látex e produção da borracha se mantinham pobres, não tendo nem a opção de negociar o valor do produto. Aceitavam o preço impostos pelos seringalistas, mesmo aqueles que eram independentes vendiam sua produção para os seringalistas, sem a proteção do poder público, que não exercia qualquer interferência em favor dos seringueiros.

Mesmo após a 2ª Guerra Mundial, quando o preço já havia caído bastante, a borracha produzida do látex da seringueira ainda tinha um valor de mercado atrativo. Entretanto, nos anos cinquenta do século XX já estava em declínio pela concorrência dos seringais planejados da Ásia. A Malásia era o principal concorrente após a domesticação introduzida pelos ingleses das mudas da seringueira que levaram da Amazônia.

A família Affonso não exercia seu poder restrito apenas ao espaço geográfico de Jutai. Pelo poder que detinha na época estendia sua influência na política de Fonte Boa, município ao qual pertencia Jutai antes de sua emancipação. Fabiano Affonso, irmão de Benjamin, governou Fonte Boa de 1936-1937, envolvendo-se na morte de Manoel Nunes, fundador de Porto Nunes, que viria se transformar em Porto Affonso. Fabiano, ao ser preso juntamente com seus parceiros e levado para Manaus, foi substituído na prefeitura por Francisco de Nascimento, retornando posteriormente por ser considerado impronunciado (Lisboa, 2013).

Embates Políticos de Arantes

A comitiva que partiu de Manaus em 5 de maio com o prefeito nomeado aportou na Foz do Jutai em 15 de maio de 1956, às vésperas de uma eleição suplementar no Município de Fonte Boa, que se realizaria no dia 20 de maio daquele mesmo ano. Arantes, o prefeito nomeado, tomou uma decisão política: aliou-se ao grupo de Mário

Ferreira apoiando-o para fazer oposição ao grupo dos Affonso na eleição de Fonte Boa. A família Affonso era de comerciantes poderosos que dominavam a política em Fonte Boa, mas que residia na Vila de Porto Affonso, em território que viria a integrar o município de Jutai após sua criação.

Os eleitores de Jutai – recém-desmembrado de Fonte Boa -, que ainda mantinham o direito de votar em Fonte Boa, liderados pela maioria dos principais comerciantes, apoiaram a posição política de Arantes. Os comerciantes exerciam atividades em comunidades organizadas e conhecidas como vila: Vila Tuchaua, comandada por Cícero Oliveira; Vila Lasmar, comandada pelos irmãos da família Lasmar; Vila Sonia, comandada por Antônio Ferreira, irmão do Mario Ferreira. Vila Costa, comanda por Pedro Souza; e Vila do Copatana, comandada por “Cacheado”, cujo nome não recordo. Todos eles tiveram uma família numerosa, com vários filhos.

Voltando à eleição suplementar de Fonte Boa, o candidato adversário de Mario Ferreira, Francisco Camelo Cavalcante, contava com o apoio do grupo da família Affonso, cuja influência política já perdurava por cerca de 20 anos. O desgaste político dos Affonso já era manifestado por parcela bem expressiva dos eleitores. A eleição já havia sido anulada por duas vezes, até a conjunção de forças liderada por Arantes apoiou Mario Ferreira, sendo a terceira eleição suplementar.

Para que não corresse o risco de mais uma eleição anulada, o Tribunal Regional Eleitora do Estado substituiu o Juiz da comarca de Fonte Boa, Dr. Silva Costa, nomeando em seu lugar o Juiz de Direito Dr. Paulino Gomes, considerado homem íntegro, que presidiu a eleição com muita transparência. Como já era esperado, Mário Ferreira venceu a eleição com esmagadora diferença, sendo imediatamente empossado.

Esse fato marcou a segunda derrota política dos Affonso, já que a primeira e principal fora a criação do Município de Jutai, que se desmembraria de Fonte Boa. Credita-se a esses fatos o surgimento de um ambiente favorável para a quebra do quase monopólio da borracha em Jutai pelos Affonso, por meio da empresa da família Affonso & Companhia.

À parte a política de Fonte Boa, Arantes retornou a Foz do Jutai para organizar o segundo objetivo da viagem, a instalação da sede do Município, sendo escolhida a comunidade de Boa Vista, distante aproximadamente 400 km da Foz. Após 10 dias, em 1º de junho de 1956, às 10h, deslocou-se para o local onde seria a sede do município com um grupo de trabalhadores, levando material de construção e para os trabalhos burocráticos. Algumas pessoas que acompanharam a comitiva, além de mim: os irmãos João e Sílvio de Oliveira, Padre João Van Den Dungen, João do Nascimento, Cesar Haiden, Francisco Alves (Roque), Francisco Montanha e Rosalvo.

Durante a viagem, a comitiva do prefeito ganhava a cada dia mais aliados que compartilhavam da mesma esperança e o mesmo ideal de Arantes, a “liberdade” que representava para eles apenas manifestarem livremente suas preferências de parceiros comerciais, fazer negócios com quem quisessem e ir para onde bem entendessem.

A viagem transcorreu pelas águas escuras do Rio Jutai, em um ambiente descontraído, de manifestação espontânea e de muita alegria. O prato principal nas principais refeições já era o tambaqui na época, peixe que viria a ser o mais requisitado pela culinária amazônica, doado ao prefeito na maioria das vezes pelos ribeirinhos por onde passava no barco.

Os ribeirinhos demonstravam muita alegria pela nova atmosfera e sonhavam por dias melhores, com a expectativa de mudanças na relação comercial que até então era exclusiva dos seringalistas com os seringueiros do município. Para eles, o Rio Jutai estaria livre para o comércio com qualquer um, com qualquer regatão que aportasse em seus domínios. Após cinco dias de viagem a comitiva finalmente chegou à comunidade de Boa Vista, chegando no dia 6 de junho, às 17 horas, de 1956, onde seria instalada a sede do município, consolidando o desejo do prefeito e a aprovação dos habitantes locais.

A Instalação da 1ª Sede de Jutai

No dia seguinte à chegada, 7 de junho de 1956, a comitiva desembarcou com parte do material de instalação da sede. Antes do início aos trabalhos, foi celebrada uma missa pelo padre João,

que manifestou seu entusiasmo pela promessa de mais liberdade de expressão, de produção da borracha e outros produtos extrativistas, que estabeleceriam novas relações de negócio no recém-criado município.

Deu-se início imediato à derrubada da mata densa e a limpeza do terreno para a construção de um galpão, a fim de abrigar os membros da comitiva do prefeito. Um dos primeiros atos do mandatário foi a de me nomear como secretário de governo para ajudá-lo nos trabalhos administrativos como a elaboração de atas, decretos e portarias.

Vale frisar que de fato os trabalhos começaram com a instalação da sede em 7 de junho de 1956, embora os registros legais indiquem o início das obras em 11 de abril. Havia a necessidade de antecipar a data de instalação nos registros, tendo em vista a necessidade de liberação da 2ª parcela da cota-parte do imposto sobre rendas, que era na época o único recurso repassado pelo governo federal aos municípios. A perda desse recurso teria comprometido as finanças do município. O fato curioso é que foi mantida na Ata a data correta do início das obras: 7 de junho de 1956.

Apesar do jeitinho da mudança de data nos registros formais, o recurso somente foi liberado na segunda metade do ano seguinte, em 1957, recebido na gestão do Novo e terceiro prefeito nomeado pelo governador, o Tenente da Polícia Militar do Estado Sr. José Areosa de Assunção, que já substituíra outro prefeito nomeado, Cristovam Pereira, substituto de Arantes. O terceiro prefeito permaneceu no cargo por apenas seis meses, uma vez que não angariou a simpatia do povo pelo descontentamento da exoneração de Arantes, atribuída à intriga de bastidores da política.

A Destituição de Arantes, Nomeação de Novos Prefeitos e o Blefe

O fundador e primeiro prefeito de Jutai, Oswaldo José Arantes, foi nomeado pelo, então, governador do Estado, Plínio Ramos Coelho, em 19 de dezembro de 1955, no mesmo ato de criação do município.

Em menos de um ano após ser nomeado, Arantes foi exonerado pelo mesmo governador para satisfazer a um pedido de um deputado de oposição, eleito pela UDN, que havia ingressado no grupo político do governador. Foi nomeado para o lugar de Arantes, Cristovam Pereira, que era ligado ao referido deputado da UDN, residente do município de Fonte Boa, sendo posteriormente substituído por ato do governador, pelo tenente de polícia José Areosa de Assunção. O povo de Jutai, porém, não ficou satisfeito com a destituição de Arantes e resolveu intervir contra a posse do novo prefeito nomeado.

Nesse ínterim, permaneci na prefeitura para não abandonar. Aproveitei o clima de insatisfação, não apenas aderi, mas também passei a liderar o movimento popular como resistência contra a nomeação do novo prefeito para que ele não assumisse o cargo. É importante lembrar que na época não existia câmara de vereadores.

As movimentações de bastidores e planejamento da resistência já ocorreriam na Foz do Jutai, que se tornou posteriormente a sede do município (localizado na confluência do Rio Jutai com o Solimões), ficando combinado que eu permaneceria na sede, Boa Vista, aguardando o novo prefeito.

Boa Vista era uma das comunidades de Jutai, próxima de Nova Vida, importante seringal, onde ocorreu anos depois o conflito entre o grupo da família Affonso e seringueiros, fato marcante do município. Nesse intervalo de tempo, espalhei um boato de que os seringueiros residentes nas comunidades adjacentes à Boa Vista estavam fortemente armados, totalizando, aproximadamente, 100 homens, e que aguardavam o novo prefeito dispostos a qualquer ato para não permitir sua posse. O boato espalhou-se rapidamente, criando pânico e especulação de possível conflito e tragédia.

Após três meses de planejamento em Fonte Boa, o novo prefeito nomeado, Cristovam Pereira, partiu com destino a Boa Vista, sede de Jutaí. Ao longo da jornada ele começou a ouvir rumores do movimento contrário à sua posse, com risco de agressão, temor compartilhado entre os membros de sua comitiva. Alguns deles, constatou-se depois, ficaram apavorados com uma possível tragédia, desistindo de seguir viagem com a comitiva do novo prefeito. Este, entretanto, manteve a crença de que o imbróglio poderia ser resolvido com diálogo e decidiu continuar a viagem e cumprir a missão para a qual foi designado.

Eu tinha apenas 23 anos de idade, mas já me considerava maduro e de ideias firmes, capaz de atos de coragem, como era comum nos jovens da época para demonstrar virilidade. Prometi ao meu “amigo e companheiro de luta” Arantes, que eu não deixaria o novo prefeito assumir, pelo menos até que ele conversasse com o então governador Plínio Coelho – que era seu compadre – na tentativa de reverter sua substituição por outro prefeito. Antes de partir para Manaus, Arantes deixou sob meus cuidados o barco da prefeitura e um revólver com a condição de que eu não usasse a arma contra alguém, menos ainda contra o novo prefeito.

Parti de Foz de Jutaí para Boa Vista, sede do município, em uma viagem que durou cinco dias, com o propósito firme de aguardar e criar embaraços para o novo prefeito e sua comitiva. Foram três meses de espera, período em que deixei a barba e o cabelo crescerem, a fim de construir a imagem de um homem destemido, assustador, capaz de meter medo nos “intrusos”. Essa “batalha” na minha cabeça dificilmente ficaria restrita ao debate, à retórica, ao jogo de palavras. A luta, no mínimo, no “braço”, parecia inevitável e a luta armada se tornava uma real possibilidade.

Visões de tiroteio e de luta corpo a corpo já pareciam reais para mim, nada a desejar como nos filmes de “bang bang”, que eu costumava assistir nos cinemas de Manaus: Guarany, Politeama e Odeon. Para mim, iríamos ter a experiência real no nosso pedacinho de chão da ficção dos *cowboys* como o John Wayne nas telas.

Pereira, o novo prefeito, e sua comitiva, enfim, chegaram cedo da manhã de um dia que não recorro a data em Boa Vista. Ele estava acompanhado de 11 homens, com os quais dirigiu-se imediatamente até a prefeitura, onde eu, meu cunhado Sílvio

Oliveira, o professor Cesar Haiden e a professora Odaísa Sabóia os aguardávamos. Silvío portava um rifle calibre 44 com 12 munições; eu, para intimidar os “intrusos”, deixei à vista um revólver de cano longo, calibre 38, preso na cintura, tal qual meus heróis cowboys das telas de cinema.

O novo prefeito, então, aproximou-se e, educadamente, estendeu-me a mão para me cumprimentar e anunciar que ele estava assumindo o cargo de prefeito do município. Sua expressão mudou completamente para a de pavor – aparentemente não esperava uma reação tão contundente e rápida, embora já houvesse ouvido os rumores – quando lhe comuniquei que aproximadamente 100 homens fortemente armados, entrincheirados nas matas das adjacências, aguardavam meu sinal para expulsá-lo e a seu grupo e que eu não me responsabilizaria pelos atos dos seringueiros se ele e seus acompanhantes resistissem.

Diante dessa situação bizarra, o “pobre” homem assustado, que pretendia pacificamente assumir o mais rapidamente possível o cargo de prefeito, não teve alternativa senão a de abandonar o local. Ele certamente acreditou piamente na história dos 100 homens fortemente armados, pediu-me, todavia, segurança para sair daquele encurralamento com a promessa de que partiria imediatamente, o que assenti com presteza. Esse, talvez tenha sido, o maior blefe tramado na política de Jutáí até os dias atuais.

Minhas preocupações com esse episódio tornaram-se outras. Que consequências teriam os meus atos de impedir a posse de um prefeito nomeado pelo governador? A ameaça de confronto armado configurava-se claramente como desacato a maior autoridade do estado. Parti, então, de Boa Vista para a Foz do Jutáí na tentativa de comunicar o ocorrido a Arantes que já se encontrava em Manaus para explicar o fato ao governador.

Naquela época não existia telefone no município, nem mesmo um rádio amador. A comunicação só era possível por meio de carta, via correio instalado em Porto Affonso. Escrevi, então, uma carta relatando os fatos para Arantes e fiquei no aguardo de uma resposta por “aviso” pela rádio Difusora, cujo meio de comunicação da capital para o interior era o mais utilizado (ainda hoje existe o aviso pelo rádio). Após vários e longos dias de espera, finalmente Arantes emitiu um aviso dirigido a mim, relatando que

já havia conversado com o governador e este lhe prometera que não iria me punir, considerando que minha atitude decorreria de uma reação popular contra a exoneração de Arantes.

O novo prefeito, Pereira, também foi exonerado do cargo, criando um ambiente político de incertezas no município, após três nomeações e exoneração de prefeitos, em que houve atos de confronto e perdão por desacato. Para substituí-lo, foi nomeado o 1º tenente da Polícia Militar José Areosa de Assunção que chegou sozinho em Jutai, após vários dias de sua nomeação. Desta vez recepcionei o novo prefeito de forma amigável, sendo até por ele convidado a continuar no cargo de secretário geral da prefeitura.

Contudo, não aceitei o convite, alegando que precisava retornar a Manaus para concluir os estudos. O prefeito, no entanto, insistiu que eu era importante para ajudá-lo a colocar a “casa em ordem” e por isso necessitava dos meus serviços por pelo menos três meses. Acrescentou que uma certa quantia já havia sido depositada na conta da prefeitura pelo governo do estado e que precisava regressar a Manaus, a fim sacar o dinheiro, retornar a Jutai e pagar os funcionários. Os salários estavam atrasados há cerca de 12 meses e havia dívidas também antigas com fornecedores da prefeitura. Decidi aceitar o convite e o novo prefeito cumpriu as promessas.

Alguns tempo depois, porém, começaram nossas divergências. O motivo das discórdias era uma prática de alguns governantes no Brasil bem conhecida até hoje: desviar dinheiro público em benefício próprio. O novo prefeito era desonesto, conforme eu comprovaria posteriormente, o que motivou meu pedido de demissão. Procurei o escritório que prestava serviços de contabilidade à prefeitura, na pessoa do contador, senhor Nelsony de Noronha, de quem consegui alguns documentos para denunciar as irregularidades do prefeito no Tribunal de Contas do Estado. Após o exame da documentação pelo Tribunal, o prefeito foi exonerado pelo governador e um novo prefeito foi nomeado.

O governador Plínio Coelho desta vez nomeou Alonso Borges como novo prefeito, um morador de Fonte Boa. Enquanto prefeito, ele não teve nenhum ato que o desabonasse, permanecendo no cargo até a realização da primeira eleição direta do município, ocorrida em 3 de outubro de 1960.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DIRETAS E AS CORRENTES POLÍTICAS

Francisco Moura

Neste capítulo são narrados fatos das duas primeiras eleições diretas para prefeito do município em que prevaleceu a família Affonso, acirrando a rivalidade com a família Lasmar. Destaca o confronto armado entre o grupo dos Affonso com seringueiros naquele que talvez tenha sido o episódio mais triste do município até hoje, com a manifestação de ódio e da força bruta. Sobre a 3ª eleição direta, aborda o triunfo da família Lasmar frente à família Affonso.

As duas primeiras eleições diretas foram marcadas pela consolidação de dois grupos rivais na política de Jutai, a família Affonso e a família Lasmar, extrapolada pela disputa comercial já intensa entre as famílias. A família Affonso detinha maior peso nos negócios no município, enquanto a família Lasmar buscava ampliar seu espaço, principalmente no domínio do comércio da borracha. Salienta-se que outras famílias também disputavam esse mercado, destacando-se as famílias Oliveira, Montezuma, Souza e Ferreira que mantinham laços mais estreitos com a família Lasmar, fortalecidos por laços familiares.

1ª Eleição Direta

A primeira eleição direta para prefeito em Jutai ocorreu em 3 de outubro de 1960, na, então, sede do município, Boa Vista. Concorreram ao cargo: Arnulfo Affonso, um dos filhos de Benjamin Affonso (1893-1972) e Oswaldo Arantes, o primeiro prefeito nomeado e posteriormente exonerado em 1956.

Naquela época, Jutai não tinha Cartório Eleitoral, sendo subordinado ao Cartório de Fonte Boa, 10ª Zona Eleitoral, comandado na época pelo Juiz Doutor Silva Costa. Esse Cartório

tinha fama da prática de atos ilícitos, sobretudo em eleições. Suspeita-se que essa ilicitude se confirmara mais uma vez na primeira eleição direta a prefeito de Jutai.

Eleitores que pertenciam ao município de Fonte Boa, em uma manobra do candidato Arnulfo com os dirigentes do Cartório, puderam votar na eleição de Jutai. Oswaldo perdeu a eleição, constituindo-se em mais uma decepção profunda e a interrupção da carreira política de Arantes. Após a derrota, ele retornou a Manaus para ocupar o cargo de tesoureiro adjunto no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), órgão que hoje é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), falecendo em 25 de janeiro de 1964 em consequência de uma parada cardíaca.

Arnulfo governou Jutai de 1º de janeiro de 1961 a 31 de dezembro de 1964, deixando poucos registros dos atos de seu governo. A sede do município nesse período foi transferida de Boa Vista para um lugar denominado de Tamanduá, onde a Petrobrás havia realizado anteriormente prospecção em busca de petróleo e depois abandonado, deixando no local alguns barracões que eram utilizados para o alojamento dos seus trabalhadores.

Sabe-se que Arnulfo transformou esse alojamento na sede da prefeitura e em residências, construiu uma escola de madeira com duas salas de aula. Após a instalação na sede de Boa Vista, a sede sofreu ainda três mudanças. A primeira em 1962 para a localidade de Tamanduá; a segunda em 1965 para o Pururé; e a terceira em 1969 em definitivo para a Foz do Rio Jutai (Luzia; Oliveira, 2019).³

2ª Eleição Direta

Na eleição de 1964 foi eleito Laurindo Góes, apoiado pela família Affonso, candidato único, tendo em vista a desistência do outro candidato, Dário de Araújo Lasmar, da família Lasmar, que desistiu durante a campanha eleitoral. Dario era casado com Idalina, uma das filhas de Benjamin Affonso e irmã de Arnulfo, o prefeito em fim de mandato que precedeu Laurindo.

3 LUZIA, Jucimar Ribeiro Santa; OLIVEIRA, Esdras Carlos de Lima. Os Donos do Rio: Do processo de exploração à emancipação do Rio Jutai (1940 a 1970). *Revista Psicologia & Saberes*. ISSN 2316-1124 v. 8, n. 12, 2019.

A desistência de Dario somente ocorrera após a tentativa de se realizar eleição em 3 de outubro de 1964, quando o “clima de conflito” era iminente entre membros e apoiadores dos dois lados, das duas famílias: Lasmar e Affonso. O ambiente da campanha eleitoral tornou-se muito tensa, a tal ponto de se temer pela vida dos candidatos, correligionários e parentes. Tornou-se um ambiente de quase “vale tudo”, de “matar ou morrer”.

O Juiz em exercício na época decidiu então suspender as eleições e remarcá-la para outra data. O que se sabe é que nesse intervalo de tempo, a insistência da esposa e o bom senso de Dario contribuíram para que ele desistisse da candidatura com o receio de que ocorresse uma tragédia familiar. Assim, o novo prefeito, Laurindo Goz, tomou posse no dia 1º de janeiro de 1965, governando Jutai por um período de quatro anos, encerrado em 31 de dezembro de 1968.

A sede do Município novamente mudou-se pela 3ª vez para outro local, desta vez para Pururé, no baixo Rio Jutai, distante cerca de 150 km da Foz do rio, onde hoje é a sede do município. Além da mudança de sede, Laurindo durante o seu mandato, pelo que se tem conhecimento, construiu um galpão que denominou de órgão rodoviário, onde funcionou a administração municipal e uma calçada de 100 metros de comprimento por 1,5 metros de largura.

Estavam consolidadas assim as duas lideranças políticas, que já eram importantes grupos de comerciantes: a família Affonso e a família Lasmar que herdou o legado do grupo político construído na administração e liderança de Oswaldo Arantes.

O JOGO DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO

Francisco Moura

Neste capítulo são relatados os fatos políticos, a mudança da sede de Pururé para a Foz de Jutai e as disputas pelo domínio econômico e político no município. Discorre-se sobre algumas das ações da administração dos dois primeiros prefeitos eleitos em eleição popular: Elizeu Lasmar e Francisco Moura⁴.

A Disputa Política e Comercial da Família Lasmar e Affonso: O Desenlace em Tragédia

No período em que Arantes governou como prefeito nomeado, tornou-se evidente o contentamento da população em experimentar um ambiente de mais “liberdade”. Nessa nova atmosfera, passaram a existir dois grupos políticos: o da situação liderado por Arantes e o da oposição comandado pela família Affonso.

Existia, subjacente a essa oposição, todavia, a motivação de negócios, sobretudo com a borracha produzida com o látex da seringueira, principal produto da economia do município na época. A família Affonso tinha arrendado 92 lotes de terra da Empresa Jutai de propriedade de J.G. Araújo, comerciante importante de Manaus, espalhados nas terras que margeiam o rio de mesmo nome. A tensão aumentou com o passar do tempo entre esses dois grupos e aumentou após a exoneração de Arantes do cargo de prefeito.

4 Moura não quis falar sobre sua própria administração. As informações sobre as realizações de seus três mandatos como prefeito foram disponibilizadas por seu filho Willys Moura.

A criação do município tinha proporcionado maior liberdade para a navegação e comércio pelo Rio Jutai. O comércio podia ser praticado por qualquer comerciante ou regatão, que vendiam seus produtos em viagens de barco visitando as vilas ou comunidades. O comércio não se restringia apenas à borracha, principal produto, mas também a outros produtos de valor como o pirarucu, peles de animais (principalmente de jacaré), sorva e castanha do Pará (agora mais conhecida como castanha do Brasil).

A borracha, entretanto, pela sua elevada produção, atraía regatões de outros municípios, incluindo Manaus. Esse fluxo de regatões na região não agradava aos Affonso, que mantinham sua base na comunidade de Porto Affonso (área incorporada ao município de Jutai no terceiro desmembramento de Fonte Boa), uma vez que prejudicava seus negócios. Embora Jutai fosse o centro dos negócios dos Affonso, eles também mantinham negócios nos rios Japurá, Juruá e Javari.

Somou-se a essa preocupação a queda constante no preço da borracha no mercado mundial que já vinha ocorrendo há pelo menos duas décadas, acentuada pelo aumento da produção e competição dos países asiáticos, sobretudo a Malásia. Os ingleses haviam levado mudas da seringueira amazônica em grande quantidade desde o final do século XIX para a Ásia, onde tiveram uma boa adaptação e puderam ser produzidas de forma organizada e em escala.

Em meados de 1964, no último ano da administração de Laurindo Goz como prefeito do município, a borracha teve queda de produção progressiva e acelerada, iniciada nos anos imediatos, pós 2ª guerra mundial. Antes, porém, a concorrência de regatões e comerciantes locais motivou os Affonso a fixarem uma taxa de cobrança equivalente a 50 kg de borracha de cada seringueiro, como pagamento pelo uso dos seringais arrendados de J.G. Araújo, por meio da empresa Jutai.

O pagamento por serviços e produtos na relações patrão-empregado, regatão-seringueiro, pouco envolvia o papel-moeda na época. O comércio era baseado na troca de mercadorias, na forma de escambo em que os regatões e seringalistas forneciam bens de consumo que os seringueiros desejam e estes entregavam como pagamento principalmente a borracha. Taxar em 50 kg de borracha ciou uma insatisfação crescente nos seringueiros, resultando em resistência e revolta quando a cobrança passou a ser efetivada.

Para assegurar a cobrança da taxa sobre o uso do seringal, foi designado um dos membros da família Affonso e filho de Benjamin, Hildebrando, para organizar uma expedição. Ele formou um grupo de empregados fixos, empregados temporários e de policiais para executar a missão, colocando à disposição deles armamento de fogo.

O grupo seguiu em um barco denominado de Condor, sendo um dos integrantes o policial civil de nome Glicério, que atuava como delegado, e para comandar a operação de enfrentamento foi designado o capataz Pedro Vela. A orientação era receber a qualquer custo dos seringueiros a taxa. Uma luta armada entre seringueiros e empregados dos Affonso já era esperada, uma tragédia anunciada.

Houve uma abordagem inicial pelo grupo, nada amigável, aos seringueiros, com a ameaça de prisão caso não pagassem a taxa. Logo em seguida, o barco retornou com o grupo para Porto Affonso, com a promessa de breve regresso em tom de ameaça para receber dos seringueiros o pagamento que os Affonso entendiam ser-lhes devido.

Diante dessa ameaça, oito seringueiros decidiram se armar para aguardar o retorno do grupo. Enfim, houve o confronto esperado, deixando vários mortos. Esse episódio tornou-se na época, e possivelmente até hoje, o mais trágico da história do jovem município que tinha até então poucos anos de fundação (oito anos).

Os seringueiros planejaram e executaram uma tocaia que resultou na morte de seis membros do grupo dos Affonso, escapando apenas o delegado, que se escondeu no porão do barco, o maquinista e o cozinheiro. Quatro corpos foram colocados no convés do barco e os outros dois membros foram considerados desaparecidos no rio. A notícia logo se espalhou pelas vilas do município, com repercussão na imprensa e até em alguns dos principais jornais do país.

É importante esclarecer que o patriarca da família, Benjamim, deixava na mão de alguns de seus filhos o comando dos negócios. Apesar de notícias e comentários negativos sobre os Affonso, embora uma parte da família residisse em Manaus e parte em Porto Affonso, comunidade de Jutai, é justo reconhecer que o patriarca era considerado pelos residentes como uma “boa pessoa” e que praticava ações de solidariedade.

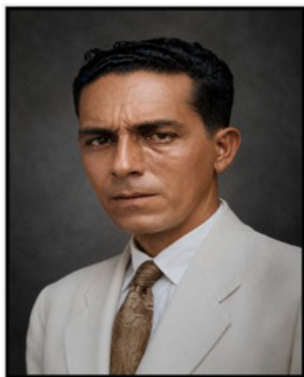
PERSONAGENS QUE AJUDARAM A MOLDAR A POLÍTICA DE JUTAI

Francisco Moura; Antônio Lasmar⁵

Neste capítulo os relatos se concentram em descrever breve biografia de dois personagens que influenciaram e definiram contornos não apenas da política, mas também, comercial jutaíense: Caio Lasmar e Mario Ferreira. O texto foi elaborado por Francisco Moura e refinado na parte relativa a Caio Lasmar por Antônio Lasmar, filho de Caio, complementadas com informações de outras fontes.

Caio Araújo Lasmar, o Articulador Político

Figura 2 – Caio Lasmar



Fonte: acervo da família: Caio e Safira (esposa)

Nota: Safira esposa de Caio, em 2026 próximo de alcançar 100 anos de idade. Fotos melhoradas por IA

5 Francisco Moura nasceu em 20/8/1932 e faleceu em 28/11/2018; Antônio Lasmar nasceu em 1947 e faleceu em 2024.

Caio Araújo Lasmar (1920-1984), também conhecido como “Santo”, nasceu em Jutaí, casado com Safira com quem teve oito filhos. Com a perda de valor da borracha e de outros produtos extrativistas, ele abandonou a vida de regatão e passou a se envolver com a política.

Quando seu irmão Elizeu ganhou a eleição na 3ª eleição direta para prefeito (mandato de 1969 a 1972), Caio foi personagem importante e considerado o principal articulador no desmembramento da área que pertencia a Fonte Boa, para a criação do município de Jutaí, incluindo a Foz de Jutaí, que posteriormente se tornaria a sede do município em definitivo.

Pela amizade com políticos de Fonte Boa, entre eles, Francisco Pereira e Sebastião Lisboa, a anuência ao pedido de cessão da área para aprovação na câmara de vereadores ficou facilitada. Tornou-se, assim, uma espécie de articulador e mentor político do seu irmão Elizeu e de outros políticos do município. Manteve sua influência a seu sobrinho Alírio, filho de Dario e Idalina, para quando este se tornara prefeito.

Em 1983, abandonou o município definitivamente para residir em Manaus. Transformou sua residência em Manaus, na Rua Lima Bacury, no 377, em um ponto de apoio a seringueiro e residentes de Jutaí que buscavam ajuda, principalmente para tratamento médico na capital, mantendo os laços com políticos e comerciantes daquele município, e de outros municípios próximos, por um longo período ainda.

Sua influência política sobre os eleitores se estendeu, além de Jutaí, também a Fonte Boa, a tal ponto de ser procurado por diversos políticos da capital na busca de apoio no período das eleições, como, por exemplo, os governadores Gilberto Mestrinho (1928-2009) e Plínio Coelho (1920-2001) e o senador Raimundo Parente (1930-1991).

Sobre a amizade com o deputado estadual Horácio Girão de Alencar (s.d.), Caio relatou um episódio pitoresco. Um dos empregados de Horácio, que era bem espirituoso queria um dente ouro, então, por ser dentista implantou em vez de ouro uma cápsula de bala de revólver calibre 22, polida com Kaol, reluzente como ouro. O empregado o exibia ‘feliz da vida’, porém, algum tempo depois, o dente começou a doer e a perder o brilho até que Horácio admitiu a farsa e implantou um dente de ouro verdadeiro.

Manteve amizade próxima com o deputado Belarmino Lins (1946), cuja família é originária de Fonte Boa. O deputado tem sido reeleito para vários mandatos, estando ativo ainda na política. Seu irmão Demóstenes foi prefeito de Fonte Boa a partir de 1983 não tendo completado seu mandato alegando que houve interferência de seus parentes. Assumiu no lugar seu cunhado, o pai de Belarmino, que é irmão do atual deputado federal Átila. Caio se distanciou da família Lins, aproximando-se de Cleuter Mendonça. Cleuter Mendonça (1940) elegeu-se por quatro mandatos, sendo o primeiro iniciado em 1975. Após deixar a política tem se dedicado à atividade empresarial no município de Itacoatiara onde nasceu, com quem Caio manteve amizade por longo período.

A amizade com Sebastião Lisboa e Francisco Pereira, importantes políticos de Fonte Boa, foram personagens decisivos na cessão de parte do território para o município de Jutai. Todavia este não foi o único município a ser desmembrado de Fonte Boa, mas também houve desmembramento de Jutai. A lei estadual aprovada no governo de Plínio Coelho, em 1963, criou vários municípios. Esta talvez tenha sido a participação política mais significativa de Caio com impacto nos territórios de Jutai e Fonte Boa.

Na época, foram criados vários municípios no estado, sendo quatro com o desmembramento do território de Jutai e um com o desmembramento de Fonte Boa. Para cada novo município de Jutai e Fonte Boa foi nomeado um prefeito pelo governador do estado, Caio indicou três prefeitos: seu irmão Francisco, Moura e Pedrão. Francisco chegou a assumir como prefeito de Copatana, Moura foi apenas empossado no Palácio Rio Branco em Manaus, mas não chegou a assumir, assim como Pedrão que também não assumiu o município de Pinheiros. Francisco não durou no cargo e nenhum dos demais assumiu, uma vez que a revolução de 1964, ocorrida no período, impactou na anulação do ato do governo do Amazonas, assim tanto Jutai e Fonte Boa não tiveram mais seus territórios desmembrados, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Municípios desmembrados, novos municípios e prefeitos nomeados

Território desmembrado	Novo município	Prefeito nomeado
Jutaí	Copatana	Francisco Lasmar
	Marauá	Francisco Moura
	Curuena	Sem nomeação
	Nova Vida	Sem nomeação
Fonte Boa	Pinheiros	Pedro Souza

Fonte: Moura (2013)

Francisco Lasmar, irmão de Elizeu Lasmar, tinha o mesmo nome do pai, patriarca da família Lasmar. Pedro Souza, conhecido como Pedrão, já era reconhecido como um dos principais comerciantes ao dar continuidade ao comércio criado por Montezuma.

Mario Ferreira: De Modesto Comerciante a Ferrenho Opositor Político dos Affonso

Mario Antônio Ferreira (1913-2014)⁶ nasceu em uma Vila de Tonantins, que era então território do município de São Paulo de Olivença. Era concunhado de Antônio Morango, tio e pai adotivo de Terezinha Morango que viria a se tornar miss Brasil.

Teve 22 filhos registrados: doze com sua primeira esposa, Waldemarina Ferreira (falecida em 1975), cinco com Ermínia Ferreira Balieiro (conhecida como mulata) e mais cinco com Maria Soares Ferreira com quem viveu até seu falecimento. Adotou várias outras crianças criando como seus filhos.

Sem grandes ambições tanto políticas quanto comerciais, de comportamento simples, não fumava e nem bebia, também era privilegiado com uma boa memória que conservou até os últimos dias de vida.

6 Leny, filha de Mario Ferreira, contribuiu com o texto.

Ainda jovem já possuía comércio em Tefé, tendo trabalhado inicialmente com uma família de comerciantes. Transferiu-se para Jutai e se instalou na Vila que posteriormente deu o nome de Sonia em homenagem à filha que havia falecido, substituindo o nome de Vila de Cocorombó, visando ganhar vantagens logísticas para seus negócios, sobretudo no transporte e comércio com a borracha. Com o passar do tempo, boa parte das mulheres casadas de Jutai passaram a difamar a Vila Sônia, porque seus maridos frequentavam uma “casa de encontro”, lá existente, conhecida popularmente na época como o “puteiro da Vila Sonia”. Era comum os regatões permanecerem de 2 a 3 dias em Jutai apenas para frequentar a Vila Sônia. Paulo Lasmar, irmão de Elizeu, era um desses frequentadores assíduos da Vila.

Juntamente, com seus irmãos, Mario criou um comércio promissor com a firma Vila Sonia Ulisses Irmãos, a partir da experiência dos negócios do seu pai, Domingos Antônio Ferreira (conta-se que ele só bebia cerveja preta e não água quando viajava para o alto Jutai), que também possuía um vasto seringal no Rio Jutai. A firma foi premiada pela Associação Comercial do Amazonas como a terceira maior produtora/comercializadora de borracha.

A queda nos negócios decorreu do declínio do comércio com a borracha. Como consequência das dificuldades no comércio, preocupado com a dívida contraída junto à firma J. G. Araújo pela compra de uma lancha a qual deram o nome de Alegria, seu irmão sofreu um infarto vindo a falecer. A lancha era usada pela família Ferreira para transportar os seringueiros até o seringal de sua propriedade no alto Jutai.

O ingresso de Mario na política foi consequência da rivalidade comercial que sua família mantinha com a família Affonso. Como outros comerciantes, Mario tinha interesse em explorar as riquezas da fauna e flora, abundantes ao longo do Rio Jutai, dominado pela família Affonso, principalmente a borracha produzida com o látex da seringueira. Como já tivesse certo prestígio e liderança, pediu dos Affonso em nome dos comerciantes a liberação para que todos pudessem explorar o rio, mas apenas Mario recebeu autorização. Ele não concordou em ser o único a ser beneficiado, insistindo no argumento de que todos tinham o

direito de usufruir daquelas riquezas. Este, possivelmente, foi o início da rivalidade entre a família Ferreira e a Família Affonso.

O Rio Jutai, anos antes, era dominado pelo Coronel Nunes que outorgou poderes aos Affonso para explorá-lo, mantendo a restrição de acesso aos demais comerciantes. Porto Nunes que pertencia ao Coronel tornou-se posteriormente a Vila de Porto Affonso. Ela sofreu transformações que a tornaram moderna para a época, em local tão distante da capital. A geração de luz elétrica não sofria interrupção, como em horários estabelecidos nas várias vilas dos diversos municípios de Fonte Boa e de outros municípios.

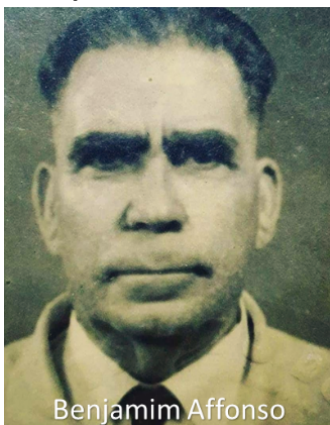
A família Ferreira não era ainda suficientemente forte para concorrer no comércio. Entretanto, passou a ganhar notoriedade por desafiar e a rivalizar com os Affonso agora não mais apenas no comércio, mas também na política, estendendo sua influência tanto em Fonte Boa quanto em Jutai que ainda era território daquele município.

Mário concorreu à eleição a prefeito de Fonte Boa, perdendo para Antônio Affonso, irmão de Benjamin que já era na época o comerciante mais poderoso de Jutai. Antônio exerceu o mandato no período 1951-1954. No cargo perseguiu com rigor seus opositores políticos (Lisboa, 2013, p. 74-75).

Figura 3 – Mario Ferreira (2012) e Benjamin Affonso (internet)



Mario Antônio Ferreira



Benjamin Affonso

Fonte: Silvia Oliveira

Essa rivalidade, porém, alcançou um outro patamar de conflito com o assassinato do irmão de Mario, Felisbello, por volta de 1953, em uma emboscada por um membro da família Affonso na Comunidade Vila de Copatana em Jutaí. Destaca-se que alguns irmãos de Mario estudaram na Europa, principalmente em Portugal, como era tradição na época, enviar os filhos para estudar na Europa.

Ao ser convidado para ir a uma festa, embora não fosse frequentador habitual, Felisbello aceitou o convite de João Filho, um amigo, que havia tramado com Raimundo, filho de Benjamin Affonso, patriarca da família Affonso. O barco que levava o corpo de Felisbello de Copatana para a Foz de Jutaí ainda seria interceptado por um barco da família Affonso, entretanto, após a constatação de que os ocupantes eram principalmente mulheres o barco continuou viagem. Embora incentivado por muitos que lhe ofereceram ajuda para a vingança, invocando a lei de “olho por olho, dente por dente”, Mario preferiu deixar, conforme suas palavras, à “justiça divina”. Ele era um homem pacífico.

Comerciantes e outras lideranças de Jutaí incentivaram Mario a concorrer a eleição novamente para prefeito de Fonte Boa e suceder a Antônio Affonso. Ele também recebeu o incentivo do então governador, Plínio Coelho. Relutou a princípio, mas acabou concordando. O candidato adversário, apoiado pelos Affonso, que já dominavam a política de Fonte Boa por cerca de vinte anos, foi Francisco Camelo Cavalcante. Ocorreram três eleições até que Mario fosse considerado o vencedor. A primeira e segunda eleições foram vencidas por Mario, entretanto pela influência dos Affonso ambas foram anuladas.

A eleição já havia sido anulada por duas vezes anteriormente, até a conjunção de forças lideradas por Oswaldo Arantes no apoio a Mario, sendo, portanto, a terceira eleição. Para que não corresse o risco de mais uma anulação, o Tribunal Regional Eleitoral substituiu o Juiz da comarca de Fonte Boa, Dr. Silva Costa, nomeando em seu lugar o Juiz de Direito Dr. Paulino Gomes, considerado homem íntegro que presidiu a eleição com muita lisura e transparência. Como era de se esperar Mario ganhou a eleição com grande diferença. Ele foi nomeado prefeito de Fonte Boa

para o período 1955-1958. Ganhou outra eleição posteriormente e governou no período 1973-1976.

Após a primeira eleição de Mario em 1954, alguns seringueiros confessaram ter estocado a produção de borracha por muitos anos, sem poder vendê-la, uma vez que o comércio estava proibido com comerciantes que não fossem da família Affonso. Com o comércio livre no Rio Jutai, até os peruanos se interessaram e chegaram a manter negócios com ribeirinhos (Lisboa, 2013).

Esse fato marcou a primeira derrota política dos Affonso, sendo a segunda e principal a criação do Município de Jutai da qual eram contra e que ocorreria um ano após, em 1955. Esses fatos seriam decisivos para criar um ambiente de rompimento do monopólio da borracha no Rio Jutai que até então era exercido pelos Affonso por meio da empresa Affonsos & Companhia.

Juntamente com Caio e Elizeu Lasmar, Sebastião Lisboa e Francisco Pereira, Mario foi também um dos importantes personagens no convencimento dos políticos de Fonte Boa sobre o desmembramento que permitiria a cessão de parte de seu território em favor da criação do município de Jutai.

Embora tivesse sido comerciante, prefeito de Fonte Boa e vereador em Jutai, Mario manteve sempre a simplicidade, mas conservava a preocupação de não ser considerado inidôneo com o uso dos recursos públicos. Um exemplo: no exercício de prefeito de Fonte Boa mudou a sede dos correios onde trabalhava sua esposa para um de seus prédios que oferecia melhor estrutura, sem nunca ter cobrado aluguel.

Alguns de seus filhos foram residir na capital do estado e até mesmo em outros estados como o Rio de Janeiro, porque ele não lhes concedeu emprego na prefeitura e nem usou de sua influência política para conseguir. Apoiou por muitos anos os seringueiros a obterem a aposentadoria como “soldado da borracha”. Assim denominados por trabalharem na região amazônica na exploração do látex da seringueira para a produção da borracha durante a 2ª Guerra Mundial (1943-1945), incentivados pelo governo brasileiro.

ELIZEU ARAÚJO LASMAR: O PRIMEIRO PREFEITO DE FOZ DO JUTAI

Francisco Moura

A rivalidade entre as famílias Affonso e Lasmar continuava acirrada e se intensificando; estava prevista nova eleição e desta vez a disputa favorecia à família Lasmar; ocorreria a mudança da sede de Pururé para Foz de Jutai; a família Affonso tinham como principal adversário político em Fonte Boa os irmãos Ferreira, liderados por Mario; Elizeu de Araújo Lasmar foi eleito como novo prefeito de Jutai.

Elizeu era filho de Francisco Lasmar, libanês naturalizado, e de Francisca Lasmar (1929-2023). Casado com Cleia Oliveira Lasmar (1929-2011), filha de Cícero Gomes de Oliveira, com quem teve quatro filhos.

Figura 4 – Elizeu Lasmar e família



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira

3ª Eleição

Em 3 de outubro de 1968, ocorreu a 3ª eleição na sede do município, Pururé, sendo eleito Elizeu de Araújo Lasmar, candidato único pela legenda da Aliança Renovadora Nacional - ARENA. O candidato adversário, da legenda Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Dalmácio Ramos, que contava com o apoio do então prefeito Laurindo, apoiado pela família Affonso, não conseguiu registrar sua candidatura em tempo hábil. A eleição desta vez transcorreu dentro da normalidade que, além de Elizeu eleito para prefeito, mais sete vereadores foram eleitos para a câmara municipal.

A posse do novo prefeito ocorreu no dia 1º de janeiro de 1969, ainda na sede do Pururé, para o mandato de 1969-1972. Contudo, o plano era transferir a sede do município para a Foz do Jutai. Essa mudança, entretanto, iria exigir muito esforço e articulação política já que a Foz de Jutai pertencia a outro município, Fonte Boa. Como transferir mais um pedaço da área de Fonte Boa para o município de Jutai?

Deu-se início, então, a articulação política para abocanhar mais uma fatia do território de Fonte Boa. Elizeu contou com a ajuda de seu irmão Caio que era conhecido como hábil articulador político. Não são conhecidos os detalhes da negociação, porém os irmãos Lasmar foram bem-sucedidos nessa tarefa. Primeiro, convenceram o prefeito de Fonte Boa, Sebastião Lisboa, e com a ajuda deste convenceram a câmara de vereadores daquele município. Finalmente o projeto de desmembramento para a cessão de área a Jutai foi aprovado.

Essa não era a última etapa para que o projeto pudesse ser considerado aprovado, sendo necessária a aprovação do então governador do Estado, Cel. João Walter de Andrade. Apesar do receio, o governador ratificou a decisão da câmara de Fonte Boa e até elogiou a importância que teria a nova área incorporada para o desenvolvimento de Jutai. O limite de Fonte Boa com Jutai passou a ser o igarapé da Dona Cecília, pela margem direita do rio Solimões, próximo de Porto Affonso, enquanto antes era no encontro do Rio Pati com o Rio Jutai.

A partir dessas mudanças, com o crescimento do tamanho do município e a transferência da sede para a Foz, observou-se um rápido desenvolvimento, principalmente na infraestrutura e na educação. Algumas das obras de destaque foram as seguintes construções:

- Rua 7 de março que recebeu esse nome porque foi o dia em que o governador do Amazonas visitou Jutai pela primeira vez; rua Pe. João Van Den Dungen, em homenagem a um dos mais importantes personagens do município na época. Além do ofício de padre, por seu conhecimento e cultura, desempenhou em alguns casos a função de médico, dentista e inúmeras outras atividades, por longos anos, no auxílio aos residentes;
- Praça Oswaldo Arantes em homenagem ao primeiro prefeito, personagem importante na criação e influência política do município;
- Escola Castelo Branco, na rua 7 de setembro; Escola Costa e Silva, na rua Pe. João Van Den Dungen; e escolas na zona rural;

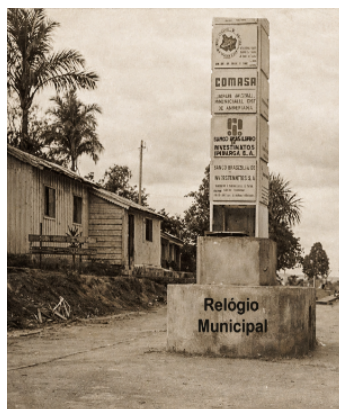
Outras obras relevantes foram a ponte ligando a Vila Lasmar à Vila Sonia; Prédio da prefeitura; Prédio do Serviço rodoviário; e um relógio na confluência das duas ruas até então construídas. Cabe um destaque para o relógio que tinha altura de aproximadamente 4 metros e que passou a ser um ponto de referência. Ele foi inspirado no relógio municipal de Manaus que é de estilo neoclássico e dispõe de engrenagens suíças. Após alguns consertos e apresentar defeitos cada vez mais frequentes, vez que não dispunha da mesma qualidade do relógio de Manaus, foi desativado, para tristeza geral.

Adicionalmente, foram firmados convênios com o governo do estado para a construção de um hospital e outro para a aquisição de uma usina fornecedora de energia elétrica; concedida mais atenção à saúde e educação como áreas prioritárias; distribuição de implementos agrícolas; criação e estímulo à geração de empregos por meio de obras da construção civil.

Figura 5 – Primeira Prefeitura e primeiras obras de Jutai



Ponte ligando a Vila Lasmar à Vila Sônia



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira

FRANCISCO, O SEGUNDO PREFEITO DE FOZ DO JUTAI

Francisco Moura; Willys Moura⁷

Após 14 anos afastado da política de Jutai, quando participei da administração do primeiro prefeito nomeado, Oswaldo Arantes, e ter continuado por alguns anos na administração de outros prefeitos nomeados, fui convidado por Elizeu Lasmar para ser seu candidato a prefeito, de quem eu era concunhado, compadre e amigo. Casei-me com Maria Gomes de Oliveira (1933), filha de Cícero Gomes de Oliveira, com quem tive quatro filhos: Rosilene, Jocirema, Willys, José e Maria do Rosário. Ainda em Manaus onde eu residia, passei a ser mais conhecido como Moura, antes de integrar a comitiva, aos 21 anos de idade, do primeiro prefeito nomeado de Jutai, Oswaldo Arantes.

Figura 6 – Francisco Moura e família



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira

7 Willys Moura (1961).

Em 20 de junho de 1972 fui homologado na convenção do meu partido como candidato. Fiz a campanha para concorrer, mas não apareceu adversário, então fui candidato único e em 3 de outubro eleito sem intercorrência na eleição. A campanha e disputa para vereador foram bastante movimentadas. Como o Fórum de Justiça Eleitoral era em Fonte Boa, eu, os vereadores eleitos, presidentes de mesas e mesários nos deslocamos até a sede daquele município. Ouvimos do Doutor Jovaldo dos Santos Aguiar, Juiz de Direito da Comarca, a confirmação de que eu e os vereadores eleitos fomos empossados nos nossos respectivos cargos, retornado em seguida a Jutai.

Tomei posse no dia 1º de fevereiro de 1973 juntamente com o vice Sérvulo Mendes que me ajudou muito na minha gestão, como também Caio Lasmar, principal assessor. Os secretários e auxiliares do quadro administrativo e o vereador Maurino Arruda foram os mais colaborativos. Não havia oposição forte na câmara de vereadores, seus membros sempre agiram de forma construtiva, buscando solução para os problemas e me ajudando na execução dos projetos. Os recursos que formavam o orçamento do município, eram, basicamente, a quota de ICMS e o Fundo Rodoviário que era disponibilizado uma única vez no ano.

O atendimento no meu gabinete concentrava grande parte de minha agenda, principalmente no atendimento aos ribeirinhos que representavam a parcela mais carente de nossas comunidades, muito embora todo cidadão tivesse acesso para tratar de qualquer assunto. Na minha ausência, o vice assumia com todos os poderes e o que fosse aprovado seria por mim ratificado. As principais realizações durante meu primeiro mandato estão apresentadas a seguir, subdivididas em educação, saúde, infraestrutura, e assistência e serviço social.

Educação

Embora os recursos fossem escassos, todo o material escolar era fornecido pela prefeitura. Inexistiam na época os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEF) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEB). O Estado adiantava o

correspondente a 60% do pagamento dos professores da zona rural que posteriormente eram tirados da cota do ICMS de direito do município e o restante era pago pela prefeitura. Portanto, era a prefeitura quem acabava pagando o total das despesas com professores. O fortalecimento do ensino do 1º grau, era prioridade, a ponto de serem contratados professores de Manaus e do Sudeste do país.

Em parceria com o governo do Estado do Amazonas, em que a prefeitura arcou com 20% dos investimentos, foi construído o Colégio Pe. João Van Den Dungen e diversas escolas nas comunidades Copatana, Porto Antônio, Bom lugar, Servalho, Pinheiro, Acapurí e Içapó.

Saúde

Após a construção do hospital municipal e antes da contratação de um médico, o atendimento era feito por funcionários que fizeram treinamento no município de Tefé e Manaus. Nos casos mais graves os pacientes eram encaminhados para Fonte Boa, Tefé ou Manaus, dependendo da gravidade. O deslocamento desses pacientes eram todos custeados pela prefeitura, onerando bastante as despesas do município que só dispunha de duas fontes de renda: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), mas o importante era privilegiar a vida em primeiro lugar.

Infraestrutura e investimentos

Ocorreu a implantação da unidade da Companhia de Energia do Amazonas (CEAM); a construção de uma ponte ligando a sede de Jutai à Vila Tuchaua, medindo 154 metros de extensão por 4 metros de largura, feita com madeira de lei; construção de novas ruas e pavimentação de outras, entre as quais a estrada da Vila Sônia, hoje rua Belo Ferreira; construção da estrada ligando a cidade de Jutai a Porto Afonso; e o início do bairro de São Francisco.

Terras e implementos agrícolas como fornos e bancadas motorizadas foram doados; providenciou-se a implantação do serviço de abastecimento de água por meio da construção de poços

artesianos para atender a toda população de Jutaí; e o Serviço Social, apesar da pequena estrutura disponível, cumpria sua função satisfatoriamente.

6ª Eleição e a 2ª de Moura

Em 1982, ganhei minha segunda eleição para o mandato do período 1983-1988 (6 anos). O Fórum de Justiça continuava ainda na Comarca de Fonte Boa. Eu tinha a preocupação de aumentar a arrecadação do município, então, apoiei a coletoria estadual ao disponibilizar dois funcionários da prefeitura para ajudar na fiscalização. Tinha como foco principal de política pública, igualmente como no primeiro mandato, a melhoria da educação, sem desprezar, todavia, as demais áreas. As ações mais significativas do meu segundo mandato estão descritas a seguir.

Educação

As ações na área de educação caracterizam-se pela construção da Escola São Francisco constituída na época de 4 salas de aula, sala de professores e banheiros; da escola Irmã Bruna com 4 salas de aula no bairro de São Francisco; e várias escolas na zona rural do município. Todas as escolas foram equipadas com móveis e infraestrutura necessária básica necessária para operacionalização.

Para fortalecer o suporte e a formação dos professores, foram construídas para eles novas casas residenciais; providenciadas capacitações de professores da zona rural; e assinados convênios com a universidade de Juiz de Fora - MG para oferecer aos professores o curso de licenciatura plena, que foi realizado no município de Tefé. Todas essas ações foram custeadas com recursos próprios da prefeitura.

Saúde, assistência e serviço social

Ações de apoio à operacionalização da Unidade Mista de Saúde, além daquelas para sua ampliação, foram fortalecidas com o reforço aos cuidados de provimento da alimentação dos internos

e quando inexistiam os medicamentos estes eram adquiridos nas drogarias privadas do município.

Um posto médico foi construído em convênio com o INSS, onde posteriormente passou a funcionar os Correios e firmado convênio com o governo federal - que repassou apenas uma parcela - para dar início à construção de um hospital com maior capacidade para atender a maior demanda daquele momento.

Várias famílias foram assentadas, por meio de doações e titulação de terras para desenvolver atividades agrícolas. Centenas de fornos e dezenas de motores de cevar mandioca, para torrar farinha, foram distribuídos a várias comunidades rurais e agricultores do município, estimulando o aumento de produção e geração de renda.

Foi criada a Secretaria de Assistência Social, iniciando-se a doação para os mais necessitados de material como madeira e alumínio, visando a realização de reparos e melhorias das casas. Resgatou-se a política de custear as despesas com as pessoas mais carentes e doentes mais graves serem enviados para os municípios com melhores recursos hospitalares, incluindo Manaus.

Infraestrutura e investimentos

O prédio da prefeitura foi recuperado e ampliado; ocorreu a construção de uma rampa de acesso no porto municipal da cidade; e a execução do serviço de eletrificação de 16 comunidades da zona rural.

O primeiro levantamento topográfico foi realizado na sede do município; novas ruas foram projetadas simultaneamente para facilitar o planejamento viário e a criação de novos bairros. Com base neste levantamento foram construídos os bairros de São Francisco, São José, Santa Maria, Santo Antônio e Marianos; iniciou-se a construção do conjunto de São Pedro com a abertura de ruas, terraplenagem e construção das primeiras unidades de casas; e construído um novo campo de futebol.

A emissora repetidora de TV foi implantada e adquirido um trator D6, com recursos da prefeitura, entretanto a aquisição de uma moto niveladora e de uma caçamba envolveu parceria com o governo do Estado.

8ª Eleição e a 3ª de Moura

Assumi meu terceiro mandato de prefeito de Jutai em 10 de janeiro de 1993 para o período 1993-1996. Concentrei minhas prioridades neste mandato em educação e saúde, sem desprezar as demais obrigações de um governante de uma prefeitura. Algumas das principais ações nesse mandato foram:

Educação

Uma vez que existiam obras inacabadas, providenciei um mapeamento escolar de todo o município, constatando-se que uma escola de dois pisos estava inacabada, com dez salas de aulas, secretaria, diretoria, sala de professores e biblioteca. A construtora responsável pela obra pertencia a um cidadão do Município de Tefé. O início do ano letivo estava previsto para fevereiro, um pouco após um mês de minha posse, razão pela qual as aulas do colégio foram adiadas. Decidi, então, que as carteiras e mesas seriam confeccionadas em carpintaria do próprio município. Os investimentos para a conclusão da obra, aquisição da mobília e demais material necessário para funcionamento da escola foram financiados com recursos do Estado e da Prefeitura.

Depois de uma reunião com assessores e cidadãos influentes, decidiu-se que o nome da escola teria o nome de **CAIO LASMAR** em homenagem àquele que possivelmente foi o maior articulador político e figura importante para a criação e desenvolvimento do município. Foram ainda construídas várias escolas de pequeno porte na zona rural e uma de porte médio, toda em alvenaria, na comunidade do Copatana. As escolas Pe. João Van Den Dungen e São Francisco foram recuperadas.

Deu-se início ao curso Supletivo, em nível de segundo grau, sendo o corpo docente constituído por professores de Manaus e do município. 22 professores foram capacitados em Manaus e outros da zona rural foram reciclados e capacitados no município, todos com recursos da prefeitura.

Saúde, assistência e serviço social

Na área da saúde, a prefeitura deu o apoio necessário para as atividades operacionais da Unidade de Saúde de Jutai como o fornecimento da alimentação e de medicamentos para os internos. Nos casos mais graves, os pacientes eram encaminhados para unidades mais avançadas de outros municípios e principalmente para Manaus, com os custos assumidos pela prefeitura.

Infraestrutura e investimentos

Foi construída a Ponte do bairro de São Francisco; recuperada a rampa de acesso ao porto da cidade; reconstruído o prédio da prefeitura que tinha sido totalmente destruído por vândalos no início do mandato; construída a primeira pista de pouso de terra batida do município para aeronaves de pequeno porte; construído o Fórum de Justiça e adquirido sua mobília; e asfaltadas as principais ruas das comunidades do Copatana, Porto Antônio e Marauá.

Três casas de alvenaria foram construídas e equipadas para servir de residência de médicos, professores e outros profissionais que atuavam no município, contratados pela prefeitura. Outras duas casas tiveram a construção iniciada com a mesma finalidade.

O total de quatro poços artesanais foram construídos na sede do município, possibilitando a ampliação da rede de distribuição de água em aproximadamente cinco mil metros de extensão, com a instalação gratuita nas casas. Também foi construído um poço artesiano na comunidade do macarrão que sofria pela falta de água potável.

O sistema de DDD de telecomunicação foi implantado, tendo a prefeitura construído o prédio com toda a base de sustentação para a instalação da torre com as antenas, assegurando o apoio necessário ao funcionamento do Posto Telefônico. Linhas de telefonia rural foram instaladas nas comunidades do Copatana e Pinheiro, conectando-as com comunidades dentro e fora do município.

Um grupo gerador de 50 KVA foi instalado na Vila do Copatana, resolvendo o problema da falta de energia naquela comunidade. A ajuda com material e mão de obra foi proporcionada à ampliação da casa de força da Companhia Energética do Amazonas (CEAM) para receber geradores mais potentes.

ELEIÇÃO DE 1992: INCÊNDIO NA CÂMARA, DEPREDÇÃO DA PREFEITURA E DESTRUÇÃO DE ARQUIVOS

Carlos Oliveira⁸

Pela relevância do tema, com este capítulo busca-se ampliar o entendimento do processo político de Jutai envolvendo Francisco Moura, contemplado nesta seção, visto que tem relação com sua 3ª eleição para prefeito.

A eleição de 1992, em Jutai, ficou marcada como um dos episódios mais tensos da história política do município, sendo a chapa vencedora composta por Moura, prefeito, e José Raimundo Mafra, vice-prefeito. A derrota nas urnas não foi aceita pelo grupo de oposição, ressentida por sucessivas derrotas de seu candidato, que perdera em três pleitos anteriores. O grupo que apoiava Ribamar Farias, candidato derrotado, reagiu de forma violenta na madrugada do dia 1º de janeiro de 1993, data da cerimônia da posse de Moura.

A ameaça já era conhecida antes mesmo do pleito. Uma semana anterior às eleições, Carlos Oliveira, filho de Cícero Tuchaua, que era um dos candidatos a vereador, recebeu de forma sigilosa a informação de que atos de violência estavam sendo planejados se o candidato Ribamar Farias não viesse a ser eleito.

Carlos procurou o então prefeito, Alírio Lasmar, e comunicou sobre a trama em curso. O prefeito acionou o delegado do município, senhor Nazaré, para investigar o caso, uma vez que se tratava de fonte confiável o autor da denúncia. Entretanto, após alguns dias de investigação, o delegado concluiu que se tratava de boatos, mesmo com a insistência de Carlos que acreditava serem as ameaças procedentes. No entanto, o caso acabou sendo deixado de lado.

A eleição foi realizada no dia 03/10/1992 tendo sido eleito Moura para prefeito e Mafra para vice, respectivamente. Carlos

8 Nasceu em 1957, filho de Cícero Tuchaua e Gilda Oliveira. Concedeu o seu depoimento em 2024.

foi o mais votado dos vereadores, tornando-se posteriormente presidente da Câmara.

Na madrugada do ataque, Carlos trabalhava no Tuchaua Bar de Jorge, seu irmão, retornou para casa, por volta das duas horas da manhã e após o banho ouviu batidas na porta de pessoas que pretendiam avisá-lo sobre um incêndio criminoso na câmara frigorífica do Cícero Tuchaua, o filho, outro irmão. Carlos se armou e correu até a casa de Cícero, mas ele não se encontrava. Na verdade, o incêndio era na Câmara de Vereadores. Juntou-se a um grupo de pessoas para seguir em direção ao incêndio, já observando a fumaça à distância presenciou a passagem do grupo incendiário que, entre os integrantes, encontravam-se três vereadores eleitos no mesmo pleito, cujos nomes Carlos preferiu não nominar.

A Câmara de Vereadores foi incendiada e a Prefeitura Municipal depredada. Tudo o que havia no interior do prédio da prefeitura foi destruído, incluindo os arquivos com documentos importantes de prestação de contas. Diante da gravidade dos acontecimentos, o juiz do município, Dr. Luiz Alberto, solicitou reforço da Polícia Militar de Tabatinga, sendo imediatamente atendido no pleito.

Os boatos corriam de boca em boca de que a oposição impediria a cerimônia e o clima na cidade era de tensão. No dia 1º de janeiro de 1993, data marcada para a posse, apesar da destruição de prédios do governo municipal ocorrida na madrugada do mesmo dia, por precaução, a posse ocorreu de forma discreta, na Escolinha Duque de Caxias, próxima à Igreja de São José, restrita aos eleitos e familiares. Sobre a mesa, porém, mantinha-se uma arma por segurança.

Moura, o prefeito eleito e já empossado, contratou o advogado Dr. Lacerda que providenciou o processo de pedido de cassação dos mandatos dos vereadores eleitos envolvidos nos atos de vandalismo. Dois vereadores perderam seus cargos e o terceiro só não foi cassado por influência de uma “madrinha” muito influente que intercedeu por ele.

A destruição dos arquivos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores acabou beneficiando políticos que enfrentavam pendências na prestação de contas, já que não existiam documentos que comprovassem a culpabilidade, deixando-os livres de responsabilização.

Os atos incendiários causados pelo grupo perdedor das eleições provocaram prejuízos profundos, afetando não apenas a administração pública, mas também registros de interesse da população. Foram destruídos documentos de valor inestimável: termos de posse, atas de reuniões, normas administrativas, mapas, registros de fundação e outros documentos antigos que traduziam a história e cultura de Jutai.

A consequência é que se tornou bastante difícil consultar informações simples, porém importantes, como o simples registro dos políticos que exerceram cargos públicos em períodos anteriores à destruição dos arquivos com o incêndio de 1992, impactando a memória política e administrativa do município.

PREFEITOS: CRONOLOGIA POR ELEIÇÃO DOS NOMEADOS E ELEITOS

Silvia Oliveira⁹

Neste capítulo são registrados por ordem cronológica os mandatos em que os prefeitos administraram o município de Jutai.

Quadro 2 – Prefeitos nomeados

Período	Prefeito Nomeado	Vice-prefeito
1956-1958	Oswaldo José Arantes	Não há registro disponível
Não assumiu	Cristóvão Pereira	Não há registro disponível
1958-1959	José Areosa de Assunção	Não há registro disponível
1959-1960	Alonso Borges	Não há registro disponível

Fonte: Dados adaptados por Silvia Oliveira do TSE e de outras fontes da internet (2020)

Quadro 3 – Prefeitos e vice-prefeitos eleitos

Período	Prefeito Eleito	Vice-Prefeito	Candidatos a prefeito
1961-1964	Arnulfo Affonso	Sem registro	-
1965-1968	Laurindo Góes	Sem registro	-
1969-1972	Elizeu de Araujo Lasmar	Maurino de Arruda Câmara	-

⁹ Nasceu em 1955, filha de Cícero Tuchaua e Gilda Oliveira.

1973-1976	Francisco Chagas Souza de Moura	Sérvulo Mendes Cavalcanti	Anastácio Ribeiro/Waverly Valente Ribamar Farias/ Gerson Gomes Elizeu Lasmar/ Antônio Aguiar Alírio Lasmar/ Tertuliana
1977-1982 6 anos	Alírio Affonso Lasmar	Tertuliana Guimarães Almeida	Ribamar Farias
1983-1988 6 anos	Francisco Chagas Souza de Moura	Sérvulo Mendes Cavalcante	Ribamar Faria Victor Firmino
1989-1992	Alírio Affonso Lasmar	Pedro Gonçalves	Ribamar Farias
1993-1996	Francisco Chagas Souza de Moura	José Raimundo Mafra	Ribamar Farias/ Davi Coelho
1997-2000	Ribamar Cruz de Farias	Francisco de Assis Moreira da Silva	Humberto Lasmar, Osmildo da Silva
2001-2004	Asclepiades Costa de Souza	Raimundo José de V. Mendes	Humberto Lasmar/ Ribamar Farias
2005-2008	Humberto Affonso Lasmar	Ribamar Cruz de Farias	Asclepiades Souza/ Wilson Lisboa
2009-2012	Asclepiades Costa de Souza	Antônio Cândido Gomes	Marlene Gonçalves/ Paulão Raimundo Divino Costa Humberto Lasmar

2013-2016	Marlene Gonçalves Cardoso	Paulo Coelho da Fonseca	Pedro Macário/ Raimundo José Antônio Cândido
2017-2020	Pedro Macário Barboza	Genival Vieira Loiola	Marlene Gonçalves Cardoso/Simon
2021/2024	Pedro Macário Barboza	Mercedes Mendes Vargas	Antônio Francisco de Lima/Marlene Izaías Cintra da Silva
2024/2028	Mercedes Mendes Vargas	Agatha Barbosa Mendes	Antônio Francisco de Lima/Izaque Aquino

Fonte: Dados adaptados por Silvia Oliveira do TSE e de outras fontes da internet (2020)

Quadro 4 – Vereadores nos períodos de mandatos dos prefeitos

Período	Vereadores
1993-1996	Carlos José de Oliveira (Presidente) – Carlos Jorge de Oliveira – Maria da Conceição Mendes – José Ribamar Mendes – Valdemir Virtuoso – Argemiro Paiva – Mario Antônio Ferreira – Silvio G.de Oliveira Filho – Francisco Lopes
1997-2000	João Bosco S Novo – Maria Imaculada T dos Santos – Marlene Gonçalves Cardoso – Ocimar Balieiro Ramos
2001-2004	Alírio Affonso Lasmar – Antônio Cândido Gomes – Edimar Ribeiro Nonato
2005-2008	Aladino Simão Vasconcelos – Alcemir de Lima – Alírio Affonso Lasmar – Antônio Candido Gomes –
2009-2012	Pedro Macário (Presidente) - Alcemir de Lima - Alírio Alffonso Lasmar - Fábio Augusto de Oliveira - Jamerson de Oliveira - Silvio Gomes de Oliveira Filho - Luciano Costa - Ocimar B Ramos - Richard Mendes de Melo

2013-2016	Jozinaldo Ferreira Candido - Elimar Jose De Paula Rol - Alcemir de Lima - Joe Simonsen Arruda de Oliveira - João Luciano da Costa - Ozires Pinho E Souza - Edimar Ribeiro Nonato - Geane da Costa Pissango - Jandreson Mendes Miranda - Jackson Iury Rocha da Silva - Oquimar Ramos de Oliveira
2017-2020	Darlei Gomes - Everaldo Jaques A da Costa – Francisco Nazareno Mendes da Silva – Jandreson Mendes Miranda – Jozinaldo Ferreira Candido- Edimar Ribeiro Nonato – Aladino Simão Vasconcelos - Diogo Campos de Oliveira – Jodat Elias Abel – Natanael Rodrigues Daniel – Altenor de Lima Barbosa

Fonte: Informações coletadas por Silvia Oliveira

Nota: Não se tem informação sobre vereadores até 1993

Figura 7 – Prefeitos de Jutai



Fonte: Informações coletadas por Silvia Oliveira

Figura 8 – Vice-Prefeitos de Jutai



Fonte: Informações coletadas por Silvia Oliveira



SEÇÃO II

**PATRIARCAS E FAMÍLIAS
DE COMERCIANTES**



Esta seção é dedicada aos patriarcas das primeiras famílias de comerciantes residentes na Foz do Jutaí no período próximo que antecedeu, durante e posterior à criação do município: Montezuma, Souza, Oliveira (Tuchaua), Mendes e Lasmar. O tamanho do texto de cada um é resultado das informações disponíveis e dedicação dos respectivos autores.

Apesar das dificuldades para obter informações, houve o esforço em descrever fatos que pudessem traçar um perfil da vida dos patriarcas e famílias de Jutaí a partir da segunda metade do século XIX. Buscou-se esboçar dados bibliográficos, relacionamento com familiares, atividades comerciais e no envolvimento de alguns deles na política.

Luiz Montezuma (1893-1970) nasceu em Jutaí, filho de pais nordestinos. Casou-se com Maria, irmã de Pedro Souza (Pedrão). Seu pai José trabalhou nos seringais, no alto Jutaí, e após enriquecer com o comércio da borracha passou a residir com a esposa em Foz do Jutaí, fundando o Porto Montezuma que, após sua partida para outro estado, passou a ser administrado por Pedrão. Pedrão (1923-2010) nasceu em Foz do Jutaí, filho do primeiro casamento de João Souza com Maria Dulcinea.

Cícero Gomes de Oliveira (1893-1977), patriarca da família Oliveira ou Tuchaua, nasceu em Portugal, embora em sua certidão de nascimento conste Jutaí como local de nascimento. Seus pais vieram para o Brasil quando ele tinha 14 anos de idade. Antes teve passagem com a família em Natal e Manaus por pouco tempo. Seu casamento com Gilda da família Mendes contribuiu para que os irmãos dela prosperassem, a ponto de Sergio se tornar um dos mais importantes comerciantes de Jutaí.

Sergio Mendes Cavalcante (1927-2018), filho de nordestinos com uma indígena, de uma família de seringueiros, dedicou-se também à pesca, plantação de roças e à prática de funileiro-soldador, antes de se tornar comerciante. Impulsionou seu comércio a partir de uma pequena loja de variedades próxima ao comércio de seu cunhado Cícero.

Francisco de Araújo Lasmar (s.d.-1955) é provável que tenha nascido na Vila Arbanieh, no Líbano e recebeu esse nome na imigração. Lasmar pode ter sido traduzido de El Asmar ou

A's Mar. Apesar das informações precárias, ele pode ter vindo para o Brasil, após o falecimento de seus pais e de um irmão. Alguns de seus primos e compatriotas já moravam em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas.

LUIZ MONTEZUMA DE OLIVEIRA (MONTEZUMA) E PEDRO COSTA DE SOUZA (PEDRÃO)

Isabel Montezuma; Tereza Souza¹⁰

Luiz Montezuma (1893-1970) nasceu em Foz do Jutai, filho de pais nordestinos. Casou-se com Maria Souza, irmã de Pedro Souza (Pedrão) que se casou com Clarice Oliveira (1924-2010), filha de Cícero Tuchaua.

Estudou em Portugal de onde retornou para assumir os negócios da família ainda muito jovem, após a morte do pai, no comércio adjacente ao Porto Montezuma. Com sua partida para outro estado, os negócios foram transferidos para Pedro Souza (1923-2010).

Família

José Francisco de Oliveira (falecido em 1911) adotou o nome de Montezuma em homenagem ao rei Asteca (Azteca em espanhol). De origem pernambucana, casou-se com Joana Cordeiro de Albuquerque, de origem cearense. O casal se conheceu no navio que vinha do Nordeste para o Amazonas, a fim de trabalhar em seringais. José Francisco Montezuma teve seis filhos com Joana: Luiz, Alcebiades, Olindina, Joaquina, Benedito e Douglas.

Para proporcionar melhor educação, ele enviou seus filhos Luiz e Alcebiades para estudarem em Portugal. Nesse ínterim, sua esposa passou a residir em Manaus, visando acompanhar a educação dos demais filhos. Com a morte de José, Luiz e seu irmão Alcebiades, que eram ainda muito jovens, retornaram à Foz do Jutai para assumirem os negócios da família.

Luiz Montezuma nasceu em 1893, no distrito Foz do Jutai, pertencente à época ao Município de Fonte Boa, falecendo em 1970 no Rio de Janeiro. Ele era casado com Maria Costa de Souza (1921-2023), irmã de Pedro Souza (Pedrão) que faleceu aos 102

¹⁰ Isabel nasceu em 1941 e Tereza em 1949. Contribuíram Oton Oliveira e Jatyr Filho Oliveira.

anos, também no Rio de Janeiro. O casal teve 4 filhos: Joana (1939-1941), Isabel (coautora deste capítulo, 1941), José (1943) e João (1946-1997). Isabel e José foram alfabetizados por D. Nena (Isaura Viana), única professora da comunidade, pois naquela época não havia escola na Foz do Jutai. Alcebiades casou-se com Aline e tiveram seis filhos: Fleurides, Denise, Laci, Wladimir, Enila e Luiz. Apenas Luiz e sua família nuclear permaneceram na então Foz do Jutai, passando a gerir sozinho os negócios da família, criando também o seu próprio comércio.

Figura 9 – Família Montezuma



Fonte: Acervo de Isabel Montezuma

Nota: Na foto da celebração de 100 anos de Maria (mãe, avó e bisavó) aparecem Isabel e José (filhos), Roberta e Marcelo (netos) e Letícia e Carolina (bisnetas)

Ele construiu um casarão, onde morou com a família até a partida de todos para Manaus em 1950. No imenso terreno do casarão plantou muitas árvores frutíferas e uma grande plantação de abacaxi nas encostas do terreno. Nas imediações da plantação de abacaxi residiria tempos depois D. Bebê, filha de D. Maria, secretária do padre João. Construiu uma ponte de madeira que ligava o terreno do casarão, situado no centro da Foz, com o outro lado onde ficava seu comércio, em frente ao Porto Montezuma.

Mandou construir a primeira Igreja da Foz do Jutai, uma construção simples de madeira, escolhendo São José como seu padroeiro, doando a ela a primeira imagem do santo que, segundo informações, ainda está na nova Igreja, construída muitos anos depois. Na época, ele solicitou à Prelazia de Tefé um sacerdote para a Foz do Jutai. Veio da Holanda o Padre João, que ficou morando na casa da família Montezuma, que aceitou ser padrinho de José, um dos filhos de Luiz. Anos depois, quando a família se mudou para Manaus, Luiz doou a casa para o Padre João.

Pedro Costa de Souza (2023-2010), o Pedrão, como era conhecido, cunhado de Luiz, nasceu em Foz do Jutai, filho de João Antônio de Souza e de Maria Dulcinea da Costa (Santa), do 1º casamento de João. Era neto de Emiliano e Cosma e sobrinho, pelo lado materno, de Nazaré, Licurbo e Elcides. Teve os irmãos do 1º casamento de João: Maria e Joaquim (morreu aos 25 anos de pneumonia). Teve os irmãos do 2º casamento de João com Raimunda (madrasta de Pedrão): Odete, Lidia, Jandira e Anália.

Pedro casou-se com Clarice (1924-2010), filha de Cícero Tuchaua, com quem teve 8 filhos: Terezinha (coautora deste capítulo), Fátima, Hugo, Raimundo, Petrolino, Asclé Píades, Cyl Farney e José Edmilson.

Figura 10 – Família Souza



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira e Terezinha Souza

Figura 11 – Família Souza



Fonte: Acervo Terezinha Souza

Legenda: da esquerda para a direita: Petrolino, Asclepiades, Hugo, José Edmilson, Pedrão, Clarice, Cyll Farney, Raimundo e Tereza

Figura 12 – Casa da Família Souza



Fonte: Acervo Terezinha Souza, restaurada com ajuda da IA

Comércio

José Francisco Montezuma trabalhou por algum tempo como empregado na Foz de Jutáí no final dos anos de 1800. Após certo tempo de trabalho árduo, comprou dois seringais chamados de Pati e Biá, no alto Jutáí, comprando também um grande pedaço de terra

na Foz de Jutai. Decidiu trabalhar por conta própria e dedicou-se à produção e venda de borracha nos 2 seringais, fazendo fortuna para viver confortavelmente com a família, então retornou com a esposa para Foz de Jutai, criando o Porto Montezuma, iniciando um comércio, aproximadamente em 1892.

Com a morte do pai José Francisco, em 1911, Luiz, por ser o mais velho – tinha 18 anos na época – assumiu, junto com o irmão Alcebiades, os negócios da família, provendo assim o sustento de todos os integrantes.

Anos mais tarde, com a desvalorização do preço da borracha, os negócios da família sofreram grandes perdas. Então, quase toda a família se mudou para Manaus, somente Luiz permaneceu na Foz do Jutai, administrando o seu próprio negócio e o que restou dos negócios da família. Até que em 1949, Luiz já casado e com filhos, mudou-se.

Figura 13 – Escada de acesso ao porto Montezuma e a frente da casa da família Souza



Fonte: Silvia Oliveira (2013) e Terezinha Souza (1960)

CÍCERO GOMES DE OLIVEIRA

Silvia Oliveira¹¹

Figura 14 – Cícero Tuchaua

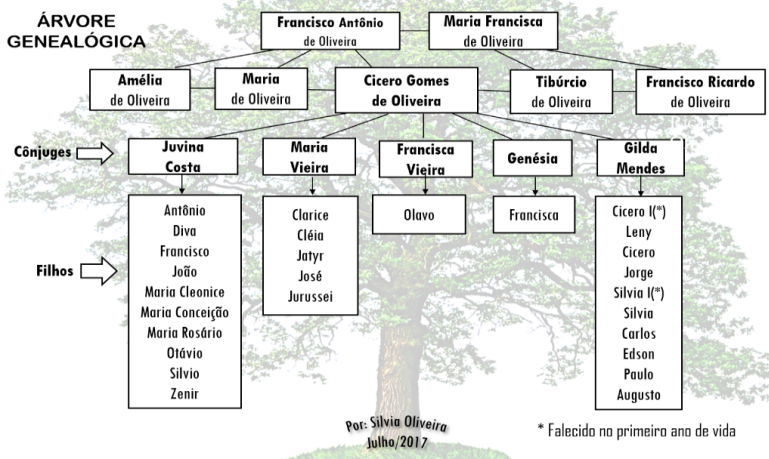


Fonte: Acervo de Silvia Oliveira

Mais conhecido como Cícero Tuchaua (1893-1977), nasceu em 01/01/1893 em Portugal, embora conste em sua certidão de nascimento Foz de Jutai/AM. Filho de Francisco Antônio de Oliveira e Maria Francisca de Oliveira, portugueses, que vieram para o Brasil por volta de 1907, quando ele tinha 14 anos.

¹¹ Contou com a ajuda da irmã Maria, filha do primeiro casamento.

Figura 15 – Árvore genealógica



Fonte: OLIVEIRA (2017)

Família

Chegada da família a Jutai

A primeira parada da família no Brasil foi em Natal – RN. Meu pai Cícero tinha quatro irmãos: Amélia, Maria, Francisco Ricardo e Tibúrcio. Dois anos depois, seguiram para Manaus, mas com destino já traçado para Jutai, provavelmente atraídos pela ideia de produzir a borracha, no primeiro ciclo, que na época era não apenas o mais importante produto da economia amazonense, mas também um dos principais produtos de exportação da economia brasileira.

Chegando a Jutai, meu pai iniciou, juntamente com meu avô, um comércio como regatão, de forma bastante modesta. Meu avô logo desenvolveu uma respeitosa e amigável parceria comercial com os indígenas da região mantendo-a por longos anos.

Historicamente, o regatão da Amazônia é o pequeno comerciante que entra nos rios e igarapés com sua pequena embarcação carregada de miudezas, oferecendo esses produtos aos moradores dos rincões da região. Troca – mais que vende – produtos industrializados por espécies valiosas da floresta (Martins, 2010).

Surgimento da família Tuchaua

O título Tuchaua, atribuído pelos indígenas e herdado de seu pai, conferia-lhe a imagem de um líder, forte e destemido. Não é exagero essa descrição que melhor refletiu por um bom tempo sua imagem de homem viril, bastava perguntar a qualquer um. E ainda era tido como homem sério e de palavra. Seus filhos também passaram a ser conhecidos por esse título. Assim estava formada a “Família Tuchaua” (meu irmão Augusto, o filho mais novo, inseriu em sua identidade o sobrenome Mendes e Tuchaua), e cravada a marca. Apenas meu tio Francisco era mais conhecido como “chico banha”. Maria, sua irmã, afirma que esse apelido era uma “mangação” por ele ser muito magro.

Vida familiar de Cícero

Papai tornou-se conhecido também por outras peculiaridades, ganhando fama pela numerosa prole, competindo com Mario Ferreira, Sérvulo Mendes e Dario Lasmar, outros que muito contribuíram para o povoamento de Jutai.

Era dotado da invejável capacidade de harmonizar a vida em comunhão de suas mulheres. Teve filhos com cinco delas: Juvina Costa de Oliveira (10 filhos), Maria Vieira da Silva (5 filhos), Francisca Vieira da Silva (1 filho), Genésia de tal (1 filha) e Gilda Mendes de Oliveira (10 filhos), totalizando 27 filhos registrados. Na verdade, não se sabe quanto filhos ele realmente teve, conta a lenda que ao todo foram 42 filhos (invenção ou fato, Augusto sabe de cor o nome de todos). Alguns faleceram nos primeiros dias de vida sem serem registrados, fato comum na época não registrar quando os bebês morriam antes dos primeiros 30 dias de vida.

Casou-se pela primeira vez, em 1914, aos 21 anos com Juvina, no ano seguinte nasceu sua primeira filha, Diva. Juvina morreu em trabalho de parto, em 1936.

Viuvez e o novo casamento de Cícero

Após ficar viúvo, com 53 anos, voltou a se casar, em 1946, com Gilda Mendes, 29 anos mais nova (o charme ainda era arrebatador!). O relacionamento com as demais era “pulando a cerca” enquanto era casado com Juvina.

O que seduzia as mulheres talvez se explique não apenas por sua bela aparência, mas também pela força adquirida no exercício diário de carregar mercadorias pesadas, subindo e descendo para a Prainha e para os barcos dos comerciantes. Somava-se a isso seu bom gosto pelas roupas e pelos charutos.

Era um homem de costumes refinados: vestia terno de linho branco engomado e usava o inseparável chapéu panamá legítimo, nas cores branca e marrom. Apreciava um bom cachimbo e charutos cubanos, comprados em tabacarias de excelência de Manaus, no apogeu do ciclo da borracha. Quando não podia comprar seu tabaco pessoalmente ou recebê-lo por encomenda, migava “tabaco mói” e deixava por três dias ao sol até ficar bem seco e soltinho para fumar no cachimbo ou no cigarro.

Gilda, minha mãe, foi bem aceita pelos filhos de Juvina. O filho de Francisca e o filho de Genésia ficaram com as respectivas mães. Para as filhas Maria e Cleia, Gilda não foi madrasta, mas mãe.

Pedido de casamento a Gilda

Em conversas com mamãe, ela me confidenciou que o pedido de casamento a ela aconteceu durante uma “passagem de canoa”. — É claro que já havia uma paquera entre os dois — Certo dia, ela estava ilhada do outro lado do igarapé, quando papai a viu pegou uma canoa, remou até ela, e perguntou: Quer uma passagem? Ela aceitou. Ele remava bem devagar, duas remadas para frente e uma para trás (o igarapé era estreito), enquanto fazia galanteios. Ela sorria. Viúvo, 53 anos, com muitos filhos adultos, não tinha tempo

para namoro, então foi direto ao ponto: Gilda você quer casar comigo? Ela ficou corada, sorriu, silenciou uns dois minutos e disse sim!

Formação da Vila Tuchaua

Quando Maria Vieira, companheira de papai que morava em Coari, morreu, ele trouxe os filhos que tinha com ela para morar junto com os outros filhos solteiros do primeiro casamento, em um casarão sob os cuidados de sua irmã Maria (Mariinha). Não importava quem era a mãe: todos os filhos se gostavam, se respeitavam e recebiam tratamento igual. E as filhas? Bom! Como todo pai zeloso com as filhas era bastante rigoroso na “guarda da honra delas”, mantendo-as sob forte vigilância. O interessado, primeiro, tinha que pedir permissão e depois conversar com a filha cortejada.

Com o tempo, quando os filhos homens se casavam, construíam suas casas próximas à casa do pai. Assim, a pequena comunidade familiar transformou-se na Vila Tuchaua.

Elcides Ricardo, seu sobrinho, filho do seu irmão Francisco Ricardo, também morava na Vila. Outras famílias (Mendes, Saboia e Santos) residiam nas imediações, constituindo-se numa grande comunidade.

Duas filhas se casaram e foram morar em outras vilas: Clarice se casou com Pedro Sousa (Pedrão), comerciante, foi morar próximo à Vila Sônia, no Porto Montezuma; Cléia se casou com Elizeu Lasmar, e foi morar na Vila Lasmar. Elizeu foi o primeiro prefeito eleito a governar o município.

O filho Francisco optou por morar numa ilha com a família de sua esposa. Mas sempre que podia ajudava nos trabalhos do pai no comércio da Prainha, porto da Vila Tuchaua. A figura a seguir ilustra a disposição das casas na Vila.

A Vila Tuchaua era separada do centro da cidade por um igarapé, e apenas de canoa era possível atravessar de um lado para o outro. As casas eram pintadas nas mesmas cores: janelas brancas e portas azuis. Na frente das casas foram plantadas fileiras de mangueiras que cresceram frondosas e proporcionavam sombra e abrigo para descanso.

Figura 16 – Vila Tuchaua



Fonte: Silvia Oliveira (Tuchaua) (2019)

Ninguém podia frequentar a Vila Tuchaua se não gozasse da confiança de papai. Conta-se que Alírio Lasmar, ao começar a namorar Margareth Sabóia, precisou pedir permissão para frequentar a Vila, onde ela morava. Fato confirmado por Carlos Saboia, irmão da Margareth, em conversa de WhatsApp no dia 26/02/2020.

Lamentavelmente, a lembrança da Vila Tuchaua ficou apenas na memória da família e dos moradores antigos de Jutai. A Vila Tuchaua, Vila Mendes, Vila Lasmar e outros portos foram arrastados e destruídos pelo fenômeno de “terras caídas”.

Ponte Cícero Tuchaua

Anos depois, após o falecimento de papai, o prefeito Francisco Moura, seu genro, mandou construir uma ponte em madeira com seu nome, ligando a Vila Tuchaua a cidade. Mas com o tempo e a falta de conservação a ponte ruiu. No entanto, os moradores já eram outros.

Figura 17 – Inauguração da Ponte Cícero Tuchaua



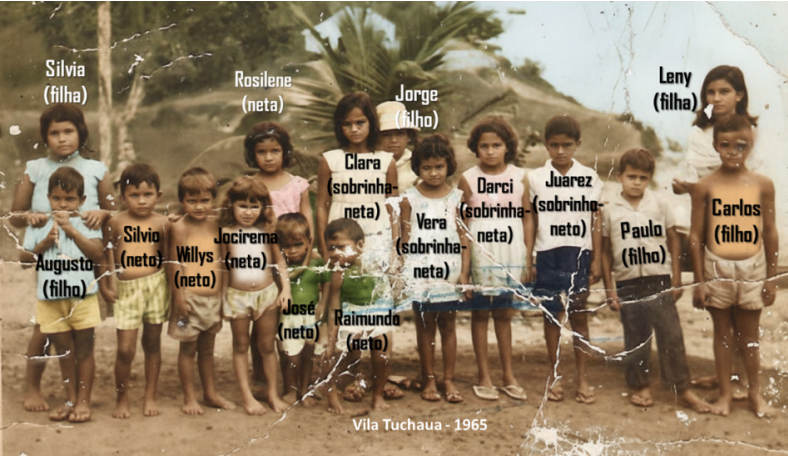
Fonte: Acervo Terezinha Souza (restaurada com ajuda da IA)

Ausência de clareza quanto ao grau de parentesco

Quando Cícero se casou com Gilda, os filhos de Cícero já eram adultos e a maioria casados. Apenas Zenir e Diva optaram pelo celibato – assim cada vez que nascia um filho com Gilda nasciam 3 a 4 netos. Ao verem os sobrinhos pedindo a bênção aos seus irmãos, os filhos de Cícero e Gilda entenderam que aqueles adultos eram seus tios e tias. Passaram, então, a tratá-los dessa forma, chamando-os de tio e tia e pedindo-lhes a bênção.

Como esse equívoco nunca foi esclarecido durante a infância, o costume se consolidou. Mesmo ao chegar à idade adulta, os filhos de Cícero e Gilda continuaram mantendo essa deferência — chamando de tio e tia e tomando a bênção de seus próprios meios-irmãos. A figura a seguir mostra alguns dos filhos e netos de papai em idades semelhantes.

Figura 18 – Alguns dos filhos e netos de Cícero



Fonte: Silvia Oliveira (Tuchaua) (1965)

Figura 19 – Filhos de Cícero em ordem cronológica de nascimentos



Fonte: Silvia Oliveira (2020)

Nota: Antigamente eram raros os registros de figura ou gráficos.
Basicamente, tirava-se fotografia para documento

Convivência com as famílias dos Seringueiros e Mendes

Muito embora a maior parte da literatura retrate o seringalista como impiedoso na relação com os seringueiros, essa imagem não é verdadeira para todos os casos. Papai mantinha em suas terras uma vila com casas para as famílias de seringueiros que trabalhavam para ele, preocupava-se com a alimentação de seus filhos e existia uma relação de respeito mútuo.

Maria, minha irmã, conta que por muitas vezes se aproveitou da oportunidade durante o almoço para se encontrar com Moura, seu noivo na época, porque tinha a missão de levar comida para os filhos mais necessitados de seringueiros. Como seu namoro era vigiado e tinha limite de horário, ela combinava com Moura para se encontrarem às escondidas na casa do Chico dos Santos, seringueiro e excelente sanfoneiro. “Enquanto dona Lu recebia a comida enviada por Zenir, seu Chico pegava a sanfona e puxava umas três cantigas e modinhas pra gente dançar e depois eu saía correndo para a madrinha Zenir (sua irmã) não desconfiar”.

Eu e meu irmão Carlos, ao anoitecer, quase sempre tínhamos a missão de levar comida às famílias dos seringueiros e na casa da vovó Vicência. As senhoras recebiam a comida, passavam para suas vasilhas, lavavam a panela e devolviam agradecendo. Dona Lu agradecia, mas não lavava a panela e mandava sempre o mesmo recado: “Diga para comadre Gilda que não lavo a panela, para não lavar o coração dela”. Dado o recado, mamãe ria e dizia: “A comadre Lu está é com preguiça de lavar a panela”.

Apesar de muito rigoroso, papai tinha “coração mole”, como mostram comentários de ex-seringueiros, ex-colaboradores e de pessoas próximas, sobre o relacionamento com ele:

Carlos Sabóia (1960) - filho de Sebastião, ex-seringueiro “só o fato dele ter dado a permissão para meu pai construir um barraco na Vila Tuchaua já diz tudo. Éramos a única família que não era Tuchaua com permissão para morar lá”. A família Santos também recebeu permissão para morar na Vila. O Sr. Chico dos Santos era pai de dona Laura, esposa de Sebastião Sabóia.

Otávio Domingos (1943) - filho de Odaísa Sabóia, ex-seringueiro: “Olha! Eu não via o seu Cícero como patrão, mas como pai. Ele nos ajudava e tinha cuidado com nossos filhos

pequenos. Eu devo muito da nossa educação moral a ele. Era um homem sério, honesto e valente”. Relata ainda:

No dia do casamento do Osório Domingos, meu irmão, com a Gadé, houve uma briga, provocada pelos irmãos dela que haviam bebido muito e causaram uma grande confusão. Então, o seu Cícero pegou uma ‘acha de lenha’ e deu uma peia nos brigões e depois levou o casal para dormir em sua casa para protegê-los.

• Manoel Mendes (1936), - cunhado “[...] se alguém o contrariasse ele dava de cinturão”. E Salviana (1942), esposa de Manoel Mendes, complementa: “Era valente, mas tinha um bom coração”.

• José (Zeca) Mendes (1940-2026) – cunhado e colaborador, fala de como era bom trabalhar com ele e das primeiras tarefas importantes atribuídas ao meu irmão mais novo Augusto:

Virei muito pirarucu naquela Prainha, carreguei muita borracha e peixe liso. Patrão forte era o velho Cícero. Eu era o cunhado que ele mais gostava. Eu tomava minhas cachaças e quando eu ficava bêbado ele mandava atar uma rede na puxada de trás e mandava o Augusto me embalar, até eu dormir.

Comércio

A estreia de papai no comércio começou como regatão no alto rio Jutaí, de forma modesta. A prática ele havia aprendido com seu pai, que por muitos anos percorreu o mesmo rio em jornadas que duravam longos dias — às vezes meses — negociando com ribeirinhos, seringueiros e indígenas que ali viviam.

Seu “*début*” como regatão ocorreu cerca de cinco anos após o falecimento do seu pai, possivelmente vítima de malária. As primeiras viagens eram feitas apenas com a força de um remo e um pequeno batelão. Algumas vezes era acompanhado pelo irmão Tibúrcio, que depois de se casar passou a trabalhar com a família da esposa, também comerciante.

Papai então percebeu que chegara o momento de seguir sozinho na vida de comerciante. Sem capital, não possuía sequer

um motor de popa — principal recurso para as viagens de qualquer regatão — e continuou por algum tempo com o batelão. Ajudado por dois auxiliares, seguiam viagem no compasso das remadas, no “balanço da canoa”.

Papai deu sua contribuição como agente de troca nos negócios que conectavam as áreas urbanas, mesmo as distantes como Manaus, e até países amazônicos como Peru e Colômbia, aos seringueiros e povos da floresta. Vendia praticamente tudo de que seringueiros e ribeirinhos necessitavam: produtos alimentícios, perfumaria, bebidas, remédios etc. Em troca, recebia produtos extrativistas, sobretudo a borracha produzida do látex da seringueira. Era o puro escambo — comércio baseado na troca de mercadorias. Quando os seringueiros tinham saldo ao final do fabrico, recebiam dinheiro para comprar de outros regatões, se assim desejassem.

O comércio prosperou. Os negócios cresceram rapidamente e logo ele construiu o primeiro armazém. Por volta de 1935 começou a ensinar o filho João no ofício de regatão, inicialmente apenas como acompanhante nas viagens, já em um pequeno barco movido por motor de centro, chamado Tuchaua Velho, em referência a seu pai.

A partir de 1944, com João (Tuchaua) já no comando das viagens e gerenciando os seringais, papai adquiriu seu segundo barco, ao qual deu o nome Cícero Tuchaua, em homenagem a si mesmo, para continuar atendendo às mesmas “colocações”, como eram chamados os seringais explorados. No ano seguinte comprou outro barco, batizado de Novo Tuchaua, em homenagem ao filho João. Mais tarde, em 1952, construiu outro barco, o Tuchaua Filho, em alusão a Cícero Filho. Dá para adivinhar qual seria o nome do próximo barco?

Nessa fase, os barcos passaram aos cuidados dos filhos João, Jatyr e Silvio — os novos regatões da família.

Figura 20 – Barcos “Cícero Tuchaua” e “Tuchaua Filho”



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira (1985)

Quando João decidiu seguir caminho próprio no comércio, o segundo filho mais velho, Jatyr, assumiu as viagens. João tornou-se comerciante independente e chegou a inaugurar uma loja chamada Bazar 6 Irmãos, em referência aos seus seis filhos.

Oton, filho de Jatyr, lembra que, quando seu pai começou a trabalhar por conta própria, utilizava um motor de popa e levava consigo o irmão mais novo, José. Ao retornar das viagens, José continuava trabalhando com seu pai Cícero no porto da Prainha. Tinha fama de carregar muito peso no embarque e desembarque de mercadorias, assim como o pai fizera em sua juventude.

José teve uma vida curta: faleceu em 1950, aos 19 anos, enquanto dormia. Mais tarde, ao adquirir um novo barco, Jatyr gravou nele o nome Zé Tuchaua, em homenagem ao irmão.

Depois que João e Jatyr iniciaram seus próprios negócios, o terceiro filho, Silvio, assumiu o comando das viagens aos seringais no barco Novo Tuchaua. Com os negócios em expansão, Cícero

não demorou a estabelecer seu primeiro armazém de produtos extrativistas adquiridos principalmente no rio Jutai.

Com o tempo, papai deixou de viajar aos seringais, permanecendo na administração do comércio na sede. Nessa fase já possuía dois armazéns: o Armazém de Baixo, no porto, e o Armazém de Cima, próximo ao porto, mas situado em área mais elevada.

No primeiro armazenava os produtos destinados ao aviamento de seringueiros e indígenas. No segundo guardava os produtos adquiridos deles: castanha, pirarucu, juta prensada, peles de animais e farinha, entre outros. A sorva e a borracha, que podiam permanecer ao ar livre e eram armazenadas em grande quantidade, ficavam agrupadas na Prainha, aguardando comercialização com outros regatões ou comerciantes vindos de países amazônicos.

Com o passar do tempo, sua credibilidade estava consolidada. Passou a negociar com grandes comerciantes — regatões de maior porte — procedentes de Manaus e Belém, no Brasil, e do Peru e da Colômbia. Entre eles estavam João Pacheco, Abdon, Alecrim, Astrolábio e Pedro Gonçalves. Os navios Délio, Alegria e Augusto Montenegro ancoravam na Prainha, que se tornou um ponto de parada quase obrigatório para esses caixeiros-viajantes.

O principal produto comercializado, no entanto, era a borracha, cuja maior parte era produzida nos três seringais da família. Eles também serviam como garantia para as linhas de crédito obtidas junto ao principal parceiro comercial, o Banco da Borracha.

José (Zeca) Mendes, cunhado e colaborador, recorda que havia uma rigorosa avaliação das pélas destinadas ao Banco, para garantir que não contivessem impurezas. Antes de serem embarcadas, eram marcadas com ferro com as iniciais CGO. A juta e a castanha eram comercializadas diretamente com a Brasiljuta, sediada em Manaus.

Aos comerciantes dos barcos peruanos e colombianos eram destinados sobretudo os peixes lisos sem escamas, o pirarucu e peles de animais — jacaré, lontra, onça e outros.

Seus principais concorrentes eram as famílias Lasmar e Souza. Contudo, não representavam ameaça: além dos laços

de parentesco, o comércio nas vilas do município era intenso e havia mercado para todos. Quem por vezes causava incômodo era a família Affonso, não pela concorrência comercial, mas pelos métodos agressivos e pelas ameaças físicas ocasionais.

Papai era considerado um homem rígido, tanto nos costumes familiares quanto nos negócios. Era conhecido e respeitado pela valentia. Quem convivia com ele ou firmava acordos comerciais sabia de sua retidão, seriedade e intolerância a trapagens. Muitos, porém, temiam mesmo era sua brabeza. Para ele, a palavra de um homem sério valia mais que qualquer documento.

Sabe-se que alguns “sem palavra” chegaram a provar de seu cinturão de couro legítimo, em plena Prainha. Carlos Saboia confirma:

“Conheci ele dando muita peia em caboco safado na Vila Tuchaua.”

Minha irmã Maria (relato ocorrido em maio de 2020) conta que membros da família Affonso eram ameaçadores e tentavam se impor pela força. Certa vez, enviaram dois policiais e quatro capangas para levar nosso tio Tibúrcio, irmão de papai, à delegacia por uma desavença qualquer. Tio Tibúrcio era cardíaco e começou a passar mal. Papai veio em seu socorro e partiu para o confronto. Armado com um terçado, bateu a lâmina no chão e gritou:

— São quatro homens para carregar um caixão, mas seis não são suficientes para levá-lo vivo daqui!

E desafiou:

— Quero ver quem tem coragem de tirá-lo daqui!

Os seis homens recuaram e foram embora, “pianinhos”, de mãos abanando.

Em 1944, papai obteve do Estado o Título Definitivo de posse dos três seringais que explorava havia anos — Capivara, Lago Grande e Escondido — que ocupavam centenas de hectares ao longo do rio Jutai.

Em 1958, já era proprietário da Vila Tuchaua, onde residiam sua família, a maioria de seus filhos com suas respectivas famílias e outras famílias próximas.

Figura 21 – Casa de Cícero na Vila Tuchaua



Fonte: Silvia Oliveira (1968)

Papai manteve-se como um dos grandes comerciantes de Jutai até 1965. Entretanto, a exploração da borracha já enfraquecia e muitos regatões competiam no mesmo mercado. Ainda assim, ele se manteve ativo comercializando outros produtos em grande escala, como peixe liso e pirarucu secos, além de outras espécies de menor valor.

Os três seringais — Capivara, Lago Grande e Escondido — serviam de garantia para linhas de crédito junto ao Banco da Borracha. Durante anos essa parceria transcorreu sem problemas, até que papai decidiu socorrer um amigo comerciante de Jutai que enfrentava dificuldades financeiras: tornou-se avalista de um empréstimo no Banco.

Presume-se que o amigo não conseguiu pagar a dívida. Como avalista, papai teve primeiro o crédito suspenso. O contratempo lhe causou grande aborrecimento, afetando os negócios e sua saúde. Em 1968, aos 75 anos, apresentou um problema cardíaco e, por orientação médica, mudou-se para Manaus com a esposa e os filhos de seu casamento com Gilda.

Mudança para Manaus: o perigo imprevisto

A sobrinha de papai, Zelinda Arantes, irmã de Oswaldo Arantes, possuía um barco chamado Angra dos Reis. Ela também regateava rio acima, vindo de Manaus, mas passava boa parte do tempo ancorada no Porto da Prainha.

Papai e Zelinda combinaram seguir viagem até Manaus no barco Tuchaua Filho, encangado (apegado) ao barco Angra dos Reis. O Tuchaua Filho serviria de apoio durante a mudança, seu motor apresentava problemas e seguiria para conserto quando chegasse a Manaus. Ambos eram barcos de madeira, de porte médio.

Amarraram, então, firmemente um barco ao outro e partimos rio abaixo.

A viagem seguia tranquila quando, de repente, surgiu um forte temporal. As águas se agitaram e o banzeiro tornou-se assustador. Os barcos passaram a se chocar com violência e era possível ouvir a madeira ranger.

Tripulantes e passageiros começaram a temer pelo pior. Minha irmã Zenir, que tinha fobia de temporal, teve ali o seu primeiro desmaio.

Com a intensidade das batidas entre os barcos, percebeu-se que algumas madeiras da parte superior estavam se quebrando. Diante do risco, decidiram imediatamente cortar as amarras que os prendiam um ao outro.

Foi então que o verdadeiro terror começou: Gritos, choros, rezas e desmaios tomaram conta do ambiente. O barco Tuchaua Filho, onde estávamos, ficou à deriva e, no forte banzeiro, parecia apenas um pequeno pedaço de pau sobre as águas revoltas. O Angra dos Reis tentava a todo custo permanecer próximo, mas as ondas o empurravam para longe.

Esse momento de angústia durou cerca de uma hora, até que o temporal finalmente começou a ceder. Aos poucos as águas se acalmaram e os barcos puderam novamente se aproximar.

Segundo o Augusto, o temporal ocorreu logo abaixo de Codajás, na área do Botafogo, o pavor dos navegantes: área muito instável, rebojos, desnível do rio e temporal eram comuns na área.

Quando lembro da nossa mudança, penso em como Deus foi misericordioso conosco.

Retorno dos filhos com Gilda à Jutai e continuação da marca Tuchaua

No final de 1972, já bastante debilitado, papai chamou meu irmão Cícero Filho, então, com 23 anos, e aconselhou que se casasse com a moça com quem namorava e retornasse a Jutai para cuidar dos negócios da família. Ele seguiu o conselho: casou-se em janeiro de 1973 e retornou a Jutai com sua esposa Dulce Oliveira, no mês seguinte.

Cícero Filho seguiu para a Foz do Jutai com o objetivo de reerguer os negócios da família. A situação era crítica: restavam uma casa na Vila Tuchaua, o barco Tuchaua Filho, dois armazéns e os três seringais. Ele retomou as viagens, mas enfrentou muitas dificuldades. Faltava capital para adquirir mercadorias de interesse dos seringueiros, ampliar a produção dos seringais e investir no setor pesqueiro. Assim seguiu por cerca de dois anos. Cícero Filho era de trato fácil, generoso e muito dedicado à família. Considerado correto nos negócios e herdeiro da reputação do pai, logo construiu boas amizades entre comerciantes.

Foi então que estabeleceu relações com um grande comerciante de Coari, Daniel Aires. Firmaram um acordo: Daniel pagaria a dívida do amigo de papai junto ao Banco BASA (antigo Banco da Borracha), a título de empréstimo, com ressarcimento em datas combinadas. Como garantia, pediu os três seringais.

Cícero consultou papai, que concordou com a proposta. Para concretizar o acordo, era necessário que todos os filhos, noras e genros — herdeiros dos seringais — assinassem uma procuração transferindo seus direitos para Cícero Filho. Todos concordaram. Não assinaram apenas as filhas Diva e Zenir, a pedido de Jatyr por serem solteiras, e Augusto, que era menor de idade (15 anos), amparado por lei. Os três receberam seu quinhão.

O acordo foi providencial para alavancar os negócios. Cícero Filho alocou muitos seringueiros nos seringais e passou também a trabalhar com peixes grandes. Em apenas três anos, o cenário e os negócios haviam mudado completamente.

Cícero Filho tornou-se um dos maiores comerciantes de Jutai, inicialmente explorando o patrimônio deixado por seus pais. Durante cerca de cinco anos trabalhou arduamente, pagou a dívida com Daniel e formou um expressivo patrimônio.

Soergueu a marca Tuchaua – As suas propriedades comerciais levavam a marca Tuchaua — e viveu uma vida pacata, sem ostentação, até seu falecimento, em 20 de outubro de 2013, aos 64 anos, em decorrência de diversas complicações de saúde.

Cícero Filho teve quatro filhos com Dulce Oliveira — Alexandre, Perla, Fabio e Fabíola — e Artenízia com Francisca Trajano.

Em março de 2013, durante uma de minhas viagens a Jutai, perguntei a Cícero:

a. se o amigo de papai havia pagado a dívida contraída junto ao Banco da Borracha (posteriormente BASA). Ele disse que sim, após alguns anos.

b. qual era a situação dos documentos dos seringais. Ele me disse que, após quitar a dívida com Daniel, recebeu de volta os documentos. Essa foi a última conversa que tivemos sobre os seringais.¹²

Carlos Jorge, outro irmão, casado com Socorro, sua parceira de todas as horas, também retornou a Jutai, em 1982, onde iniciou seu próprio negócio. Inaugurou o “Tuchaua Bar”, uma casa voltada para serviços de bebidas e entretenimento.

O bar funcionou por cerca de sete anos próximo à Igreja São José. Para evitar desgaste com o bispo da paróquia, Dom Joaquim de Lange, que reclamava do barulho das atividades, Jorge decidiu construir uma sede própria. O ponto onde funcionava anteriormente pertencia ao seu irmão Cícero.

Assim, em 1989, foi inaugurado o “Tuchaua Club”, que até hoje permanece em atividade, sendo um dos espaços mais

12 Em entrevista concedida a Miguel Aparício, em fev, 2006, João B. Ferreira, coordenador da Reserva Extrativista do Rio Jutai, relata que as terras desses seringais e de outros haviam sido transformadas em uma Reserva Extrativista.

tradicionais e longevos da cidade. O clube promove grandes shows com bandas.

Atualmente, o Tuchaua Club continua sendo um importante ponto de lazer e convivência para a população, mantendo viva a tradição iniciada por Jorge e sua família. O espaço recebe apresentações musicais, festas dançantes e diversos shows com apresentações de bandas regionais e de artistas e grupos musicais da própria cidade, valorizando os talentos locais em eventos que reúnem moradores e visitantes, consolidando-se como a maior casa de show da cidade. Jorge teve 3 filhos com Socorro: Liuba, Jorge Junior e Francisco.

Carlos José trabalhava em Manaus, a pedido da mãe, retornou a Jutai para ajudar o Cícero nas viagens de regatão. Após muitas viagens para Cícero, outras por conta própria, Carlos seguiu por outros caminhos: Depois que Jorge inaugurou o Tuchaua Club, ele passou a ocupar o “Tuchaua Bar”, comercializando bebidas e refeições. Tempos depois passou a ocupar as funções de Agente da Telamazon, por 27 anos. Foi professor e Chefe de Disciplina na Escola Padre João Van Den Dugen, Fundou a Liga Esportiva de Jutai com a ajuda do bispo Dom Joaquim de Lange, prestou serviços ao IBGE, tendo recebido medalha por serviços relevantes ao órgão, foi eleito vereador e ocupou a presidência da Câmara de Vereadores. Por motivos de saúde, hoje alterna sua moradia entre Manaus e Jutai. Carlos teve 2 filhos com Raimunda (Doca), Carla e Paulo e registrou como filhas, as filhas de Rosilene, sua primeira esposa.

Augusto César retornou a Jutai no ano 2000. Segundo ele, trazia o sonho de voltar em boas condições financeiras. Contudo, por reveses da vida, regressou em situação bastante difícil. Sem recursos, precisou reunir coragem para recomeçar e construir algo novo.

Iniciou vendendo lanches e, em pouco tempo, surgiu a oportunidade de atuar como rábula — possuía o curso de Direito incompleto e, à época, a cidade carecia de advogados.

Quando começava a estabilizar a vida financeira e familiar, sua casa foi completamente destruída por um incêndio, ocorrido enquanto a família estava fora. Apenas sua mãe encontrava-se no interior da residência e foi retirada em meio às chamas por

pessoas que passavam pelo local. Todos ficaram apenas com a roupa do corpo.

O episódio exigiu uma reconstrução não apenas material, mas também emocional, obrigando-o a recomeçar literalmente do zero. Nos primeiros momentos, dependeram inclusive de doações de roupas e de materiais de primeira necessidade. Ainda assim, não desistiu. Com perseverança, foi reconstruindo a própria vida passo a passo, até alcançar novamente estabilidade e, com o tempo, uma boa situação financeira.

Atuou em diversas áreas da justiça, da indústria e da política. Nesta última, manteve-se nos bastidores, sem buscar protagonismo, mas contribuindo para orientar bons rumos para o município.

Em relação à marca Tuchaua, Augusto possui uma aprazível chácara, à qual deu o nome de Vivenda Tuchaua, e alterou oficialmente seu nome civil para incluir o sobrenome Tuchaua em homenagem ao seu pai e Mendes, para homenagear sua mãe – Gilda faleceu em 10/02/2009 - Seus três filhos com Mercedes Vargas (Victória, Victor e Cícero Augusto) também passaram a carregar os mesmos registros.

Falecimento de Cícero Tuchaua

Papai faleceu em 29 de março de 1977, aos 84 anos. Não viveu para testemunhar o renascimento do comércio que havia construído com tanto esforço, nem para ver novamente prosperar aquilo que um dia começou com um simples batelão no rio Jutai.

Partiu deixando uma história moldada pelo trabalho, pela coragem e pela palavra firme — valores que, por muitos anos, nortearam seus negócios e sua família. Nas águas do Jutai, nos antigos armazéns, nos barcos que levavam o nome Tuchaua e na memória dos que conviveram com ele, permanece viva a marca de um homem que construiu, com as próprias mãos, um capítulo importante da história comercial de Jutai.

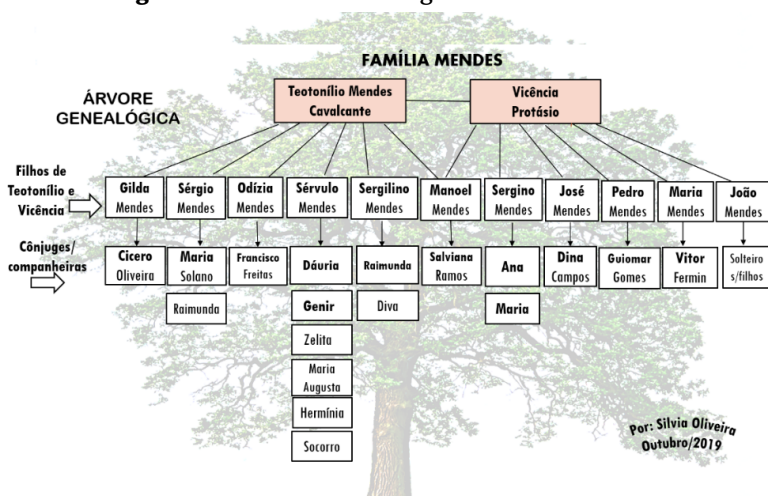
Assim se encerra a trajetória de um homem que aprendeu cedo a ler os caminhos do rio e da vida. E, como acontece com tudo o que nasce nos rios da Amazônia, sua memória continua a correr nas águas do tempo.

SERGIO MENDES CAVALCANTE

Silvia Oliveira¹³

Nasceu em Jutai no dia 21/05/1927 (1927-2018). O segundo do total de 13 filhos de Teotonílio Mendes Cavalcante, cujos pais nordestinos chegaram em Jutai por volta de 1910 e de Vicência Protásio filha de indígenas que constituíram uma família de seringueiros. Durante o inverno se dedicava à pesca e à plantação de roças e ao ofício de funileiro-soldador. Instalou uma pequena loja de variedades nas proximidades da prainha do seu cunhado Cícero Tuchaua. Casou-se com Maria Solano (1930-2014)¹⁴

Figura 22 – Árvore Genealógica da família Mendes



Fonte: Elaborado por Silvia Oliveira (2019)

¹³ Contando com a ajuda de tios e primos Mendes.

¹⁴ Forneceu grande parte das informações deste capítulo em depoimento realizado em março de 2013.

Família

Sergio Mendes Cavalcante nasceu em Jutai no dia 21 de maio de 1927 (1927–2018). Era o terceiro de um total de 13 filhos de Teotonílio Mendes Cavalcante e Vicência Protásio. Seus avós paternos eram José Mendes Cavalcante e Joana Mendes Cavalcante, descendentes de espanhóis estabelecidos no Ceará. Seus avós maternos eram José Protásio e Luísa Protásio, ambos indígenas. Seu pai, Teotonílio Mendes Cavalcante, cearense, chegou a Jutai por volta de 1910. Tempos depois, casou-se com Vicência Protásio e juntos constituíram uma família de seringueiros.

Tio Sergio era o terceiro de 13 irmãos — dois deles faleceram ainda bebês.

Com sua esposa Maria Solano teve três filhos: Terezinha, Fátima e Raimundo José. Posteriormente teve mais três filhos com Raimunda Souza: Vicência, Luiz Sergio e Sergimara.

Figura 23 – Irmãos Mendes por ordem cronológica de nascimento



Fonte: Silvia Oliveira (2026)

Figura 24 – Ponta do Bazar antes da construção da Vila Mendes



Fonte: Silvia Oliveira (2020), adaptado de autor desconhecido (1965)

Figura 25 – Vila Mendes na Ponta do Bazar



Fonte: Silvia Oliveira (2020)

Comércio

Como era comum entre os seringueiros da região, após o fabrico da borracha, durante o período de inverno, muitos deixavam suas colocações — locais de extração do látex — e vinham para a cidade, alternando as atividades de pesca e o cultivo de roças para consumo próprio.

Tio Sergio, entretanto, possuía uma habilidade que lhe dava certa vantagem: dedicava-se ao ofício de funilaria e soldagem, aprendido com seu pai, que era flandheiro. Sua pequena oficina funcionava ao lado de sua casa, com chão de terra batida. Ali

fabricava lamparinas, bigornas, porongas e copinhos utilizados na coleta do látex das seringueiras — utensílios indispensáveis ao trabalho dos seringueiros.

Com o tempo, passou a vender esses produtos aos trabalhadores dos seringais. Foi assim que iniciou sua trajetória no comércio. Não demorou a se aventurar como regatão. No início, utilizava uma canoa coberta de zinco, movida a remo, levando seus produtos de funilaria, além de sabão em barra e óleo de cozinha para vender aos seringueiros.

Percebendo seu esforço e espírito trabalhador, sua irmã Gilda sugeriu que ampliasse o negócio. Conversou com seu esposo, Cícero, para que pudesse “aviar” outras mercadorias, permitindo a Sergio diversificar os produtos que levava aos seringais. A estratégia deu resultado e o pequeno comércio começou a crescer.

José (Zeca, 1940-2026), irmão de Sergio, lembrou que os Mendes trabalhavam em uma colocação acima dos seringais de papai para quem vendia a maior parte da produção de borracha, mas também vendia uma quantidade pequena para o Pedrão.

Por volta de 1963, já afastado das atividades de seringueiro e da funilaria, Sergio decidiu dedicar-se inteiramente ao comércio. Instalou então uma pequena loja de variedades nas proximidades do porto de seu cunhado, Cícero, na Vila Tuchaua. Apesar da boa localização, o terreno apresentava um inconveniente: durante o período das cheias ficava submerso, dificultando a atracação dos barcos dos regatões.

Em meados de 1966, já em situação financeira mais favorável e possuindo um pequeno barco, que batizou de Terezinha, em homenagem à sua primeira filha, Sergio se mudou para a Ponta do Bazar, onde antes funcionara o Bazar 6 Irmãos, de João Tuchaua e ali instalou uma nova loja.

A mudança representou um novo momento para a família. Os irmãos de Sergio construíram suas casas na Ponta do Bazar, formando a segunda Vila Mendes. Embora tenham se desvinculado dos negócios com Cícero, mantiveram sempre boas relações comerciais. Com o estabelecimento em terra firme e os negócios em expansão, a loja passou a ganhar maior destaque, adotando posteriormente o nome de Armazém Mendes.

Para ampliar o comércio, seus irmãos passaram a realizar viagens aos seringais do alto rio Jutaí, levando mercadorias do armazém. Assim, Sergio consolidou-se também como regatão, contando com o apoio da família. A partir de 1968, com a eleição do primeiro prefeito do município e o início das obras na cidade, o comércio local entrou em um período de crescimento. O movimento aumentou e os negócios de Sergio prosperaram.

Um novo armazém foi construído e mais três embarcações de pequeno porte foram adquiridas, recebendo os nomes de Três Irmãos, Montanha e Valdeíza. Os barcos ficavam sob os cuidados dos irmãos, que se revezavam nas viagens aos seringais. Enquanto um ou dois viajavam, os demais auxiliavam no embarque e desembarque das mercadorias no Armazém Mendes.

Durante cerca de duas décadas, tio Sergio manteve-se entre os principais comerciantes de Jutaí, sempre contando com a colaboração de seus irmãos. Aproveitando o crescimento da cidade, o irmão Sérvulo desvinculou-se dos negócios de Sergio e inaugurou o Mendes Bar, que rapidamente se tornou um dos pontos de encontro mais movimentados da cidade. O bar foi construído nas proximidades do relógio municipal recém-inaugurado, que se tornara um importante marco urbano.

Sérvulo (Neném) viria a ser vice-prefeito do município por dois mandatos, nas duas primeiras gestões do Sr. Francisco Moura.

Com o tempo, o Mendes Bar foi transformado no Hotel Geyssiane, e atualmente funciona com o nome de Hotel Dona Geny.

Ao longo do tempo, os outros irmãos também passaram a se dedicar a diferentes atividades comerciais, acompanhando a expansão econômica da cidade, assim como foram abandonando a Vila Mendes, que já vinha sofrendo desmoronamentos pela erosão causada pela correnteza.

Figura 26 – Relógio Municipal e Mendes Bar



Fonte: Autor desconhecido (1970)

Nota: O primeiro sistema de comunicação de Jutai operava no local do jenipapeiro, ao fundo, conhecida como “boca de ferro” que o saudoso PJ da Costa usava para trazer as informações ao povo de Jutai.

(acessado em 20/11/2019, grupo Jutai Acervo Histórico)

Tio Sergio faleceu aos 90 anos sem nunca ter procurado tratamento médico em hospitais ou clínicas em Manaus. Confiava mais na própria experiência e em um antigo livro de medicina que mantinha sempre por perto, recorrendo frequentemente à automedicação.

Quando algum familiar sugeria que ele viajasse a Manaus para cuidar da saúde, respondia sempre com a mesma convicção:

— Deus me livre! Todos os meus irmãos que foram se tratar em Manaus nenhum voltou vivo.

O trabalho incansável e o espírito empreendedor que o levou dos seringais ao comércio, Sergio Mendes Cavalcante deixou seu nome ligado à história comercial da cidade.

FRANCISCO DE ARAÚJO LASMAR

Dimas Lasmar¹⁵

Nascido no Líbano, provavelmente na Vila de Arbeniel, próxima de Beirute. Patriarca da família Lasmar, chegou no Brasil como clandestino em um porão de navio. Recebeu o nome de Francisco na imigração. Após trabalhar na lavoura de café em Minas, mudou-se para o Amazonas radicando-se em Foz do Jutai onde viria a se tornar um dos importantes comerciantes locais. Libaneses com o sobrenome El Asmar ou A's Mar podem pertencer a mesma família.

Figura 27 – Vila Lasmar em 1960



Fonte: reconstituição com auxílio de IA por Silvia Oliveira

15 Contribuíram, principalmente, Antônio (*in memoriam*) e Safira Lasmar, filho e viúva, respectivamente de Caio Lasmar. Existia um retrato com a foto do vovô Francisco, quando ele tinha uns 70 anos de idade, na estante da casa da tia Safira, contudo ao visitá-la em 18/7/26 não foi mais encontrado.

Família

São poucas as informações, mesmo simples, de registros da minha família paterna, visto que a maior parte dos parentes idosos já faleceu e os vivos de novas gerações pouco sabem. André Lasmar, filho de meu primo José, interessado na história da família, único parente próximo que estudou árabe, que eu tenha ciência, fez-me uma visita na esperança de encontrar algum documento que comprovasse os dados do meu avô paterno, portanto bisavô dele, e informações de sua trajetória de vida. Ficou decepcionado ao saber que eu não dispunha. Apenas recentemente, tomei conhecimento de que minha tia Raquel Lasmar em um momento de fúria queimou todos os documentos que mantinha em sua guarda. Talvez isto explique ainda mais a dificuldade de obter dados da família do meu avô e família Lasmar.

Isto me deixou desanimado para escrever alguma coisa sobre a trajetória de vida do meu avô paterno pela falta de informação. Porém no final de novembro de 2024, tive uma surpresa, recebi mensagem de Michel Abi Nakad, que residia por muitos anos na Nova Zelândia, mas que estaria retornando à vila Arbanieh, situada no Monte Líbano, entre 20 a 40 km de Beirute. Embora não pudesse confirmar com documentos, Michel expressou forte convicção de que somos parentes e que meu avô provavelmente nasceu na vila de Arbanieh (ou Aarbaniye), comprometendo-se em investigar e obter algum registro que pudesse comprovar. Trocamos ainda algumas mensagens por um tempo, entretanto até o último contato ele não havia conseguido os registros e documentos.

Figura 28 – Mapa do Líbano e imagem da Vila de Arbanieh



Fonte: Encyclopedia Britanica (2001)¹⁶

Fonte: Fidel Lopes (2023)¹⁷

Apesar de não ter Lasmar em seu nome e nem poder comprovar, Michel tinha a convicção de que poderíamos ser parentes e gostaria de obter informações sobre os ancestrais e descendentes radicados no Brasil. Ele é filho de Evelyne Lasmar e neto por parte de pai de Chahine. Três irmãos de Charine, portanto tios de Michel: Tej, Salomão e Ibrahim Lasmar, migraram para o Brasil. Tej, nascida em 04 de dezembro de 1908 faleceu em 1966 em São Paulo (registro da Árvore Genealógica disponível na internet). Os bisavôs de Michael são Kabalan e Saud El Asmar.

As informações sobre a vida do meu avô Francisco são precárias, mas as que foram possíveis conseguir permitem traçar um perfil: ele nasceu no final dos anos do século XIX, presumivelmente na vila de Arbanieh, próximo de Beirute no Líbano, e era parente (primo talvez) de Kabalan ou de Saud El Asmar, bisavós de Michel. Ele fugiu para o Brasil, após perder membros da família em um atentado, conforme repetia para a família.

16 Disponível em: https://www.getamap.net/maps/lebanon/mont-liban/_alurbaniyah/ (29/1/25). Acesso em: 29 jan. 2025.

17 Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Abadiyeh,_Lebanon. Acesso em: 18 jul. 2026.

Meu avô chegou no Brasil como clandestino, em um porão de navio, literalmente sem ‘lenço nem documento’. Na migração, para facilitar, recebeu o nome de Francisco de Araújo Lasmar. Ele costumava dizer que seu pai era um membro da Legião Francesa. O acesso à internet permite observar que o nome Lasmar está espalhado por diversos países, além do Brasil: Itália, Arábia Saudita, Argélia, França, Tunísia, Marrocos, Bélgica, Alemanha, Holanda etc. Escolheu o Brasil porque alguns primos seus e compatriotas já moravam em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, decidindo inicialmente residir em Minas Gerais. Após alguns anos de trabalho na lavoura de café, mudou-se para o Amazonas, fixando residência em Manaus onde começou um pequeno comércio.

Depois de algum tempo, decidiu buscar novos horizontes e melhores condições de vida no interior do estado, com a esperança de enriquecer com o comércio da borracha. Na época era um produto de grande valor, embora em decadência, que gerou fortunas para algumas famílias, sendo por várias décadas a sustentação da economia do estado do Amazonas e até da balança comercial brasileira.

Fixou residência na Vila de Foz do Jutai para ficar mais próximo de alguns de seus primos que residiam em Vilas de municípios vizinhos. Ele tinha quatro primos no Amazonas, dos quais três mantiveram o sobrenome Lasmar: Abraão, que residia na Vila Militar, e Nagib, ambos de Santo Antônio do Içá; Jorge, que residia na Vila de Tupé, município de Fonte Boa; e Abidu, que manteve o sobrenome A's Mar e residia em lugar mais distante no Baixo Amazonas. Foi Nagib quem o convenceu a vir para o Amazonas.

Era um sujeito alto, de fala mansa e de modos educados. Mantinha o hábito de usar cachecol e a fama de poliglota, embora ninguém do local entendesse outro idioma além do português, exceto o pároco, padre João. Casou-se com Francisca Sales (filha de pais peruanos) que não tinha mais que 1,55m de altura, com quem teve os filhos: Aristéia, Raquel, Dimas (meu tio de quem herdei o primeiro nome. José, meu tio de quem herdei o nome composto era filho de Cícero Tuchaua); João, conhecido como Sadi, casou-se com Altina e depois com Francisca; Francisco Filho, casou-se com Maria

Lúcia; Caio, casou-se com Safira; Dario, casou-se com Idalina, filha de Benjamin Affonso; Elizeu, meu pai, casou-se com Cleia, filha de Cícero Tuchaua; Elias, casou-se com Maria; Paulo, casou-se com Vilse. Sabe-se que os irmãos de Francisca eram Simão, Julio (casado com Maria Bichara) Caraciola, Juca e Adelia (mãe de Maria Carneiro), e mais uma irmã, mãe de Isaura (D. Nena).

Embora alimentasse o desejo de retornar para Minas, na medida em que nasciam mais filhos, meu avô Francisco desistiu de sair de Jutai. Alguns dos filhos continuariam como comerciantes e outros ingressariam na política posteriormente. Elizeu, meu pai, viria a se tornar o primeiro prefeito a governar o município na nova sede, Foz de Jutai, e Caio tornou-se importante agente da política do município.

Raquel foi apaixonada por Elcides, mas também se diz que teria sido por Argemiro, filho de Benjamim Affonso e que, pela resistência da família para que não se envolvesse com um membro de desafetos, teria afirmado não se casar com mais ninguém, permanecendo solteira pelo resto da vida. Dimas namorava Nadir, prima de Oswaldo Arantes, o primeiro prefeito nomeado de Jutai, que falecera precocemente. Nadir, como Raquel, também não se casou.

Meu avô não fumava (sua esposa fumava) e não bebia, era cortês, respeitoso e era solidário com os membros da comunidade. Por ocasião das eleições, em período político, costumava oferecer sua residência para a justiça eleitoral. Em casa, ajudava com frequência sua esposa Francisca nos afazeres domésticos o que não era comum para os homens da comunidade da época. Por ocasião da morte dela chamou os filhos e os alertou que não viveria por muito tempo mais, falecendo um ano depois, em junho de 1955. Dos filhos apenas Paulo estava presente, pois alguns participavam de um congresso eucarístico em Tefé, enquanto os demais se encontravam em missão comercial nos seringais.

Bastante religioso, durante três vezes ao dia ele orava e se prostrava como qualquer mulçumano com a cabeça dirigida à Meca (cidade da Arábia Saudita considerada a mais sagrada no mundo para os muçulmanos) e lia diariamente a bíblia. O que ninguém sabia é que ele poderia ter se convertido ao catolicismo, cultuando a fé de ambas as religiões, segredo que foi revelado por ocasião de sua morte.

O padre João foi chamado para lhe dar a extrema-unção, então a família lhe perguntou como meu avô ficaria com Deus. A resposta foi surpreendente de que ele recebia a comunhão diariamente, por volta das 17h, segredo que tinha sido guardado por ambos.

Comércio

Meu avô Francisco ao chegar em Jutai iniciou um negócio com a borracha, embora já não fosse um produto tão atrativo, face à concorrência da Ásia, principalmente da Malásia com sua produção manejada - o pesquisador e botânico inglês, Alexander Wickham, contrabandeou sementes de seringueira da Amazônia para a Inglaterra, episódio ocorrido em 1876, considerado um dos maiores casos de biopirataria até agora. Ainda assim, a borracha era um produto de razoável valor, capaz de gerar riqueza para os comerciantes.

As viagens para o alto do rio Jutai começaram em um pequeno barco de nome Juruazinho, equipado com motor SEFFLER, 12, sob a responsabilidade do seu segundo filho mais velho, Sadi (João), iniciando assim a atividade de regatão da família. Sadi vendia nas viagens produtos aos seringueiros, de alimentos a utensílios para a extração do látex da seringueira, empregado na produção da borracha, sorva, pescado, madeiras nobres e peles secas (onça, caititu, gato maracajá, lontra, ariranha), couro de jacaré etc. Hoje, a comercialização desses produtos seria considerada ilegal.

Com o progresso nos negócios, adquiriu o segundo barco, colocando o nome de Zé Raimundo, em homenagem a seus dois netos mais velhos: José, filho de Dario, e Raimundo, filho de Caio. O barco foi entregue ao filho mais velho, Francisco, que também como Sadi, iniciou a vida de regatão viajando para o Alto Jutai. Como os negócios continuavam a progredir, adquiriu um terceiro barco que recebeu o nome de Cisne, de pequeno porte, mas de motor de alta potência, um Cálice de 25Hp que foi entregue aos filhos Caio e Elias. Destaca-se que a potência era um fator importante para as disputas com barcos de outras famílias. Tornou-se comum na época as disputas de corridas de barco, chamadas de profias (porfias), principalmente entre as famílias Lasmar e Souza,

habitualmente ocorridas nos domingos, formando-se aglomerados de pessoas ao longo da beira dos barrancos para torcer.

Diferentemente dos dois primeiros barcos que faziam viagens para o Alto do rio Jutai, este recebeu outra missão: regatear por todo o rio Solimões, com partida de Manaus e destino a Benjamin Constant. O barco foi rebatizado com o nome de Nilza e o motor foi transferido para um batelão, usado para reboque, que recebeu o nome de Eliana III, para diferenciar-se de outros dois barcos que existiam com registro na capitania dos portos, respectivamente I e II em homenagem a uma de suas netas, filha de Dario.

Após certo tempo, com o enfraquecimento do comércio à base do extrativismo no Alto Jutai, alguns dos meus tios, filhos de Francisco, e respectivas famílias passaram a fixar residência em Manaus, criando outras fontes de renda dissociadas do comércio da borracha.



SEÇÃO III

**PERSONAGENS, HISTÓRIAS,
CAUSOS E CONTOS**



Esta seção tem a participação de jutaienses que gentilmente, entre vários convidados, aceitaram contribuir com algum relato no esforço de memória, com alguma prosa. De gerações mais novas que a dos patriarcas das primeiras famílias de comerciantes retratadas na Seção II, escreveram textos curtos sobre as lembranças, experiências e do que ouviram de histórias contadas pelos mais antigos. Em alguns casos, buscou-se reproduzir fielmente as informações, porém, em outros casos, os textos foram adequados para harmonizar com o objetivo da seção. São histórias, causos e contos em que alguns são verdadeiros e outros nem tanto.

PERSONAGENS QUE AJUDAM A MELHOR ENTENDER A HISTÓRIA DE JUTAÍ

Este capítulo discorre sobre a vida, trajetória, e a influência de personagens que foram importantes para o desenvolvimento do povo de Jutai. Inicia com uma reflexão sobre vários deles, em seguida apresenta um texto sobre o Pe. João Van Den Dungen e finaliza com um texto sobre uma conversa com Affonsinho, filho de Benjamin Affonso.

Personagens Inesquecíveis

Antônio Lasmar¹⁸

Eles vivem na nossa memória! O mundo será sempre de todos, mas nenhum de nós será eterno, exceto em nossa memória. Nem a memória falha, que embota nossas lembranças, nos impede de reviver momentos alegres e mesmo de tristeza ao lembrar de “nossos eternos ídolos”. Seria difícil descrever pela ordem de importância aqueles que foram mais, porém vale recordar as figuras marcantes da nossa infância, quando não víamos seus defeitos e nem tínhamos o discernimento para julgá-los, mas sim de olhar o lado bom, a ponto de idolatrá-los.

Pe. João, nosso pároco, conselheiro espiritual, era um Santo padre, ou um padre Santo. A professora Isaura Viana de Sousa, ou melhor, “D. Nena”, a mestra que por anos nos orientou, ensinou e educou, ajudando-nos até hoje a usar seus ensinamentos. Sua irmã, igualmente educadora, era uma verdadeira abnegada, D. Djanira Viana de Sousa. Tio Juca, nosso carnavalesco, que em dias de festa criava seu bloco que acolhia a todos, sem a preocupação de cor, religião e se tinha brigado com o cônjuge, a regra era “brincar de maneira saudável, descontraída e se divertir”.

18 Filho de Caio e Safira Lasmar.

Pode ser citado ainda o Seu Antônio Galino, com sua casa de farinha, que nunca deixou de atender aos que dele solicitavam um espaço para cevar a mandioca e torrar farinha no forno. D. Loura, prestativa e benquista no meio, que não deixava a valentia dos filhos, principalmente de Chico Bonito, o Boizinho, o mais afoito, lhes trouxessem dissabores da rua. Mãe velha, D. Juana, que mesmo morando um pouco mais afastada de nosso lugarejo, todas as vezes em que era procurada para ajudar em um parto estava sempre presente. Com suas mãos santas trazia ao mundo mais uma alma, sempre acompanhada pelo inseparável companheiro Curica.

Não podemos esquecer de D. Sena, a rezadeira que, de posse de seus raminhos de vassourinhas, rezava para peito aberto, espinhela caída, cobreiro, erisipela, desmentidura e tantas outras mazelas, operando verdadeiros milagres, curando a todos com qualquer desses males. Outro inesquecível é tio Júlio, que nunca frequentou uma aula de mecânica, mas que entendia de conserto melhor que muitos engenheiros. Nem deixar de falar de Manel Café, um indígena que sabia mais que muitos “civilizados” e um abnegado protetor de seu patrão Paulo Lasmar.

Bacurau (Antônio Ferreira), exímio pescador e carpinteiro. Todos os dias nos primeiros raios da estrela luminosa, de posse de sua tarrafa, enfrentava o banheiro do rio em sua canoinha para pescar cardumes dos mais variados tipos de peixe e garantir a refeição de muitos dos moradores. Com suas mãos hábeis, construiu muitas casas para os outros, esquecendo de construir a sua própria. Sr. Chagas, um verdadeiro andarilho, um dia aqui ou ali, construía sua casinha em um local e logo transportava para outro.

Sr. Antônio Jacinto, que sendo abandonado pela amada, foi convencido a comer todos os dias ao amanhecer várias folhas de caju misturadas a um pouco de creolina, para ter sua amada de volta. Morreu em consequência disso ou de tristeza pela falta de sua “musa” que nunca retornou. Meu pai Caio, “o Santo”, como todos o chamavam, era o articulador político que, com sua bênção, ajudou a muitos políticos conquistar um mandato.

Ah, se o tempo nos desse a oportunidade de reencontrar esses personagens! Descansem em paz! Descanse em paz, Antônio!

Padre João Van Den Dungen

Silvia Oliveira¹⁹

No início da década de 40 do século passado, antes da Segunda Guerra Mundial, Pe. João (1898-1972) veio para o Brasil, designado para a Paróquia de Fonte Boa que era vinculada à Prelazia de Tefé, onde já atuavam os padres da Congregação do Espírito Santo: João Maria que era holandês e José que era alemão. Como todo missionário fazia a desobriga (para a religião católica é o cumprimento do preceito quaresmal: incursão a regiões de difícil acesso, praticando a catequese e oferecendo os sacramentos a pagãos e convertidos).

Figura 29 – Padre João Van Den Dungen



Fonte: Suzete Holanda (1970)

Ele exerceu o papel de médico e de dentista até o limite de seu conhecimento, habilidade e competência, mesmo sem ser considerado legalmente apto para o ofício. Quando alguém pegava um tiro, uma facada ou acidente doméstico, ele prestava os primeiros socorros, salvando assim muitas vidas.

¹⁹ Contribuíram com depoimentos: Suzete Silva Souza, conhecida como Suzete Holanda (1941); Maria Oliveira de Moura (1933); Helena Barros de Oliveira (1940); Ivanildes Moreno (1939); Luzanira Moreno (1941); e Vitor Fermin (1939).

Quando ainda exercia sua missão em Fonte Boa, teve início a segunda Guerra Mundial. Seu irmão que também era padre, e duas irmãs e três primas que eram freiras, foram presos e confinados em um campo de concentração. Felizmente todos os seus familiares sobreviveram. Suzete Holanda testemunhou o padre chorar quando ele recebia as revistas relatando o sofrimento do povo holandês e das pessoas que ele amava em seu país natal.

Tornou-se amigo e compadre de Luiz Montezuma, o major, na época um dos comerciantes fortes de Foz de Jutai, cunhado de Pedrão (Pedro Souza). Por volta de 1950, Montezuma resolveu mudar-se para Manaus e vendeu sua casa para a Paróquia de Fonte Boa que tinha como uma de suas atribuições cuidar dos fiéis de Foz do Jutai. Como esse povoado precisava de um padre, fora designado o Pe. João para a missão.

Autodidata e movido pela vontade de ajudar os fiéis da igreja, ele continuou a estudar medicina nas horas de folga e muitas vezes até altas horas da noite, buscando conhecimentos em seus livros, a fim de melhor atuar como “único médico” da comunidade. Ele amava exercer a profissão de médico, mesmo sem ter concluído o curso, e estava sempre disposto a ajudar quem dele precisasse, dos mais abonados aos mais humildes.

Seus diagnósticos sobre os pacientes pareciam sempre corretos. Suzete lembra que Sadir Lasmar contraiu uma doença complicada e a conselho do padre viajou para ser atendido por um médico em Manaus, mas como não melhorava, a família tomou a decisão de mandá-lo para o Rio de Janeiro. Então, o Pe. João fez um relatório detalhando seu diagnóstico com base nos sintomas descritos pelo paciente e pediu que ele mostrasse ao médico que o atendesse. O médico do Rio de Janeiro ficou pasmo e impressionado com a competência do “padre”, ao ser informado de que ele de fato não era médico diplomado, com educação formal em medicina.

A primeira esposa de Sadir, Altina, estava grávida e ficou doente, com um quadro preocupante na visão do padre que aconselhou a família levá-la para ser atendida por um médico especialista em Manaus. A família, porém, achou exagerada sua preocupação e Altina permaneceu na Foz de Jutai, falecendo durante o parto, sobrevivendo, porém, uma das gêmeas.

Certa vez chegou à casa Paroquial um leproso com uma ferida profunda no pé (naquela época pessoas com hanseníase eram isoladas completamente da comunidade). Ele pegou uma bacia, colocou água e remédio para desinfetar a ferida e lavou com todo cuidado os pés do enfermo tão machucados e corroídos. Sem luvas, lavou, enxugou e colocou curativos para diminuir o sofrimento do doente.

Ao falar desse episódio, Suzete decidiu comentar sobre um segredo que era de conhecimento apenas de um pequeno grupo próximo ao padre, do qual ela se incluía, de que ele contraíra a hanseníase. Apesar de ter a pele muito branca, ele observou que algumas manchas esbranquiçadas se destacavam em sua pele, viajando imediatamente para Manaus onde se confirmou as suspeitas. A partir de então, iniciou o tratamento em segredo para evitar o medo e distanciamento da população. A doença felizmente não evoluiu por ter sido tratada precocemente.

Pe. João foi agraciado pela paróquia com um pequeno barco a motor de nome São José, dando início a viagens aos seringais para realizar a desobriga junto aos seringueiros. Isto passou a incomodar os Affonsos, que temiam serem acusados pelo padre de manter os seringueiros em condições de miséria. Em sua primeira viagem, o padre observou que ele era recebido apenas pelo homem de cada casa, perguntando a um deles: Você não tem família? Cadê sua mulherzinha? Você não tem mulherzinha? Então o seringueiro respondeu: “Tem seu pade, mas os mininos e ela num pode sair porque tão sem roupa”. As crianças estavam nuas e a mulher se vestia com um saco de estopa.

Ao perceber as condições precárias em que viviam os seringueiros, ele enviou carta para a Holanda e Alemanha pedindo auxílio, recebendo ajuda da Caritas Internacional. Passou a receber leite em pó da Holanda e roupas novas e seminovas da Alemanha. As roupas, em maior parte, eram doadas aos seringueiros, sendo difícil dizer, porém, quem em Jutai, naquela época, não tomou o “leite do padre”.

Certo dia, Benjamin Affonso o convidou para almoçar em sua casa e fez a seguinte proposta: “Padre, eu vou mandar construir uma igreja aqui em Porto Affonso e uma casa para o senhor morar. Vou lhe pagar um salário muito bom e o senhor

não vai mais precisar viajar para o Rio Jutaí e a nenhuma das comunidades aqui perto para fazer desobriga”, o que significa que o senhor terá de parar de fazer suas viagens de missionário. Ele escutou a propostas e explodiu: “Non. Você acha que eu vou abandonar minha vida missionária para ser o teu empregado? Esqueça!”

A partir desse encontro, a relação entre ambos ficou estremecida, dando início a diversas brigas entre eles, mesmo assim, ele continuou a celebrar missas em Porto Affonso sem ser impedido por Benjamin Affonso. Benjamin não era considerado má pessoa, porém alguns de seus filhos sim, muitos deles sequer chegavam ao conhecimento de Benjamim, para quem o pai de Suzete trabalhou por alguns anos.

Pe. João em uma de suas viagens à Holanda, bem antes de sua morte, tomou conhecimento de que sofria de insuficiência cardíaca, eram fracos os batimentos de seu coração. Essa descoberta levou-o a passar quase um ano em tratamento na Holanda. De volta a Jutaí, ele mantinha uma dieta alimentar combinada com medicamentos. Ele pediu à dona Maria Ribeiro, sua secretária, que sempre mantivesse uma garrafa com café, inclusive à noite. Por muito tempo, quando sentia que seu coração estava com os batimentos lentos tomava imediatamente uma xícara de café.

Nas horas que antecederam sua morte, Pe. João sofreu um grande aborrecimento. Vitor Fermin (1939) relata que estava no armazém do seu cunhado, Sergio Mendes, ambos atendiam ao padre, quando Caio Lasmar adentrou abruptamente o local, passando a proferir ofensas ao padre. Caio estava descontrolado e gritava impropérios, sacudindo uma página de jornal no seu rosto. Mais tarde, soube-se que no jornal constava uma notícia com denúncia sobre a vida miserável a que eram submetidos os seringueiros pelos Affonsos e que, supostamente, teria sido feita pelo padre. Caio era irmão de Dario, genro de Benjamim Affonso e seu aliado nos negócios.

Figura 30 – Cemitério São José, Jutai e sepultura do Pe. João



Fonte: Silvia Oliveira (2013)

Nota: A sepultura localiza-se próxima ao Cruzeiro

A mãe de Suzete relatou a ela que os insultos de Caio deixaram o padre profundamente abatido e triste. Na noite desse episódio não quis se alimentar, tomou uma xícara de chá e foi se deitar mais cedo do que o habitual. No meio da noite, Maria Ribeiro acordou com o padre atordoado, andando rápido pela casa e perguntando: “Cadê o café? Cadê o café? Eu estou passando mal”. Ela serviu o café e tentou ajudá-lo, mas desta vez o café não foi suficiente para reanimar seu coração.

Nas lembranças de Suzete, o Pe. João era uma alma nobre e que fez tanto bem, mas também foi muito incompreendido e até caluniado. Tinha um temperamento forte, não se intimidava e quando era necessário chamar atenção de alguém poderoso ele considerava como parte de sua missão.

Além de suas funções de sacerdote: celebrar missas, realizar casamentos, batizados e desobriga no Alto Jutai, era o médico e enfermeiro de todas as comunidades do município. Ele dava aula de catequese, cântico em latim para Maria Moura - e outras adolescentes - que cantava juntamente com Adília (D. Bebê), filha de Maria Ribeiro e irmã de Suzette, participando de um grupo de cantoras nas celebrações da igreja. Bebê fazia a primeira voz e Maria a segunda, o padre cantava e elas respondiam. Maria, apesar dos seus 86 anos na época do depoimento, cantou com desenvoltura um trecho da missa em latim que ainda é forte em sua memória.

C.: *Glória in excélsis Deo...*

T.: *et in terra pax homínibus bonae voluntátis laudámus te, benedicimus te.*

Maria lembra com euforia como foi seu casamento. A igreja estava lotada. O padre se encarregou da arrumação: colocou toalhas brancas bordadas em sua cadeira e de Moura, e tocou a música de entrada no Harmônio (instrumento musical de teclas muito similar ao de um órgão). Foi uma linda cerimônia! Mas, se entristeceu ao lembrar que quando o padre voltou da Holanda com a descoberta de que tinha problema no coração, ele andava sempre com umas injeções no bolso para qualquer emergência.

Para Helena Oliveira ele era um excelente catequista e músico, cantava e tocava muito bem, não mudava de acorde até que todos entendessem o significado de cada frase, de cada palavra. “Quem foi catequisado(a) por ele não mudou de religião”. Naquela época, os padres rezavam as missas de costas para o público, todas as mulheres usavam véus (preto para as senhoras e branco para as jovens) e só podia comungar quem fizesse a confissão de seus pecados.

Nas aulas de latim, de canto e catequese, ele usava uma varetinha flexível, chamada por ele de varinha de condão (vara mágica) para cutucar quem destoava. Embora sem causar dor quando usada, os alunos tinham muito medo de ser tocado por ela. Cada vez que alguém era tocado pela varinha, os demais “morriam de rir” e era motivo de “mangação” na saída da aula. Era nas aulas de canto que a varinha de condão era mais usada. Os alunos tinham que cantar a plenos pulmões, senão ele gritava e tocava em quem estivesse cantando fora do tom, baixo ou com timidez: “Abre boca! Abre boca!”.

As irmãs Moreno, Luzanira e Ivanildes, lembraram de aulas de catequese e cânticos em latim e da rigidez em relação ao aprendizado, sobre a vestimenta inadequada ou uso de maquiagem. Saias curtas, blusas decotadas e sem mangas não eram permitidas na igreja.

Quando ele entrava na igreja verificava antes quem estava com roupa inadequada ou usando batom. Por várias vezes o padre pediu para moças se retirarem da fila da comunhão quando estavam usando roupa com um pequeno decote ou batom. Certa vez Ivanilde, que fazia parte do grupo que cantava em latim na missa, usou um vestido decotado nas costas e ele perguntou-lhe se a “tesoura tinha comido o tecido”.

Luzanira tinha um pouco de dificuldade de aprender tudo que era ensinado na catequese e ficava aflita ao pensar na prova oral, as respostas tinham que estar na ponta da língua. Na hora da prova ela tinha tremedeira e quando as colegas podiam sopravam as respostas com muito cuidado para não sentirem o toque da “varinha de condão”. Ela lembra que a sua prima Maria Carneiro, filha de Adélia, foi a única que aprendeu a tocar algumas notas no órgão e ajudava o padre durante as missas.

Para aqueles que viveram seu tempo, o padre estrangeiro deixou de ser apenas um missionário vindo de longe: tornou-se parte da alma e da memória de Jutai.

Affonsinho: o Livro e as Lembranças de Jutai

Dimas Lasmar

Figura 31 – Affonsinho



Fonte: Redes sociais (2026)

Benjamim Antonio Affonso Filho, Affonsinho, faleceu em 2014. Nasceu em Fonte Boa/AM, filho de Benjamim Antônio Affonso e Maria Pereira Affonso. Foi funcionário do Banco do Brasil de 1964 a 1976. Como advogado exerceu a profissão até seu falecimento.

Meu último encontro com Affonsinho, uma pessoa amável e serena, ocorreu em um shopping de Brasília, em 30/09/2007, pois combinamos de conversar a respeito do livro que ele

estava escrevendo sobre Jutaí. Recordo da data visto que ele a registrou com uma dedicatória em um livro de sua coautoria que me presenteou. Era amigo do meu pai, Elizeu Lasmar, e nos encontramos umas três vezes apenas. A primeira vez eu deveria ter ente 16 e 17, a segunda em 2007 em Brasília e a terceira, creio, em 2010 ou após, um contato rápido, em viagem dele para Jutaí, passando por Manaus, a fim de colher dados para o livro em elaboração.

O encontro em Brasília foi na praça de alimentação de um shopping, no primeiro andar, algumas horas antes do meu voo de volta para Manaus. Assim que iniciamos a conversa e ele ter comentado sobre a motivação para publicar o livro: o passado da família nos negócios e o tempo que passou em Jutaí, ocorreu um incidente no andar debaixo do shopping, um forte barulho, com muita gente gritando desesperadamente e se atirando ao chão como se ocorresse um tiroteio.

Ele entrou em pânico e se agarrou aos pés da mesa onde estávamos sentados, enquanto eu tentava acalmá-lo (recordei imediatamente de caso similar com um amigo engenheiro de Minas Gerais, ocorrido após um terremoto que sacudiu o refeitório enquanto tomávamos café, quando participávamos de um curso no Japão em 1989) e retirá-lo daquela posição inconveniente, conseguindo após algum tempo, então corremos para nos proteger do lado de uma lanchonete. A situação foi se acalmando e soubemos posteriormente que os vidros que cercavam parte do shopping começaram a quebrar por excesso de calor que fazia na época em Brasília.

O estado de espírito dele já não era mais de tranquilidade, então propus que tomássemos um *drink*. Ele respondeu que não bebia mais, havia uns 30 anos, pois se tornara alcóolatra, acreditando que em parte motivado pelas “histórias abomináveis”, nas palavras dele, que ouvira sobre as práticas nos negócios da família Affonso em Jutaí, precisando passar por um bom tempo por tratamento até se recuperar.

Fiquei impactado com esse breve relato e a partir daí ignoramos o livro, passando a conversar apenas sobre amenidades. Infelizmente, ele não teve tempo de concluir o livro que escrevia sobre Jutaí, falecendo poucos anos depois.

A SAGA DOS MARUJOS

APRENDIZES DE REGATÃO

Neste capítulo são apresentados textos de alguns dos filhos de comerciantes, que atuavam também como regatões, sobre suas experiências no aprendizado da arte de regatear, a relação com seringueiros e indígenas nas viagens pelos rios do Alto Jutai.

Carlos Oliveira

Comecei a viajar pelo Rio Jutai a partir de 1981 e por muito tempo a serviço do meu irmão Cícero Filho (Tuchaua). Eu tinha como lema: “missão dada, missão cumprida”.

Os barcos em que fiz minhas viagens foram a pique (afundou) 5 vezes: uma vez viajando no motor do Pernambuco, outra no motor do seu tio Zeca, duas no Tuchaua Filho de papai e a quinta no motor do Zé Vieira, todas ocasionadas por furo no casco, por danos causados por tronco de paus submersos que eram e ainda são comuns ao longo do percurso dos rios de Jutai.

E subia o rio vendendo para a freguesia produtos diversos, desde remédio a estivas em geral. Qualquer produto que não fosse de primeira necessidade, por exemplo um aparelho de som, teria que ser encomendado para levar na viagem seguinte. O pagamento era sempre na baixada, com borracha ou pirarucu, para evitar subir o rio com o barco carregado, o que atrasaria a viagem e aumentariam as dificuldades para passar nos trechos mais difíceis do rio. A maioria dos seringueiros tinha saldo, então, na subida da viagem seguinte, o saldo era pago em dinheiro. Sou grato a vários ajudantes, aos que já faleceram e aos que ainda vivem, com os quais mantive bom relacionamento.

Fomos privilegiados em nossas viagens pois pudemos comer os mais variados tipos e em abundância: peixe, carnes de caça, tracajás, peixe-boi, pirarucu, tudo da melhor qualidade.

Antes de sair da Foz de Jutai para as viagens ao alto Jutai, eu avisava minha freguesia pela rádio Rio Mar que estava subindo

o rio. O primeiro porto em que parava era o do Sisnane. Embora não tivesse negócio com ele, a mãe de um de seus ajudantes, o Damião, morava lá. Quando ele chegava, o Sisnane já tinha de 6 a 8 porcos do mato, que eram pendurados para serem trocados por alimentos.

Parava também no Papagaio com o Vicente e o Guedes, fregueses do Pedrão, que reservavam de duas a três mantas de pirarucu para trocarem comigo por alimentos. Com outros seringueiros a permuta poderia ser por um paneiro de algum produto, por exemplo alguns diziam: “Carlão aí tem um paneiro de carne pra ti, deixa uma garrafinha de cachaça pra nós”, já outros diziam: “deixa aí uns cartuchos pra nós caçar”. Alguns idosos eram mais refinados, gostavam de vinho, então eu levava algumas garrafas com a certeza de trocar por algum produto. Os fregueses trocavam suas caças ou pescas por alguma coisa de que estivessem precisando, para seu sustento ou por pura satisfação, não passavam necessidade a até reservavam um dia da semana para a caça ou pesca por diversão.

Além das cinco vezes que a minha embarcação foi a pique, passei por outras situações bem enredadas. Uma delas ocorreu pela explosão da máquina do motor, mas felizmente ninguém se feriu, porém meus ajudantes passaram 9 dias e 9 noites remando para chegar na Foz do Jutáí.

Cícero Filho (Tuchaua), meu irmão, em uma ocasião fretou o barco do Sr. Pernambuco e pediu que eu fosse apanhar umas “pelas” de borracha no porto do Otacílio Inocência. Ao passar pelo porto do Pedro Bó, de lá se viam acenos pedindo que o barco parasse, mas eu disse para os ajudantes: “não vamos parar, não estamos regateando”, na ocasião eu estava deitado em uma rede para descansar.

Contudo, um tripulante alertou que as pessoas continuavam insistindo e poderia haver alguém doente. Então concordei, mas alertei: “para aqui mesmo no meio do rio e deixa que eles venham de canoa e cuidado com a atracação”. No entanto, o tripulante embora tenha desligado o motor deixou que o barco se aproximasse da margem do rio quando, de repente, um toco entrou cerca de um metro na lateral da embarcação que logo afundou.

Era tempo de muita friagem, não tive outra opção senão pular na água gelada com um serrote para serrar o tronco, pois

meus ajudantes não queriam entrar na água que estava muito fria. Enquanto a tripulação enfiava uma lona no buraco do buraco e tiravam água do casco com latas, conduzi o barco para mais próximo da beira do rio e ao chegar o barco “sentou” (afundou). Peguei minha rede e mandei que substituíssem a lona para vedar o buraco. Um tripulante me questionou: “E onde você vai dormir?” Respondi que ia dormir no chão! O esforço de vedar o buraco, todavia, foi em vão e a tormenta continuava invadindo o barco de água, quando, subitamente, tio Zeca Mendes apareceu.

Ao contrário da tripulação (bando de frouxo!), meu tio Zeca não teve medo de pular na água gelada comigo. Levamos martelo, prego e uma placa de borracha fina que pregamos no casco. Por segurança, colocamos uma segunda placa igual pela parte de dentro. Tão logo resolvemos o problema, o barco prosseguiu a jornada imediatamente. As placas nunca foram retiradas pelo proprietário do barco que o vendeu anos depois e o que era um conserto provisório tornou-se definitivo.

Em outra ocasião, meu irmão Cícero me pediu que eu fosse buscar umas “pelas” de borracha nas colocações do Igarapé do Capivara, de dez a doze horas distante da Foz do Jutaí, combinando que em três dias eu o encontraria na boca do igarapé. Eu já tinha feito essa viagem várias vezes e demorava exatamente 3 dias para ir e voltar.

No entanto, a viagem já começou complicada, com chuva incessante e visibilidade ruim. Eu e minha tripulação paramos num porto, eu apenas de calção pois não conseguia dormir sobre a paxiúba. As três da manhã acordei a equipe: Otávio, João Saboia, Valter e Miguel para prosseguir viagem a outras colocações, mas o barco parecia se arrastar. Tomei uma decisão ousada e perigosa para poder cumprir o combinado com meu irmão: mandei minha equipe seguir viagem para pegar as borrachas na última colocação, mas antes jogar todas as borrachas na água que estavam no barco que eu conduziria sozinho.

A equipe achou arriscado, mas obedeceu, amarrando em aglomerado na forma de jangada, as mais de 500 placas de borracha de 12 a 14 kg cada uma. Desci rio abaixo, sem canoa e sem remo, guiando o pacote sem parada e descanso, viajando léguas sem ver uma única casa, com sol e chuva se alternado e o

medo constante de me deparar com a famosa “cobra grande”, ou mesmo com um cardume de botos, ou ainda ser atacado por um bando de carandirus.

Quando meu irmão Cícero chegou na boca do igarapé estranhou não me ver por lá, já que jamais deixei de estar no local na data e horário combinados. Preocupado, Cícero mandou seu pessoal ir a minha procura, porém não lembro de quando e nem como fui resgatado. Recobrei os sentidos ao ouvir o Cícero chamando meu nome e atordoado perguntei: Nós já vamos sair agora? Cícero respondeu: não, nós já chegamos em Jutaí. Eu havia passado mais de 48 horas dormindo e ainda me orgulho em dizer que não perdi nenhuma das placas de borracha.

O perigo sempre rondou minhas viagens e me orgulho por ter resistido por bastante tempo em baixo d’água, sem emergir, nas emergências para consertar os barcos em que eu viajava para o alto Jutaí. Porém, certa vez ao ajudar a colocar a proa do motor para empurrar uma grande jangada no alto Rio Jutaí, desequilibrei-me e cai na água, permanecendo certo tempo embaixo d’água. Quando boiei, a jangada já havia passado, sem saber exatamente por quanto tempo tive de esperar embaixo da jangada e nem lembro se lutei para sair, apenas boiei depois dela. Acredito que tive a proteção divina neste e em outros casos de perigo que enfrentei, que não foram poucos.

José Cavalcante²⁰

Fui seringueiro e depois que meu irmão Sergio se tornou comerciante passei a viajar pra ele no Rio Jutaí como regatão. As viagens até o rio Curuena, afluente, duravam em média 30 dias e seguiam uma certa rotina: subia o rio vendendo mercadorias diversas para os seringueiros e somente no retorno (baixada) recebia o pagamento em produtos.

Os seringueiros se espalhavam em cerca de 140 portos e combinavam comigo uma certa data para o pagamento da mercadoria recebida. Eu programava para retornar no dia combinado e por várias vezes ficava parado no último porto

²⁰ Zeca (1940-2026), filho de Teotonílio Mendes Cavalcante e Vicência Protásio.

da subida por mais ou menos uns 10 dias para dar tempo aos seringueiros produzirem as “pelas” de borracha, sernambi e pescar o peixe liso e pirarucu. O saldo dos seringueiros era pago em dinheiro.

Meus ajudantes nas viagens eram Zé Vela, Picolezinho, Nego Campos, Raimundo (Lontra) e João Mendes, meu irmão mais novo. Problema com alimentação não existia, ao contrário, era uma fartura de peixe fresco, tracajá e carne de caça. O perigo era constante e se não fosse a fé e a providência divina o pior poderia ter acontecido como o dia em que o rebojo engoliu o barco e depois devolveu.

Em uma viagem, uma família, mãe e duas crianças, pegou carona, o barco seguia seu curso, rio abaixo, com o motor desligado, o que era comum na baixada deixar ser conduzido apenas pela correnteza. Tudo estava tranquilo até que os homens resolveram pegar a canoa para rebocar no barco até um porto mais próximo. De repente o barco começou a “sentar” (afundar), pois havia ficado preso em um tronco submerso de uma árvore e o local era uma zona de um grande rebojo. Houve gritaria e todos pularam na água. Antes do barco submergir a família também pulou na água. Para surpresa de todos, minutos depois o mesmo rebojo fez emergir o barco alguns quilômetros abaixo sem nenhuma avaria. Infelizmente, as duas crianças desapareceram nas profundezas do rio sem serem mais encontradas, salvando-se apenas a mãe.

Em 1974, no barco em que eu viajava, havia um camarote que também era usado como loja, onde eram guardadas muitas mercadorias expostas em prateleiras. Por inexperiência, eu mantinha um fogão de duas bocas e uma botija de gás no camarote para fazer café. Certa manhã, ainda com a porta do camarote fechado, acendi o fogão iniciando um fogo que se espalhou para a botija de gás e depois para meu corpo.

Tentei sair, mas a porta travou, então comecei a gritar e a tripulação correu em meu socorro. Após várias tentativas de abrir a porta e não conseguir, com medo de que fossem atingidos pelo fogo, todos se atiraram na água. Com o corpo já todo tomado pelo fogo consegui ver um saco de estopa na prateleira, peguei e gritei: “Valei-me meu São Francisco” e joguei a estopa na botija, que apagou imediatamente o fogo.

Pouco tempo depois, a tripulação retornou ao barco e providenciou os primeiros socorros derramando leite condensado e magnésia em meu corpo. Por sorte já estávamos perto da Foz do Jutai e chegando lá, imediatamente, fui enviado para Fonte Boa que oferecia melhor estrutura de saúde. Após ser atendido, vi uma bacia de peles queimadas retiradas do meu corpo, fiquei sem nenhum fio de cabelo e até minhas unhas estavam queimadas.

Após alguns dias, com o corpo cheio de cicatrizes, perguntei ao médico o que ele poderia fazer para curar minhas feridas e eu ter minha pele de volta. Ele me aconselhou: “Use bastante leite de jerimum para curar as cicatrizes e cinzas de jornal para nascer cabelo”. Disse o médico que ia demorar, mas que a pele iria se recuperar e nascer cabelo novo. Segui os conselhos do médico e, após dez anos, não tinha qualquer cicatriz, porém não escapei de uma reluzente calvície.

Oton Oliveira²¹

Após mudar para Manaus em 1958, para morar com minha tia Maria e seu esposo Francisco Moura, retornei a Jutai com meu pai Jatyr em 1965 ou 1966, como castigo porque tinha ido mal nos estudos. Meu pai estava construindo uma nova embarcação (Zé Tuchaua) e decidiu que eu iria viajar com ele para o alto Jutai para me dar uma lição e compreendesse o sacrifício que era viver naquelas condições.

Iniciamos então minha primeira viagem para o Alto do Rio Jutai, eu, meu pai, tio Sílvio, o Cícero Filho e o Gustavo. Ao chegar na boca do Rio Biá, logo avistei uma linda garota indígena e tentei paquerá-la. Pelo atrevimento levei uma tremenda surra do meu pai sem saber o porquê.

Depois de uns dois dias do fato, tio Sílvio me explicou que a garota era minha irmã Maria. Eu desconhecia a existência dela e só a conheci muito tempo depois, quando a mãe dela morreu e o papai a trouxe para nossa casa em Jutai e deixou-a aos cuidados de minha mãe. Depois ela mudou-se para Manaus acompanhando minha tia Laura Paes (Laura Maniçoba), prima da minha mãe.

²¹ Nasceu em 1950, filho de Jatyr Gomes de Oliveira e Amazonina Falcão de Oliveira.

A última notícia que tive dela faz mais de 10 anos, quando soube que ela estava morando em Paris com uma de suas filhas. Se ainda estiver viva, aquela bela indígena que quase me fez cometer um incesto deve ter entre 73 e 75 anos.

Juarez Oliveira²²

Vou relatar a experiência de meu pai Elcides e de meu irmão Venino, como regatão e minha experiência em pescaria nos rios de Jutai.

Meu pai Elcides, era sobrinho de Cícero Tuchaua, cujo pai tinha o mesmo nome Elcides e a mãe, minha avó, se chamava Edith. Ele era neto de Francisco, Ursula, Elias e Maria. Ele trabalhou desde jovem, chegando a compor a equipe do primeiro prefeito de Jutai, Oswaldo Arantes, que fora indicado pelo governo do Estado. Até os 40 anos de idade labutou como viajante, popularmente o regatão, para o alto Jutai, como empregado do seringalista Benjamin Affonso. É oportuno frisar que ele sempre conservou com Benjamin uma relação de respeito e amizade até se decidir em trabalhar por conta própria.

Neste novo desafio, passou a ser aviado (o mesmo que ser provido) de mercadorias, por Pedro Souza, o Pedrão, casado com sua prima Clarice. Aproveitava as viagens do motor Cyll Farney de propriedade de Pedrão para pegar carona na subida até o médio Jutai, retornando depois em seu canoão, a remo, vendendo os produtos de interesse dos seringueiros como alimentos, vestuários etc. e comprando deles os produtos mais comercializados como borracha, couro de animais, porém tinha o prazer de apanhar nas praias os bichos de casco (tartaruga, tracajá etc.). Comprava e transportava os produtos mais leves como o sernambi, todavia os produtos mais pesados, como a borracha, ele deixava com os seringueiros para serem transportados por Pedrão ou algum de seus empregados, responsável pelo barco.

Como era comum na época, além de regatear, também trabalhava em outras atividades que pudessem gerar alguma renda. Como agricultor, cultivava mandioca para a produção de farinha e outras culturas para consumo da família e para comercializar como

22 Nasceu em 1957, filho de Elcides de Oliveira e Edith Nascimento Oliveira.

banana, melancia, ananás e mamão. Prestava também serviços como carpinteiro na construção de casas. Herdei dele o gosto pela pescaria de nossos peixes amazônicos.

Meu irmão Venino, que tinha mais ou menos uns 15 anos, retornou de Manaus onde estudava, e trabalhou com nosso pai por um verão na prática de regão. Após essa experiência, já no ano seguinte, seguiu os passos de nosso pai comercializado também no médio e alto Jutaí.

Tive breve experiência, em período de férias da escola em Manaus, de pescaria de peixe de couro para ser vendido aos colombianos e peruanos, no médio rio Jutaí e rio Mutum, afluente do rio Jutaí na margem direita, realizada com meu tio João Tuchaua, alguns primos e pescadores. Nessa pescaria, meu tio João pescou o maior tambaqui que já vi na minha vida, de 42 kg. Asseguro que não é “estória de pescador”, tenho testemunhas, meus primos Paulo César e Flávio Rubem.

A outra experiência foi com meu irmão Venino até o baixo rio Jutaí e rio Boia (onde mais recentemente, há cerca de três décadas passou a ser explorado pelo garimpo) e no rio Biá para pescar e apanhar ovos de tracajá e tartaruga nas diversas praias que lá existiam. No rio Biá fomos abordados em certo trecho da viagem por indígenas que portavam arco e flexa. Sentimo-nos ameaçados e receosos de prosseguir na viagem, retornamos para o rio Jutaí, passando pelo rio Boia e posteriormente para a Foz de Jutaí.

Ricardo Oliveira²³

Em meados do mês de junho do ano de 1993, quando eu tinha 18 anos, fiz minha última viagem com meu pai Venino no Rio Jutaí, em período de friagem, não mais que 14°, época em que ele costumava realizar essa viagem anualmente. Naquela época, era de muita fartura e muita produção. No período da cheia se trabalhava com madeira, que era transportada em jangadas e vendida para madeireiras em Manaus, e no período da seca se trocavam produtos, como escambo. Trocavam-se produtos diversos de interesse dos ribeirinhos por produtos como borracha, caça

23 Nasceu em 1974, filho de Venino Oliveira e Marly Freitas.

(anta, queixada, veado etc.), pescados (pirarucu seco, peixe liso seco etc.) e quelônios (tracajá, tartaruga, zé-prego, cabeçudo, capitari, iaçá, jabuti etc.).

Sáimos do porto Montezuma de propriedade do Pedrão, em seu barco Cyll Farney, com destino ao Alto Rio Jutai. Nosso primeiro destino seria a comunidade de Copatana, onde pegaríamos os pescadores e seu material para seguirmos viagem. Partimos na viagem: Eu (Ricardo), meu pai e Manoel “Bodozinho” e o Ferinho que era o cozinheiro. No Copatana apanhamos os pescadores, dos quais lembro do Didó e seu Elesbão entre vários outros.

Chegamos em Copatana por volta das 04:00 da manhã, fazia um frio intenso, e às 06:00 meu pai só de cueca (enquanto eu estava todo encapado, com duas blusas, duas calças, duas meias e um agasalho) foi até à canoa tomar um banho como se fosse meio-dia e sol bem quente.

Partimos de Copatana e no primeiro dia da pescaria, aproximou-se uma canoa com um peixe, que parecia um “bobó” gigante, mas eu soube depois que era um “cuiú-cuiú”. Fiz uma expressão de quem não comeria aquele peixe, enquanto o cozinheiro o preparava para servir no almoço, apesar do cheiro convidativo. Na hora do almoço, eu estava “pegando leme” prosseguindo a viagem, quando meu pai mandou me chamar para almoçar. Respondi que não estava com fome, então ouvi um grito: “vem logo seu “fdp”. Depois desse amável convite não pude recusar mais o almoço. Porém, nas primeiras colheradas com cubos da carne do peixe e um pouco de farinha, exclamei: Meu Deus, que comida maravilhosa! Repeti por várias vezes a porção.

Quando já estávamos na localidade chamada Fortaleza, no Alto Jutai, no meio da tarde, com o barco parado, alguns pescadores tinham saído na canoa para pescar, quando vimos um tracajá boiar. O Didó, que havia permanecido no barco, disse: “vou já buscar esse bicho”. Mergulhando sem nenhum utensílio e, após alguns minutos, emergiu segurando o tracajá. Aquilo pra mim foi incrível! São “histórias de pescador” verdadeiras e marcantes da minha adolescência.

LEMBRANÇAS DE INFÂNCIA DAS MENINAS DE JUTAI

Este capítulo está organizado com uma coletânea de textos de autoria de mulheres, ou meninas, que se dispuseram a colaborar, sobre as lembranças da infância em Jutai.

Maria José Lasmar²⁴

Aos 7 anos de idade, em 1960, vim morar em Manaus na casa da minha tia Raquel, portanto, minhas lembranças da minha infância em Jutai é bastante vaga, abstraídas principalmente das minhas férias de final de ano, até os 15 anos de idade quando vim morar definitivamente em Manaus, juntamente com minha família, e não mais retornando até 2023, quando realizei duas viagens.

Algumas lembranças ainda me são bem nítidas, para mim reais. Aos domingos íamos para a igreja de São José, igreja católica, e eu nem tinha ideia de que havia outras religiões. Para ir à missa, celebrada pelo Pe. João, vestíamos as nossas melhores roupas.

O cemitério me deixava assustada, pois eu via que os mortos eram levados para lá em caixões feitos pelo tio Juca, carregados por quatro homens. Eu sentia mais tristeza ainda quando iam enterrar as crianças, que eram chamadas de anjos, levadas em uma procissão com cânticos em louvor a Nossa Senhora como “com minha mãe estarei [...]” e aí eu ficava imaginando, apavorada, por qual motivo Deus levava uma criancinha para longe da família. Várias delas morriam afogadas, principalmente as que se arriscavam na prainha, em frente ao bazar do Seu Moura.

As ruas da cidade não tinham asfalto e nem eram cimentadas, eram de barro vermelho, mas tudo limpo, digo sem mato e com caminhos que nos levavam da Vila Lasmar ao centro, para o Pedrão, Vila Sônia e bazar do Seu Moura. Bem mais atrás

24 Nasceu em 1953, filha de Elizeu e de Cleia Lasmar.

do centro, tinha a casa da D. Dora e da D. Rita que eram parentes e por quem eu tinha um grande carinho e pena porque eram muito pobres, jamais as esqueci.

Na minha inesquecível vizinhança morava a família da D. Maria Galino. A Vila Tuchaua era um lugar mágico, onde se chegava atravessando um igarapé, onde às vezes eu ia ficar uns dias com minhas tias Zenir e Diva, porque a minha mãe estava com bebê novo ou doente. O rio passava em frente da Vila e as mangueiras ficavam em frente, entre o rio e as casas dos parentes que foram construídas em terreno de barro vermelho. Além dos barcos de regatões brasileiros, de vez em quando chegava em um dos portos das Vilas da Foz um navio peruano. Penso que não era legal, mas era um sonho, um desejo meu que chegasse algum, pois eles traziam produtos que não tínhamos acesso facilmente como queijo, chocolate e biscoito.

Tínhamos frutas deliciosas, tucumã e mari-mari tinham cheiro de casca de árvore ou dos caboclos, era uma fartura só, goiabeiras pela “beira” dos caminhos, pés de abiu, hum!. Os peixes, nem se fala, eram deliciosos: sardinhas, pacus e tambaquis, tudo muito fresquinho e saboroso.

Tinha festa de dançar de par no centro (uma espécie de bairro) onde, acho, que foi lá que tomei gosto pela dança. Os músicos eram seu Pedro Galo no violão e o Valdir, filho do tio Juca, no cavaquinho. Lembro da D. Demétria, mãe do seu Pedro Galo, que sempre dançava muito séria e parecia que estava em um ritual. Nessas festas sempre tinha um cafezinho ou nescau muito deliciosos. Penso que é uma das minhas melhores lembranças felizes.

Eu adorava e conseguia ficar acordada nas alvoradas que aconteciam na casa do vovô Cícero, em todo aniversário dele, no primeiro dia de janeiro, reuníamos embaixo de uma mangueira, próximo à casa dele. Esperávamos à meia-noite e aí começava a cantoria e tome-lhe dança, nescau, guaraná e bolo. Eu não perdia uma. São minhas melhores e mais fortes lembranças de Jutai: as vilas, as festas, a pastorinha do Natal, as brincadeiras de roda, a banana verde frita que se comia no café da manhã, as mangas da Vila Tuchaua [...]. Não tínhamos ideia de como éramos felizes e se eu pudesse por um momento só voltar no tempo seria maravilhoso!

Aos 14 anos de idade saí de Jutai para estudar em Tefé e aos 17 anos mudei-me definitivamente para Manaus. Até essas idades, eu frequentava às festas semanais organizadas pelo Pedro Carneiro, acompanhada da Sabá, irmã da D. Cantídia, mas não dançava, gostava apenas de assistir. Porém participava do carnaval de rua, semelhante aos blocos de hoje, que era organizado por D. Demétria, mãe do Pedro Carneiro. Nossas fantasias eram geralmente nas cores amarelo e vermelho, confeccionadas com tecido chita e papel crepom. Quase todos os jovens e idosos da comunidade participavam.

Lembro da D. Nena (Isaura Viana) com quem eu estudava. Eu inventava de ir ao banheiro para pegar tangerina no quintal dela, quando retornava pegava uns bolos de palmatória, pois o cheiro da tangerina me traía. Leva também outros bolos dela quando nas sabatinas, principalmente de matemática, eu não acertava as questões. D. Nena organizava o desfile de 7 de setembro com direito a gemada e chocolate, era uma delícia, mas tinha que ser após o desfile. Gostava também do Jogral que ela organizava (pequenas peças teatrais) para interpreta textos literários que falavam da pátria em 7 de setembro.

Nos dias de luar, brincava de manja e de roda com as outras meninas. Eu tinha uma vontade permanente de ir para a Vila Tuchaua pra chupar manga e visitar minha amiga Maria do Carmo, mas o que eu não declarava é que eu ia mesmo pra ver o Jonas por quem eu era apaixonada (amor platônico) que nunca soube dessa estória! Eu sabia que quem gostava de mim era o Venino, filho do Seu Elcides.

Das frutas que eu gostava bastante eram abiu e araçá, que tinham no quintal da minha casa. Lembro que de vez em quando eu era convidada pra comer o feijão com charque inesquecível da D. Cleia, feito em panela de ferro no fogão de lenha, e nessa ocasião quase sempre via a Iracema com as pernas espichadas comendo tucumã com farinha.

25 Nasceu em 1953, filha de Antônio Ferreira (Bacurau) e Adrelina de Medeiros.

Perto de onde morava da D. Maria Galino certa vez, eu e outras meninas comemos folha de tajá, e quase morremos envenenadas. Em outra ocasião, ia me afogando no igarapé perto da minha casa, que também ficava próximo da casa da D. Maria Bichara, fui salva pela minha mãe, D Biluca, com quem eu costumava ir pra roça descascar macaxeira e esperar que ela fizesse o *bijoux*.

Darlene Moreno²⁶

Vivi em Jutai até os 12 anos de idade, quando me mudei com a família para Manaus. Até lá, aos domingos, como quase todos na cidade, eu ia pra igreja assistir à missa celebrada pelo Pe. João e depois retornava para minha casa.

Estudei com D. Bebé, D. Nena e Suzete que foram muito importantes na primeira fase da minha educação escolar. Ajudava minha mãe na roça, além de plantar e colher também carregava lenha.

Lembro das brincadeiras com outras crianças, principalmente de manja sob a luz de um luar maravilhoso que parecia dia. Carregar água do rio para encher o pote de barro com filtro de carvão era uma tarefa diária imposta pela minha mãe, Maria Bichara, como era conhecida, mas nunca deixava de pular no rio que era sempre divertido.

Meu esporte favorito era pescar e aos 9 anos já era uma pescadora veterana. Eu pegava nossa canoa sozinha e não tinha medo, com meus apetrechos de pesca: caniço de galho de madeira, isca de minhoca ou bolinho de peixe. Na hora que dava, manhã ou tarde, eu saía para minhas aventuras de pescaria e nunca retornava sem alguma sardinha, aracu ou cascudinha para comer assada na brasa.

26 Nasceu em 1956, filha de Julio Moreno e de Maria Bichara Moreno.

Retornei de férias a Jutai quando tinha 12 anos, após ter vindo morar em Manaus quando tinha entre 9 e 10 anos de idade. Nessas férias, que passei na casa da tia Zenir Oliveira, pude visitar alguns parentes, relembrar e fazer algumas das coisas de que gostava antes da mudança: comer banana frita, tanto verde quanto madura, comer tracajá, passear de canoa e subir nas árvores para apanhar frutas.

Uma das lembranças marcantes é sobre um passeio no final de tarde em companhia do meu irmão Jatyr Filho para apanhar frutas. Saímos de canoa no igapó, olhando de árvore em árvore em áreas alagadas nos arredores da Vila Tuchaua e como não retornamos logo, minha família sentiu nossa falta. Meu pai Jatyr chamou umas pessoas para ajudar a nos procurar, e já era noitinha quando nos encontraram trepados em uma árvore e com a expressão de medo.

Um dos motivos do medo era a preocupação com o castigo, da surra que provavelmente iríamos receber pela traquinagem de sair sem avisar e não retornar logo. O outro motivo era o medo real porque nos pedemos e resolvemos subir na árvore para não sermos comidos pelos bichos enquanto rezávamos e torcíamos para sermos encontrados, a essas alturas a surra era o de menos.

Maria Cleonice Mendes²⁸

Minha infância foi boa, cheia daquelas brincadeiras simples do interior. Naquele tempo a gente não tinha esses brinquedos de hoje. Brincava muito de roda, de manja-pega, tanto na terra quanto na água. Pulava corda, jogava pincha de garrafa e peteca. Também brincava de boneca, mas eram de pano. Não existiam essas bonecas bonitas que existem hoje.

Os brinquedos, principalmente os meus, eram coisas simples: tampas de tubo de pasta, caixinhas de fósforo vazias. As panelinhas eram aqueles “papeirinhos” (medidores) que

²⁷ Nasceu em 1954, filha de Jatyr Gomes de Oliveira e Amazonina Falcão de Oliveira.

²⁸ Nasceu em 1959, filha de Sérvulo e de Dáurea Mendes.

vinham dentro das latas de leite Ninho. A gente também fazia casinhas cobertas com palha de bananeira.

Quando chovia, as garotas corriam de calcinha, de shortinho, e alguns meninos corriam até nus, para não apanhar depois da mãe por causa do calção sujo. A gente escorregava naquele rego por onde a água descia mais forte e ia parar lá na frente. Aquilo era uma maravilha.

Lembro com muita saudade das histórias de D. Salviana. Nas noites de lua cheia, que clareavam tudo — porque lá ainda não existia luz elétrica — a garotada se reunia para brincar e depois parava para escutar as estorinhas que D. Salviana contava, lá na Vila Mendes.

Também lembro com muita saudade do tempo em que a Leny ia passar as férias em Jutai e levava o acordeom dela. Reunia a garotada e tocava para nós. Acho que ela levava salgados de Manaus, porque me lembro de ter comido canudinho, coisa que quase não tinha por lá.

A gente ficava ali na margem do igarapé que ligava a Vila Tuchaua à outra parte da cidade. Era muito divertido. A travessia era feita pelo pranchão, que a gente empurrava com uma vara. Certa vez, a Leny fez um piquenique ali e cantou músicas tão bonitas que nunca mais saíram da minha cabeça.

Na escola, quando eu estudava com D. Nena, eu não passava de ano, porque quase toda semana eu rasgava o ABC. Eu não conseguia diferenciar qual era o B e qual era o D. Passei vários anos no ABC, levando palmada na mão para aprender. Mesmo assim, guardo boas lembranças daquele tempo.

Sinto muita falta dessas brincadeiras e das aulas de antigamente. Foi uma infância boa, brincando com o que a gente tinha na época. Acho que até era melhor do que hoje, quando as crianças ficam presas ao celular e a tantos brinquedos sofisticados.

Eu gostei muito da minha infância. Foi um tempo que me marcou profundamente, e até hoje me considero uma pessoa muito feliz por ter vivido tudo isso.

Minha melhor lembrança é da antiga ponte do São Francisco. Lá vivemos momentos inesquecíveis. A cada balde d'água que carregávamos, dávamos um pulo na água e tudo virava brincadeira. Muitas vezes também nadávamos o igarapé inteiro até chegar à antiga ponte da Vila Tuchaua.

Tenho ainda uma memória bem nítida do antigo relógio da cidade. Ali, depois das aulas, era o ponto de encontro para as brincadeiras da época: pega-pega, esconde-esconde e tantas outras.

O relógio ficava bem em frente ao hotel da dona Gení. Nessa época, minha família tinha chegado recentemente do interior de Jutai e morávamos na casa do seu Biriba, filho de D. Maria Ribeiro, que ficava bem ao lado do relógio.

Maria de Fátima Lasmar³⁰

Eu tinha mais ou menos 10 anos de idade quando saí de Jutai para Manaus, a fim de estudar no Colégio Patronato Santa Teresinha. Em Jutai eu gostava muito de brincar com a tia/prima Silvia, Neide, Maria do Carmo, Clara e Darlene. Brincávamos de casinha, preparar comidinha, de roda, esconde-esconde e manja-pega. Meus vizinhos mais próximos eram a D. Maria Bichara, D. Biluca, Luzanira e D. Elnice. Eu gostava de frequentar a casa da tia Dora, como ela era conhecida, que no trajeto precisava atravessar um igarapé, para comer tucumã e uixi. Para chegar à casa do vovô Cícero, passávamos em cima de uma árvore caída que ficava próxima de uma plantação de melancia do Seu Joaquim, marido de D. Elnice. Eu costumava partir alguma melancia ainda verde e corria pra longe. Certo dia, ganhei um caniço de alguém, peguei uma canoa que estava amarrada no igarapé que atravessava para chegar à casa do vovô, e fui pescar, um passatempo do qual gostava muito. Fiquei tão concentrada na pescaria que esqueci do horário, passando o dia todo longe de casa. Nesse meio tempo o papai e

29 Nasceu em 1980, filha de Cícero Gomes de Oliveira Filho e Francisca Trajano da Silva.

30 Nasceu em 1955, filha de Elizeu e Cleia Lasmar.

mamãe saíram a minha procura e me encontraram retornando para casa com uma cambada de aracu. A mamãe queria me dar uma surra por ter sumido, mas papai interveio e não permitiu. Essa foi minha última aventura como pescadora.

Outra aventura da qual eu gostava era apanhar fruta. Certo dia fui apanhar caju em uma casa abandonada que pertenceu a filha de D. Amelia, já falecida. Quando subi no cajueiro, D. Amélia apareceu na porta da casa e gritou que a alma da filha viria me pegar, caí estatelada no chão. Quando D. Amelia me reconheceu ficou preocupada por ser amiga de meus pais, então ela gritava desesperada achando que tinha causado minha morte, então levantei e ela ficou aliviada.

Gostava do baile de carnaval organizado por D. Bebê, filha de D. Maria Ribeiro, que se chamava sapequinha. A fantasia costumava ser uma blusinha curta com uma minissaia rodada na cor vermelho e amarelo. Pra finalizar, lembro também do Matinta Pereira e do curupira que poderiam me pegar durante o sono se eu fizesse alguma traquinagem, assim dizia o papai, enquanto eu ouvia suas estórias deitada embaixo da rede dele. Tive vários pesadelos com ambos.

Isabel Montezuma³¹

Vivi na Foz do Jutai até os meus quase 9 anos de idade, quando em janeiro de 1950 mudamos para Manaus. A minha infância em Jutai foi maravilhosa!

Eu morava numa casa bem grande, construída num imenso terreno, onde meu pai mandou plantar em volta uma variedade enorme de árvores frutíferas. Adorava subir nessas árvores, para pegar as frutas com a mão e comê-las ali mesmo no pé. A fruta que eu mais gostava era o abiu. Comia tanto, que chegava em casa com os lábios grudados.

Meus amigos nessa época eram os filhos das pessoas que trabalhavam lá em casa e dos que cuidavam das hortas, plantações, criações de galinha, porcos, patos e do curral das tartarugas.

³¹ Nasceu em 1941, filha de Luiz Montezuma de Oliveira e Maria da Costa Oliveira (carinhosamente chamada de Nega e Mariazinha).

Ia para o Igarapé sempre com a mamãe e meus amigos e quando o pessoal lavava a nossa roupa e a da casa. No caminho para o Igarapé, passávamos pela casa da D. Simona, uma senhora idosa que apareceu na Foz e que falava espanhol. Meu pai mandou construir uma pequena casa para ela, nas proximidades do Igarapé. Lembro de um outro idoso, o Seu Nezinho, que o papai também ajudava. Ele morava ao lado da loja do comércio do papai.

Quase sempre, no final da tarde, ia com os meus amigos sentar-se nos bancos à sombra das mangueiras, no alto do Porto Montezuma, para ver os botos nadarem. Batíamos palmas e aí é que eles se exibiam. Ficava encantada com a “dança” desses animais!

Dois acontecimentos ocorridos com a mamãe que muito me impressionaram. O primeiro, mamãe em uma das vezes que foi ao Igarapé tirou a aliança do dedo para lavar roupa e a colocou num galho de mato, próximo. Quando chegou em casa de volta, lembrou que tinha esquecido a aliança. Quando foi dormir, pediu a Deus e a São José (padroeiro do Jutai) que mostrassem em sonho o lugar onde estava a sua aliança. No dia seguinte, mamãe voltou ao Igarapé e encontrou a aliança, no lugar exato, que apareceu no sonho. O segundo, no final do dia, quase escurecendo, mamãe saiu da casa para jogar lixo na lixeira que ficava no quintal. Pisou sem querer num enorme sapo cururu que deu um salto e se agarrou na perna dela, apertando com força. Mamãe começou a bater no sapo com o chinelo, quanto mais ela batia mais o sapo apertava a perna dela. Então, ela chamou meu pai, que mandou buscar o Seu Chagas, que trabalhava há anos para a família. Seu Chagas meteu dois dedos nos olhos do sapo, com muita força, só aí, então, é que o sapo foi soltando, lentamente, a perna da mamãe.

A partir dos meus 6 anos, comecei a dançar no Pastoril do Natal. Meu personagem era a pequenina do vestido curto. Era mágico dançar no Pastoril, mas eu também adorava participar dos ensaios.

A chegada do Padre João foi um grande acontecimento. A Igreja passou a ter vida: missas, batizados, crismas e casamentos. Tudo o Padre João realizava. Ele foi padrinho do meu irmão José. Desde que ele chegou foi logo morar na nossa casa. Foi maravilhoso!

Ele contava lindas histórias e falava sempre da sua terra natal, a Holanda, como era a vida lá, o que eles comiam, o frio que fazia no inverno, tudo muito diferente de nós. Anos depois, ele nos visitou em Manaus, voltando de umas férias na Holanda. Disse algo tão especial, que nos encheu de orgulho e gratidão: Ele não mais se considerava holandês, ele era Jutaiense e queria morrer no Jutai.

No dia da nossa partida definitiva para Manaus, em janeiro de 1950, tenho na minha memória uma linda imagem: uma grande parte dos moradores da Foz do Jutai estava lá no Porto Montezuma, chorando e nos acenando adeus com as mãos. Foi comovente!

CAUSOS E CONTOS CURTOS: VERDADES, MEIAS-VERDADES E MENTIRAS DESLAVADAS

Neste capítulo, os causos e contos, sem distinção e explicação do que é um e outro, são engendrados e narrados pelos autores sobre algum fato, alguns casos totalmente verdadeiros; outros com floreios para torná-los mais pitorescos, contudo, sem tirar a essência de sua veracidade ou meias verdades; e alguns que parecerem e podem ser inverossímeis, mentiras absolutas.

Cícero: A Luta Contra os Botos e o Enigma da Noite

Silvia Oliveira

Minha mãe Gilda me contou um fato inusitado que ocorreu com meu pai Cícero, por volta de 1938, quando ele tinha 45 anos. Papai encomendou aos seringueiros uma boa quantidade de madeira (nessa época não era proibido cortar e comercializar) e na data marcada viajou, sozinho, sem motor, ao Alto Jutaí para apanhar a madeira, que foi organizada em uma grande jangada, amarrada com cipó-envira.

Papai fez uma pequena cobertura de lona sobre a jangada para sua proteção e a seus poucos pertences que trazia. Pela manhã, cortou os cipós que prendiam a jangada no porto e empurrou-a para o meio do rio, deixando que a correnteza a levasse rio abaixo. De dia foi tranquilo, porém, à noite, por volta das 22:00, ele sentiu umas batidas embaixo da jangada. Pegou seu facão, a lanterna e ficou em alerta. As batidas se intensificaram em pontos diferentes e de maneira coordenada.

Ele sabia que se tratava de animais aquáticos, que não eram entes de outro mundo, mas a escuridão da noite o impedia de enxergar embaixo das madeiras. As batidas foram aumentando e em dado momento a primeira tora de madeira se soltou da jangada. Daí em diante, a cada investida coordenada dos agressores outras toras foram se soltando.

Quando a jangada já estava com menos da metade das toras ele pôde observar que o ataque vinha de vários botos vermelhos. A partir daí começou a sua luta para afugentá-los. Corria de uma ponta a outra e batia com a vara de guiar a jangada, mas de nada adiantava, as toras continuavam se soltando.

Passadas cerca de três horas, a jangada só tinha três toras de madeira. A essas alturas seu “inferno” só crescia, enquanto os botos rolavam as toras e ele tinha que se equilibrar em cima delas a ponto de em várias ocasiões cair sobre elas. Mais uma hora de tortura e os botos o deixaram apenas com uma tora.

Ao rolares a única tora, era inevitável que o papai caísse na água e se esforçasse para subir ou se manter agarrado nela. Os botos ficaram em volta, mergulhando e batendo nele, quando boiavam davam uma bafurada em cima dele soltando uma gosma que o deixava pegajoso e com dificuldade de se segurar na única tora de madeira que restou.

Ele lutava bravamente com seu facão até que não foi mais possível se manter sobre a única tora de tão lisa que estava. Por volta das 4:00 horas ele já estava muito cansado, sem força, parecendo um brinquedo para os botos, sendo jogado de um lado para o outro, até perder os sentidos.

Passaram-se mais ou menos 12 horas quando o papai acordou, tinha alucinações, falava palavras desconexas e tinha muita febre. Atordoadado via vultos à sua volta, escutava vozes, mas não sabia de onde vinham e quem as pronunciava. Voltou a adormecer e depois de mais ou menos outras 12 horas acordou. Foi então que ele viu os indígenas em sua volta fazendo pajelança com defumação, folhagens grudadas no seu corpo e emplastos em sua cabeça.

Como estava fraco teve que tomar também uns “preparos” na cuia, atendendo o conselho do Pajé, permanecendo na tribo por mais dois dias até que estivesse totalmente restabelecido. Papai perdeu a jangada, mas salvou a vida e estreitou mais ainda a amizade com os indígenas, merecendo o título de Tuchaua!

Pajelança com os Indígenas Kanamari

Calos Oliveira (Carlão)

Tive a oportunidade de confraternizar com indígenas de diversas tribos em várias ocasiões, mas, principalmente, nas aldeias dos Kanamari e dos Marinalvas, nas cabeceiras do rio Jutai, onde participei de vários de seus rituais.

Confesso que não entendi e me deixou muito intrigado o tratamento que recebi na primeira visita que fiz aos Kanamari. Eu tinha uns 20 anos, quando alguns indígenas, todos mais velhos que eu, aproximaram-se e pediram “bênção tio Carão” (eles não conseguiam pronunciar Carlão). Com o passar do tempo fui me acostumando e entendo melhor essa reverência.

Uma das minhas lembranças do modo de vida deles era o gosto pelo cultivo e as grandes plantações de cana que possuíam. Quando eu chegava na aldeia, nessa época eu já fazia minhas próprias viagens, era comum a tribo se reunir e o chefe mandar lavar o engenho onde produziam de 4 a 5 latas de garapa.

Eu costumava me sentar no meio da roda com eles, oferecer uns 5 pacotes de bolacha e pedir que fizessem fila para receber a garapa e bolacha. Era uma festa muito animada e fraterna, participavam todos: idosos e crianças, com muita alegria e descontração. Só não me recordo se algum dos indígenas me chamou de “meu irmão Carão e se fumei o cachimbo da paz”.

Elizeu, o “Don Juan Leproso”

Iracema Lasmar³²

O papai era conhecido por ser um dos frequentadores mais assíduos da Vila Sônia (lembra de onde ficava o bordel mais famoso da cidade?), assim como vários outros de seus amigos e parentes que eu não posso dizer o nome. Já namorava há certo tempo uma “donzela” daquelas bandas quando alguém o avisou que o pai dela tinha lepra.

³² Nasceu em 1957, filha de Elizeu e Cleia Lasmar.

Para ele era apavorante só de pensar em pegar lepra e porque tinha muito medo de morrer. Tinha o hábito de passar álcool no corpo inteiro sempre que retornava das aventuras noturnas. Certa noite ao retornar de uma delas e ao chegar em casa, o motor de luz já havia sido desligado (na época, para quem lembra, a certa hora o motor de luz era desligado pra economizar combustível) e ele entrou de ponta de pé em casa para não acordar a mamãe (que, resignada, fingia, como sempre, estar dormindo). Passou a mão na garrafa de mercúrio pensando que era álcool e se lambuzou, depois foi dormir.

Na manhã seguinte ele foi acordado bem cedo com uma batida na porta por um moço que havia sido contratado para fazer um serviço. O papai abriu a porta e o moço ao ver os braços e o rosto avermelhados dele arregalou os olhos e fez uma cara de muito espanto e exclamou: Seeeuuu Eeeelizzzeuuu de Deeeusss!!!! Logo veio à mente do papai o que poderia ser. Ele então se ajoelhou e começou a orar em voz alta, quase chorando, em tom de despedida: Perdão Meu Deus! Valei-me Minha Nossa Senhora! Tô leproso! Tô Leproso! Tô leproso!

A Redenção de Moleque Travesso

José Ribamar Mendes³³

Pouco tempo depois do episódio das “pegadas” na rua que meu padrinho Elizeu estava construindo, estava eu assistindo os barcos passarem na beira do barranco da Vila Mendes, quando surgiu uma baleeira vinda da direção do Chatô (porto do Padre João, entre a Vila Lasmar e o Porto Montezuma). Era uma lancha grande, bonita e veloz, mas que ao chegar no encontro do rio Jutai com o Solimões, capotou, pois nesse local havia um rebojo muito forte, bem em frente ao barranco onde eu estava contemplando a natureza.

Fiquei aflito sem saber se corria pra pedir socorro ou o que fazer pra resgatar quem estava na lancha. Logo comecei a ouvir os gritos de socorro e reconheci que era a voz do meu padrinho Elizeu

33 Nasceu em 1956, filho de Sérvulo e Dáurea Mendes.

e ao lado dele nadava também uma madame. Todos na cidade sabiam, inclusive eu, que meu padrinho tinha uma namorada casada, embora evitassem comentar (fofocar!) sobre o caso, principalmente falar o nome da madame na presença das crianças, era um tabu. Soube depois que eles estavam indo na direção de Fonte Boa para namorar sem serem importunados.

Avistei nessa hora uma lancha que vinha da direção da Vila Lasmar ou do Porto Montezuma (do Pedrão), pensei: minha chance de “cair nas graças” novamente do meu padrinho. Corri para a praia, em frente ao barranco e comecei a gritar para os ocupantes da lancha: “Socorro, salvem meu padrinho Elizeu e a namorada dele, D. Fulana...”. Assim, o segredo tornou-se público, meu padrinho e a namorada foram levados pela correnteza e acabaram sendo salvos mais abaixo pelo “Combustol”, apelido de um morador das redondezas que foi resgatá-los em uma canoa.

A Fumaça do Fim do Mundo

José Ibson Moreno³⁴

A gente tava jogando futebol em frente à casa da D. Maria Galino numa manhã de um dia ensolarado, um bando de menino (eu tinha uns 9 anos) que chutava uma bola de sernambi pra acertar no gol que era marcado com um pedaço de pau, no pequeno campinho de barro, quando, de repente, ouviu-se um barulho ensurdecedor vindo lá do céu.

Olhamos todos pro alto, com a certeza de que o mundo tava acabando, e vimos apenas uma trilha de fumaça escura. Ajoelhamos para pedir perdão a Deus e esperar que os anjos viessem nos buscar ou a morte chegar com sua foice e degolar nossas cabeças, quando um dos meninos falou: aquela fumaça tá dividindo o céu do inferno.

De imediato quem achava que estava do lado do inferno começou a pular pro lado do céu. Foi um verdadeiro “fudevú de caçarola”. Então outro menino achou de perguntar: “alguém sabe qual é o lado do céu e do inferno?” Aí ficamos matutando por um

34 (1947-1925, *In memoriam*), filho Julio e Maria Bichara Moreno.

bom tempo, enquanto a fumaça mudava de forma sem se dispersar [...]. Os adultos que estavam na casa permaneceram lá dentro já que também pensaram que iriam morrer.

O tempo foi passando e percebemos que o mundo não tinha acabado. Soubemos depois que toda a cidade parou para esperar o fim do mundo! D. Zenir Tuchaua disse que era coisa dos outros (protestantes) que não gostavam de Nossa Senhora!

O mistério só foi esclarecido quando cada um, em algum momento da vida, soube que a fumaça foi espalhada por uma invenção de um transporte que já existia desde o início do século 20 e se chamava avião, neste caso um a jato.

A carta de amor do João Tuchaua

Flavio Oliveira (Tuchaua)³⁵

Meu pai João, bom contador de história, seringueiro e regatão do alto Jutai, no final de cada fabrico de borracha viajava para Manaus, a fim de fazer suas compras do ano para consumo pessoal e comercializar com os seringueiros. Numa dessas viagens para Manaus, conheceu uma jovem de família nobre no maior armazém de produtos da cidade. Foi amor à primeira vista, arrebatador, conforme nos repetia, e apenas um contato, pois logo no dia seguinte retornou a Jutai, mas deixou na jovem uma fásca de afeto, a ponto de 45 dias depois receber dela uma carta.

Ao se sentir incompetente para respondê-la, procurou um grande amigo que se chamava César Aires, um ébrio, porque não dizer um alcóolatra, um poeta nato, de ligeireza e manuseio da pena como ninguém em Jutai e oxalá no planeta. Ao ouvir a estória do meu pai, gritou para o dono do bar “manda uma dose e bota na conta do João [...] bota mais”, ele ajudou meu pai a responder a missiva que dizia assim: “Minha jamais olvidada Alice, é com o coração transbordando de incomparável satisfação que pego nesta pena para dirigistes estas aventureiras linhas em resposta a sua missiva, que veio alegrar o meu humilde coração e inebriá-lo de satisfação por ver que são boliva e purpurino afeto de ar e

35 Nasceu em 1958, filho de João (Tuchaua) e Jersy de Oliveira.

de aventura. E ao percorrer aqueles trechos que enviastes pelo sacrossanto protetor divino, convenci-me que és aquela estrela que irradia o meu por vir, um planeta que foi abarcado no jardim do grande Éden. Assim, querida, ousa indagar se no futuro não haverá outro ser que substitua este humilde e apaixonado pretendente?”.

Tudo leva a crer que a musa inspiradora do meu pai o substituiu por outro já que ela nunca mais escreveu para ele uma outra carta. Meu pai guardou no coração e na memória por toda vida a lembrança daquele fugaz romance que para ele foi eterno.



SEÇÃO IV

**A SOCIOECONOMIA
DE JUTÁÍ**



Nesta seção, aborda-se o processo de ocupação de desenvolvimento de Jutai no contexto amazônico. Os textos também refletem a percepção atual e diagnóstico sobre a situação socioeconômica do município, bem como são esboçadas algumas ações de desenvolvimento. Quando o Brasil foi descoberto em 1500, há pelo menos 10 mil anos, a região amazônica já era habitada por indígenas em diferentes estágios culturais e de organização social, cuja população foi quase extinta durante o processo de colonização ocorrida a partir do século 17, continuando em declínio até os dias atuais. Disputaram o território amazônico: portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. O povoamento de Jutai somente teve início nas últimas décadas do século 19 quando foi reconhecida sua riqueza de produtos extrativistas, destacando-se a borracha. Seringalistas, regatões, seringueiros, missionários, ONGs e mais recentemente garimpeiros tiveram influência na ocupação territorial, política e social, e na atividade econômica em diferentes épocas até os dias atuais. Apesar das riquezas naturais, Jutai apresenta ainda hoje indicadores socioeconômicos muito aquém de sua potencialidade.

A OCUPAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

Dimas Lasmar

Com este capítulo busca-se fornecer breves recortes de informações encadeadas, em ordem cronológica, a fim de contribuir com melhor entendimento do processo de ocupação do município, com base na revisão de matérias extraídas de diversas publicações científicas e não científicas, incluindo fontes da internet, sem a preocupação, contudo, com o rigor científico, apresentados nos seguintes tópicos: i. Exploração do rio Jutai e povoamento; ii. Regatões, seringalistas, seringueiros, missionários e ONGs: caldeirão de conflitos; e iii. Desmembramentos e configuração geográfica.

Exploração do Rio e Povoamento

A Amazônia que os europeus “descobriram” no século 16 já estava habitada havia mais de 10 mil anos ou mais por nativos. Viviam grupos humanos em diferentes estágios culturais, com formas próprias de organização social que foram destruídas durante o processo de colonização (Garcia, 2005, p. 12). Pelos dados publicados pela Funai, a população indígena em 1500 do Brasil era de aproximadamente 3.000.000 de habitantes divididos entre 1.000 povos diferentes, sendo que aproximadamente 2.000.000 de indígenas estavam estabelecidos no litoral do país e 1.000.000 no interior.³⁶

O mérito do “descobrimento” do Rio Amazonas cabe a Diego de Lepe, embora a literatura levante dúvidas se não foi Vicente

36 Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm#:~:text=Segundo%20dados%20publicados%20pela%20Funai,e%201.000.000%20no%20interior>. Acesso em: 05 set. 2020.

Pinzon. Entretanto, o capitão Francisco de Orellana imortalizou-se como o primeiro europeu a percorrer o Rio Solimões, passando pelo Rio Negro e navegando quase toda a extensão do Rio Amazonas. O frade dominicano Gaspar de Carvajal que fazia parte de sua comitiva tornou-se o cronista da viagem, assinalando em 1542 a existência de aldeias com grandes populações que se estendiam por mais de cinco léguas sem separação de uma casa para outra, referindo-se às malocas nas aldeias, o que seria “algo maravilhoso de ver”.³⁷

O padre Cristóbal de Acuña confirmaria posteriormente a existência de grande extensão de terras ocupadas por aldeias indígenas no Amazonas com a crônica intitulada “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”, publicada pela primeira vez em 1641 na Espanha. Ressaltou ele a inteligência dos indígenas da Província dos Omáguas (região que hoje é o município de Tefé), e que se vestiam com decência com roupas de algodão e que cultivavam e comercializam com outras nações indígenas.³⁸

Em 1616, os portugueses foram os primeiros a chegar para colonizar a Amazônia com a fundação do Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém (inicialmente Feliz Luzitânia), no Pará. Além da construção de fortes militares para defender a região contra a invasão de outros povos, também demonstraram interesse pelas riquezas da Floresta Amazônica, que faria parte, posteriormente, do Movimento das Bandeiras, séculos 17 e 18. Vieram em busca de fortuna, no período da boa fase da borracha.³⁹

A partir de 1623 começou o reconhecimento das áreas ocupadas para expulsar holandeses e ingleses e outros europeus não-ibéricos (portugueses e espanhóis), no rio Amazonas (Garcia, 2005, p. 30).

Os ingleses chegaram, ou retornaram, no final do século 19 para comercializar. O reino britânico era possivelmente a maior potência comercial e bélica do planeta à época, estendendo seu domínio a várias colônias dos diversos continentes. Realizaram enquanto aqui estiveram um papel importante na transferência de tecnologia de serviços públicos e investimento na infraestrutura

37 Op. Cit, p. 17.

38 *ibid.* p. 36.

39 Texto adaptado, criado por IA.

de sustentação econômica. Destaca-se que durante o império (1822 a 1889), os portugueses eram os principais regatões. A lei proibía que não brasileiros explorassem esse comércio. Porém, além de mestiços, estrangeiros de diferentes nacionalidades exploravam o comércio: peruanos, ingleses espanhóis, bolivianos e franceses. A partir da República [...1889], outras nacionalidades passaram a concorrer nesse mercado tais como os sírios, armênios, marroquinos e turcos⁴⁰.

As origens do povoamento ao longo do rio Solimões por não indígenas remontam ao século 17, quando o jesuíta Samuel Fritz fundou a Aldeia de Tefé e que posteriormente foi disputada por espanhóis e portugueses prevalecendo estes como dominadores.⁴¹ Entretanto, o povoamento da extensa área de Jutai por não indígenas só teve início nas últimas décadas do século 19 com a intensificação do comércio, principalmente após a chegada dos ingleses na região amazônica. A região de Jutai era habitada principalmente pelos indígenas Catuquinas, Marauás e Ariaceus.

Em 1826, uma tentativa para estabelecer o comércio ao longo dos Rios da Amazônia foi empreendida por um empresário americano, estimulando o debate sobre se o governo brasileiro deveria permitir a navegação com esse fim. Um projeto que foi elaborado em Nova York para a criação de uma companhia de navegação a vapor na região, denominada de Amazon Steam Navigation Company, de propriedade da firma Le Roy, Bayard & Co., foi entregue naquele ano ao ministro brasileiro em Washington. Isto contrariava a postura do governo brasileiro que adotava a política de não permitir a navegação de estrangeiros no Rio Amazonas, defendida pelo governo imperial mesmo antes da ruptura política com Portugal (Gregório, 2009).

Conclui-se, então que a Amazônia foi conquistada pelos europeus no decorrer dos séculos 17 e 18, realizada sob um intenso processo de luta e disputa entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses (Benchimol, 2011, p. 67).

O reconhecimento do Rio Jutai, pelo Comendador Pimenta Bueno, ocorreu em 1875 (Op. Cit.). Jutai passou a ser considerado rico em produtos extrativistas apenas a partir do início da segunda

⁴⁰ *Loc. Cit.*

⁴¹ *Op. Cit.*

metade do século 19 e suspeitava-se que também de minerais, tornando-se uma região muito cobiçada da Amazônia, compelindo o governo do Amazonas a organizar uma expedição para seu reconhecimento, cuja viagem oficial ocorrera em 1875, liderada por C. Barrington Brown em nome da Companhia do Amazonas, empresa criada por Visconde de Mauá.

Brown observou que em ambas as margens do rio havia grande quantidade de seringais de boa qualidade, além da abundância de outros produtos como salsaparrilha, copaíba, peixe, tartaruga e peixe-boi (Silva, 2017, p. 297-298). Para a autora, a produção de borracha em Jutaí, ainda em pequena escala, ocorria de maio a outubro, estação da seca. Os seringueiros deixavam Fonte Boa e subiam o Rio Jutaí, que antes do boom se caracterizava pela exploração por pequenos grupos familiares.

Conforme a procura pela borracha foi crescendo, a pressão sobre a mão de obra indígena também aumentou. Essa exploração somente diminuiu a partir dos anos de 1880, com a introdução da mão de obra nordestina, o que não significou o desaparecimento total da exploração da mão de obra indígena (Teixeira, 2009 *apud* Silva, 2017, p. 298).

Os forasteiros que passaram a ocupar a Amazônia até os dias atuais vieram atraídos pela borracha, madeira, minério, soja, pecuária - ou simplesmente o sonho de ter um pedaço de terra. Foram muitos os motivos que, historicamente, levaram estrangeiros de diversas nações e brasileiros de todas as regiões à Amazônia (Peixoto, 2009, *passim*).

Apenas na segunda metade do século 19 é que a presença brasileira na Amazônia começou a atuar, a partir do advento de empresa seringalista, ora de forma espontânea, ora de modo induzido, continuamente durante um período de quase 70 anos. O deslocamento da população nordestina decorreu do atrativo da borracha ou por ação política realizada de maneira improvisada e aleatória pelos governos imperial e republicano, durante as épocas da seca do Nordeste, em socorro da população flagelada. O fluxo migratório para a Amazônia ao longo do tempo não ocorreu apenas para os seringais, mas também da área rural para as pequenas vilas, na primeira fase, e para as grandes cidades a posteriori (Benchimol, 2011, p. 87).

O povoamento de Jutai por não indígenas, portanto, teve início nas últimas décadas do século 19. Começaram a chegar principalmente os nordestinos: cearenses, piauienses, paraibanos e potiguaras, que foram os pioneiros atraídos pela “aventura da borracha”, muitos deles abandonando suas terras de origem pelo trágico fenômeno das secas (Dionísio; Pe. Teodoro, 1981 *apud* Lisboa, 2013). O maior afluxo de nordestinos a Jutai se deu sob o domínio dos Affonso, entre 1942 e 1945, no segundo ciclo econômico da borracha nativa da Amazônia, incentivado pela Segunda Guerra Mundial, 1939-1945 (Brasil, 2011).

Destaca-se que a chegada de exploradores peruanos na segunda metade do século 19 para a exploração do caucho e da borracha em Jutai determinou uma mudança na configuração territorial e da exploração de pequenos grupos familiares. De 1900 até 1910, o Alto Rio Jutai esteve arrendado e ocupado por peruanos, que escravizavam os indígenas (brasileiros e peruanos) no trabalho de extração do caucho. O peruano Dom Abelinário, vindo de Iquitos (Peru), se estabeleceu em Foz do Jutai para ser responsável pela administração da área comandando os negócios. Ele abriu falência e abandonou o local por volta de 1909, devido a uma queda no preço da borracha, no primeiro ciclo. Alguns seringueiros também se retiraram do local para o Rio Juruá e Rio Iça (Putumayo), enquanto essas localidades eram arrendadas por aviados de J.G. Araújo (Silva, 2017, p. 298-299). De 1910 a 1935, a exploração do Rio Jutai foi concedida à firma J.G. Araújo, cuja matriz estava instalada na capital⁴²

Segundo Benchimol (2011, p. 80), diferentemente dos indígenas, muitos dos nordestinos deixaram a condição de seringueiros e experimentaram um processo de ascensão social e econômica que se iniciou pelo comércio ribeirinho, destacando-se nessa fase, principalmente, como regatões, em “flagrante desafio aos aviadores tradicionais, aos monopólios dos seringueiros e dos ‘rios fechados dos coronéis de barranco’”.

A região de Rio Jutai foi dominada pela família Affonso de 1935 até os anos de 1960, e somente com a derrota de Álvaro Botelho Maia para governo do estado do Amazonas com a vitória de Plínio Ramos Coelho, que iniciou seu governo em 1955, foi possível um

42 Op. Cit.

rearranjo político e “abertura” do rio, com a possibilidade de livre trânsito pelos rios, proporcionando o acesso a outros comerciantes regatões. A abertura dos rios, em si, não significou a liberdade para os índios e não índios, mas a continuidade da relação de patronagem (Silva, 2017, p. 304).

Todavia, a queda dos Affonso ocorreu apenas em 1964, quando “os seringueiros se reuniram armados num dia de cobrança da renda se recusando a pagá-la e matando alguns capangas do patrão [...]”. “Esse fato associado a decadente economia da borracha, desencadeou o êxodo rural, com a migração de seringueiros para centros urbanos como Jutai, Fonte Boa, Tefé e Manaus”. Porém, alguns seringueiros permaneceram nas colocações (Brasil, 2011, p. 12).

Em relatório de viagem ao Rio Biá, produzido pela Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé em 1987, percebia-se ainda os desdobramentos da relação de patronagem no Rio Jutai. A equipe ouviu os indígenas e não indígenas nas reuniões e constatou que os comerciantes residiam na Foz de Jutai, Fonte Boa e Tefé (Silva, 2017, p. 309).

Regatões, seringalistas, seringueiros, missionários e Ongs: caldeirão de conflitos

A imagem do regatão e do seringalista que prevalece na literatura é a de exploradores de seringueiros. São responsabilizados também pela má influência e dizimação de indígenas. Entretanto, há uma certa dubiedade quanto ao papel do regatão, que em muitos casos é visto também como essencial para o povoamento e comércio com os povos da floresta, e até mesmo para o contato com indígenas isolados. A importância e reconhecimento do regatão na construção das sociedades da floresta cresceu durante e após o apogeu da borracha.

O regatão é retratado algumas vezes como pequeno comerciante que competiu com o seringalista pela primazia do comércio com os seringueiros e, em outros casos, como seu substituto no comércio quando estes abandonaram os seringais, enquanto o seringalista é o proprietário do seringal, que outorga ou aluga o seringal ou parte dele para exploração pelo seringueiro.

Porém, nas publicações científicas e não científicas o que prevalece é a figura do seringalista como um explorador de seringueiros e de indígenas. Observa-se, todavia, que a figura do regatão e de seringalista em Jutai, conforme textos da Seção III deste livro que trata de Famílias e Comerciantes em muitos casos se confunde, denotando pertencerem a mesma entidade.

Os regatões podem ser considerados uma espécie de “mal que vem para o bem”, pois conseguiam contactar os povos indígenas que eram estimulados ao trabalho da extração das ‘drogas do sertão’, exercendo esse papel melhor que outro agente. O regatão era visto como a personificação da ambiguidade, necessário, mas temido, negociante, mas pirata em potencial, saqueador das coisas alheias. A voz meiga, o coração mau, civilizado, mas nômade, o que o aproximava dos “selvagens” que deveria civilizar. Ainda no século 19, ao se referir ao comércio na Amazônia colonial, Bárbara Weinstein dizia que, em troca de produtos exóticos, “os trabalhadores recebiam dos comerciantes ou missionários portugueses ferramentas, roupas, as bugigangas costumeiras (Henrique; Morais, 2014, p. 57).

Após o apogeu da borracha o regatão passou a ser o único fornecedor das famílias remanescentes dos seringais abandonados pelos seringalistas, e assim foi se tornando compadre, padrinho, sócio ou patrão. Tornou-se o regatão da Amazônia, o pequeno comerciante que entrava nos rios e igarapés com sua pequena embarcação carregada de miudezas, trocava mais que vendia. Durante o primeiro ciclo da borracha (1870 a 1913), confrontaram os seringalistas vendendo diretamente aos seringueiros, conseguindo furar o bloqueio (Martins, 2010).⁴³

Pelo decreto nº 426, de 24 de julho de 1845,

a catequese dos índios do Brasil foi entregue aos missionários capuchinhos que, a partir de então, passaram a atuar como missão oficial do Império. Destaca-se, ainda, que “com o passar dos anos, foi-se percebendo que, apesar dos gastos e esforços do trabalho dos missionários, os índios continuavam presos às suas antigas tradições, recusando-se a trabalhar além de suas próprias necessidades (Henrique; Morais, 2014, p. 51).

43 Disponível em: <http://www.almanacre.com/2010/08/regatao-heroi-atipico-da-amazonia.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

No processo de ocupação da região de Jutai no período em que a borracha ganhou alto valor de mercado, indígenas de várias etnias passaram a ocupar o Rio Jutai e seus afluentes após fugirem da guerra na Tríplice Fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), em 1932, que ficou conhecida como “Questão de Letícia”. Muitos fugiram para evitar a morte em combate e alguns deles se instalaram na Foz de Jutai. Os indígenas vinham para o Brasil, porque aqui eles imaginavam “teriam uma vida boa, uma vida livre”. A rota comercial entre Brasil e Peru no início do século 20 já era intensa. Existiam casos em que pessoas, em particular índios, eram praticamente vendidas para proprietários de seringais (Silva, 2017, p. 288-293).

Diferentemente dos indígenas, muitos dos nordestinos deixaram a condição de seringueiros e experimentaram um processo de ascensão social e econômica que se iniciou pelo comércio ribeirinho, destacando-se nessa fase, principalmente, como regatões, em “flagrante desafio aos aviadores tradicionais, aos monopólios dos seringais e dos ‘rios fechados dos coronéis de barranco” (Benchimol, 2011, p. 80).

Um parêntese aqui para destacar que regatões e seringalistas costumavam adotar nomes indígenas, a exemplo do Tuchaua de Cícero Oliveira, assim como os indígenas também costumavam adotar o nome de seus patrões ou de pessoas importantes. O indígena da etnia Cocama, João Dario Yuimati, “herdou” o sobrenome de Oswaldo Arantes, que conheceu em sua viagem, por se tratar, dentre outros motivos, de “um homem rico e com prestígio” na região. Oswaldo Arantes disputava com Benjamin Affonso o domínio da região, tornando-se em 1955 o primeiro prefeito nomeado de Jutai (Silva, 2017, p. 286).

Em 1991, foi criada a Associação dos Produtores de Jutai (ASPROJU), que visava assegurar para as comunidades o acesso à terra e aos recursos naturais e apoiar a comercialização da produção. A ASPROJU recebeu o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB) e de representantes da Igreja da Prelazia de Tefé. Com a ajuda financeira de uma organização francesa construíram com o apoio da paróquia de Jutai um centro cultural, realizaram a escrituração da Associação e compraram um barco, batizado de Mutirão.⁴⁴

44 Op. cit, 11, 12 e 13.

O surgimento dos movimentos comunitários, o interesse de Ongs, a constituição de Associações e de Reservas Extrativistas (RESEX) tem a ação de antigos seringueiros do rio Jutaí e de seus descendentes que permaneceram em suas colocações e áreas de ocupação, após a perda de domínio dos patrões seringalistas.⁴⁵

Desmembramentos e Configuração Geográfica

Antes de tratar da formação territorial de Jutaí, é oportuno discutir brevemente sobre a origem do nome. Afinal, foi inspirado no nome da árvore ou no rio? A versão mais conhecida pela população coincide com a contada por Francisco Moura, ex-prefeito, de que a origem teria sido no nome da árvore.

Quando Moura exercia o cargo de prefeito, em encontro com o ex-ministro dos Transportes, Mario Andreazza⁴⁶, ouviu dele a mesma indagação. Muito embora sem convicção, mas para mostrar que era bem-informado, afirmou que o nome do município foi inspirado na árvore mais conhecida como jatobá (*Hymenaea*), que inspirou também o nome do rio, lembrando do que ouvira falar, para mostrar conhecimento ao ministro. E lá se foi mais “uma dose de whisky”, segundo ele. O nome Jutaí parece ter sido inspirado no nome indígena do tupi *yata’i*, oriundo do tupi *yuta’i*.⁴⁷

45 *Loc.Cit.* 11.

46 Ministro dos Transportes (1967-1974) nas gestões dos presidentes Costa e Silva (1967-1969) e Emílio G. Médici (1969-1974) e ministro do interior no governo de João B. Figueiredo, faleceu em 18 de abril, 1988.

47 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jatob%C3%A1>. Acesso em: 30 abr. 2013.

Figura 32 – Moura e o ministro Mario Andreazza



Fonte: Acervo de Silvia Oliveira

Quanto a origem do município, até 1955, Jutai era parte de Fonte Boa, um só município, e que faziam parte de uma região caracterizada por disputas político-administrativas, por exploração dos recursos naturais (borracha, castanha, pirarucu, ovos de tartaruga, caucho, entre outros) e pela exploração da força de trabalho de indígenas e não indígenas. Os seringais estavam localizados em áreas nas regiões de terra-firme, obrigando os seringueiros, nos primórdios dessa exploração, a passarem os meses da seca isolados na floresta trabalhando na coleta do látex, empregado na produção de borracha (Silva, 2017, p. 295).

Ainda de acordo com a autora, a configuração fundiária no município de Fonte Boa antes da criação de Jutai começa a se modificar a partir de 1870, com um movimento de busca por seringueira e caucho. Apesar do pouco conhecimento que se tinha na época suspeitava-se do potencial da região de Jutai para exploração. As disputas por território de exploração ocorriam a partir do reconhecimento desses locais propícios para o enriquecimento de comerciantes e políticos.⁴⁸

Prossegue a autora, a Foz de Jutai, segundo distrito de Fonte Boa, era considerada a maior fonte de riqueza do município. Lá já se desenvolvia a agricultura, a criação de gado, suínos, carneiros, além do estabelecimento de engenhos de cana para a fabricação

⁴⁸ *Ibid.*, 297.

de cachaça. A partir de 1910, a firma J. G. Araújo se estabeleceu em Fonte Boa após a criação da Empresa Jutahy S.A, sendo mais uma Empresa da grande rede de estabelecimentos comerciais e industriais mantida por J. G. Araújo, que se estendia por grande extensão territorial da Amazônia⁴⁹.

Desde o seu estabelecimento até 1936, o coronel Manoel Nunes da Silva foi o responsável pela administração da “Empresa Jutahy”. Ele havia abandonado seus seringais e fregueses em 1926 no alto Jutai após a queda do preço da borracha. A empresa organizava o recrutamento de nordestinos para o trabalho nos seringais. Em 1935, os Affonso assumiram o comando total de Fonte Boa com a eleição de Fabiano Affonso, irmão de Benjamin, para prefeito em Fonte Boa. As casas comerciais dos Affonso foram distribuídas em pontos estratégicos do rio Solimões, a fim de controlar a entrada e a saída tanto de pessoas quanto de mercadorias e produtos da floresta.⁵⁰

Eventos como esses criaram um ambiente favorável para a emancipação da região de Jutai do município de Fonte Boa. Assim, Jutai foi fundado em 19 de dezembro de 1955, pela Lei estadual nº 96, no governo de Plínio Coelho.⁵¹ No ato da criação aproximadamente a metade do território do município de Fonte Boa foi desmembrada para constituir o município de Jutai, cuja instalação se deu apenas em 11 de abril de 1956, conforme os registros oficiais, mas que foi um artifício para o município poder receber recursos financeiros, quando na verdade, segundo Moura (2013), a instalação da sede de fato ocorrera em 7 de junho de 1956. Fonte Boa foi criado em 1891, desmembrado de Tefé que foi fundado em 1759.

Foram três desmembramentos no total com diminuição na instalação da sede em 7 de junho de 1956, área de Fonte Boa, em favor de Jutai, abordado em texto de Francisco Moura, ex-prefeito, da Seção I. O primeiro ocorreu com a criação do município em 1955, no governo de Plínio Coelho (1955-1959), Lei Estadual nº 96. O segundo, em 1963, pela lei nº 96, de 13 de dezembro de 1963,

49 *Ibid.*, 299.

50 *Ibid.*, 300.

51 Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Juta%C3%AD>. Acesso em: 05 ago. 2020.

no governo de Plínio Coelho (1963-1964)⁵², que previa a criação de novos municípios, cujo Ato foi anulado pelo governo militar. O terceiro, por uma decisão do então governador, José Lindoso (1979-1982), durante o seu governo, pela Lei nº 1.496 de 1981, ao realizar nova divisão de limites de todos os municípios, tomando por base as divisórias dos rios e igarapés.

A primeira delimitação territorial caracterizou-se pela fixação do limite para a desembocadura de seu afluente, rio Pati, subindo o rio Jutai, abrangendo os subdistritos de Mutum e Curuena, com sede em Boa Vista. O outro limite foi fixado no Igarapé do Seguai, na divisão de Eirunepé, subindo mais ainda em direção ao alto Jutai.

Na segunda delimitação, decorrente do segundo desmembramento de Fonte Boa, aprovada pelo prefeito, ratificada pela Câmara de Vereadores, permaneceu um dos limites o Igarapé do Seguai na divisão de Eirunepé. Entretanto, o limite do rio Pati afluente do rio Jutai foi substituído por um novo limite, fixado pelo Igarapé da D. Cecília, próximo a Porto Affonso, descendo pelo Rio Solimões.

A terceira delimitação ocorreu para estabelecer novas dimensões para os municípios do Amazonas com base nas divisórias dos rios e igarapés. Os novos limites foram fixados considerando a descida mais à direita do rio Solimões, no Igarapé da Campina, próximo de Fonte Boa. Da Foz do Jutai, subindo à direita do rio Solimões, o limite foi definido com o município de São Paulo de Olivença, nas confluências do Paraná do Bugari. Com essa nova divisão, Jutai ficou com uma área total de 69.857 km², área atual.

Os principais acidentes geográficos de Jutai são os Rios Jutai, Mutum e Biá e sua divisão geográfica que ocorre nos rios e seus afluentes, fazendo fronteira com os municípios apresentados no quadro seguinte (IBGE, 2010).

52 Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1963/12/9743. Acesso em: 14 fev. 2026.

Quadro 5 – Municípios e limites da fronteira de Jutai

Município	Limite
Amaturá	Começa o divisor dos rios Solimões – Boia indo até a confluência do igarapé Vargem Grande com a margem direita do Solimões
Benjamin Constant	Começando no rio Itaguaí até o Rio Jandiatuba
Carauari	Começa na cabeceira do Rio Curimatá de Baixo na confluência do rio Xerua com o Rio Juruá
Eirunepé	Começa pela confluência do igarapé Três Bocas até o Rio Itaguaí
Fonte Boa	Começa na confluência do paraná Bugari até o Rio Minerauazinho
Itamarati	Confluência do rio Xerua até a confluência do igarapé Três Bocas
Juruá	Começa na confluência do igarapé Novo com o rio Minerauazinho até a cabeceira do rio Curimatá de Baixo
Santo Antônio do Içá	Começa no igarapé Vargem Grande com a margem direita do Solimões com o paraná das Panelas
São Paulo de Olivença	Começa na intercessão do rio Itaguaí até a cabeceira do igarapé Jandiatuba Mirim
Tonantins	Começa no paraná das Panelas até a confluência do Paraná Bugari na margem esquerda deste Rio

Fonte: Adaptado de IBGE e Wikipedia⁵³

53 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 06. mar. 2013. Jutai. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Juta%C3%AD>. Acesso em: 16 abr. 2026.

TERRAS CAÍDAS DE JUTAI

Silvia Oliveira

As correntezas do Rio Solimões no Amazonas são um fator central no fenômeno conhecido pelos ribeirinhos como “terras caídas”, que provoca a erosão severa das margens e o desmoronamento de barrancos, afetando a infraestrutura e a vida das populações que vivem às margens dos rios. Embora o processo erosivo ocorra durante todo o ano, o desmoronamento dos barrancos é mais frequente na estiagem, quando o nível do rio diminui, comprometendo a estabilidade do solo e a segurança das áreas ribeirinhas.

Em Jutai, como em muitas cidades do interior do Amazonas, o rio nunca foi apenas caminho ou fonte de sustento. Ele também molda a própria terra onde se vive. De tempos em tempos, as margens cedem silenciosamente ao trabalho constante das águas. O processo quase sempre começa de forma imperceptível, com a correnteza escavando lentamente a base do barranco, enquanto na superfície tudo parece tranquilo. Árvores continuam de pé, casas permanecem firmes e a vida segue normalmente, até que, de repente, sem aviso, um grande bloco de terra se desprende e despenca no rio, arrastando consigo árvores, cercas e, às vezes, até construções.

Os moradores mais antigos de Jutai sempre conviveram com essa realidade. Muitos aprenderam, pela experiência, a não construir muito perto da beira do barranco. Outros chegaram a desmontar suas próprias casas para reconstruí-las alguns metros mais para dentro da terra firme, numa tentativa de escapar do avanço silencioso do rio.

A erosão provocada pelas águas já causou o desbarrancamento de áreas da cidade, atingindo casas, comércio e parte da infraestrutura da orla do município. Alguns dos principais portos foram severamente atingidos. O Porto da Prainha na Vila

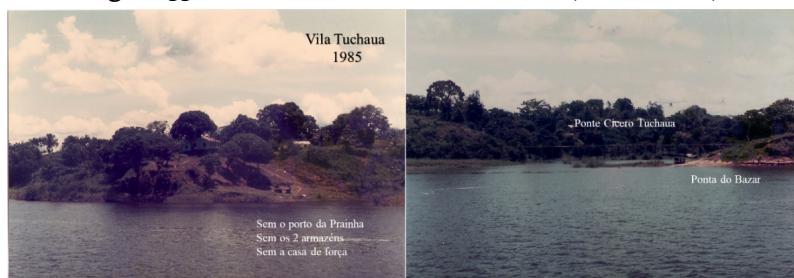
Tuchaua e o Porto da Vila Mendes foram praticamente dizimados. O Porto da Vila Lasmar, que durante muitos anos foi o principal porto de Jutai, também foi quase todo engolido pelo rio — e a visão do que restou hoje provoca profunda melancolia.

O Porto Montezuma, apesar da altura do barranco, também sofreu os efeitos da erosão. As mangueiras que ornamentavam as proximidades do barranco — árvores que por muitos anos fizeram parte da paisagem local — algumas já caíram e outras estão prestes a cair.

Em 2023, alguns periódicos eletrônicos noticiaram a preocupação da população de Jutai diante do risco iminente de novos desbarrancamentos. O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) recomendou medidas urgentes para a realocação de famílias ameaçadas pelo fenômeno em Jutai e acompanha a execução das obras de contenção em andamento no município.

As terras caídas fazem parte da dinâmica natural dos grandes rios amazônicos, mas em Jutai elas também representam perdas materiais e afetivas para muitas famílias. Portos, casas e paisagens que durante décadas fizeram parte da vida da cidade foram sendo lentamente levados pelas águas do Rio Solimões. Registrar essas mudanças é também preservar a memória de lugares que marcaram a história do município, para que as gerações futuras compreendam como o rio, ao longo do tempo, ajudou a moldar não apenas a geografia de Jutai, mas também a trajetória de seu povo.

Figura 33 – Vila Tuchaua e Ponta do Bazar (Vila Mendes)



Fonte: Silvia Oliveira (1985)

Figura 34 – Barranco do Porto Montezuma



Fonte: Terezinha Souza, 1960; Silvia Oliveira, 2023

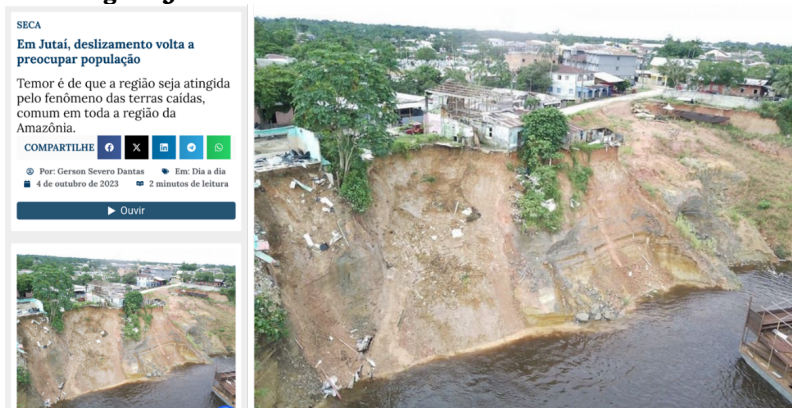
Figura 35 – Vila Lasmar, Antiga Orla da Cidade



Fonte: Silvia Oliveira, 2023

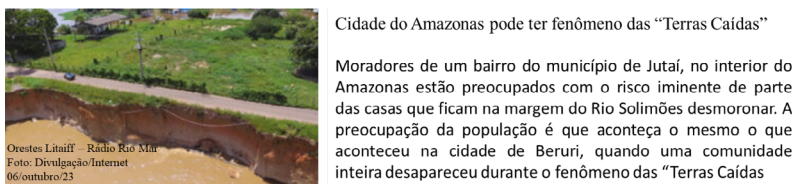
As figuras a seguir, divulgadas pela mídia, ilustram o processo de erosão progressiva que tem transformado profundamente a paisagem e a geografia de Jutai, causando perdas importantes de terras, moradias, comércios e infraestrutura urbana com elevado custos econômicos, sociais e até mesmo emocionais.

Figura 36 – Real Time: risco iminente de desbarracamento



Fonte: Gerson Severo Dantas⁵⁴

Figura 37 – Possível fenômeno das “terras caídas”



Fonte: Radio Rio Mar, 2023⁵⁵

54 Disponível em: <https://realtime1.com.br/deslizamento-em-fevereiro-volta-a-ameacar-povo-de-jutai/publicado>. Acesso em: 04 out. 2023.

55 Disponível em: <https://radioriomarfm.com.br/cidade-do-amazonas-pode-ter-fenomeno-das-terras-caidas>. Acesso em: 06 out. 2023.

Figura 38 – Rede Amazônica: temor de desmoronamento



O fenômeno das "terras caídas" tem apavorado moradores de Jutai, no interior do Amazonas. Com parte da orla da cidade desbarrancada desde o início do ano, os moradores temem que o restante da frente da cidade também seja levado pela correnteza do Rio Solimões.

segundo quem mora no local, o rio já levou de 30 a 40 metros da orla da cidade e o problema afeta cerca de 50 famílias que vivem no local: "Agora já não tem nem seis ou sete metros, já está na calçada, na rua".

Fonte: Torres, 2023⁵⁶

Além das diversas reportagens divulgadas pela mídia, houve várias manifestações e recomendações do Ministério Público do Amazonas (MPAM), conforme texto contido na figura a seguir.

Figura 39 – Terras caídas: MPAM recomenda medidas urgentes



Para garantir a segurança de moradores de áreas afetadas pelas terras caídas, consideradas de risco crítico e moderado pela Defesa Civil, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) emitiu recomendação direcionada ao município, para que sejam adotadas medidas para retirada e realocação dessas pessoas.

A iniciativa leva em consideração o inquérito civil nº 160.2023.000008, previamente instaurado pelo MP com o objetivo de fiscalizar as medidas adotadas pela prefeitura e pela Defesa Civil de Jutai diante dos riscos decorrentes das terras caídas, fenômeno que tem ameaçado a vida de diversas famílias ribeirinhas. O conteúdo do inquérito também aponta que a prefeitura da cidade recebeu recursos financeiros do governo federal para a gestão da crise, mas, até o momento, não houve a devida transparência quanto à aplicação do montante, tampouco foram adotadas medidas para a retirada e o reassentamento das famílias.

Dois pareceres técnicos – nº 003/2023-DRDS-SUBCOMADEC (março /2023) e nº 014/DRDS/COP/DEFESA CIVIL-AM/2023 (novembro/2023) –, ambos elaborados pela Defesa Civil, classificam a situação da orla de Jutai como de alto risco, indicando erosões severas, movimentação de massa e o colapso iminente de edifícios, incluindo casas e prédios públicos.

Além disso, uma vistoria técnica realizada entre os dias 8 e 10 de outubro de 2023 confirmou a necessidade imediata da remoção das famílias que ainda permanecem nessas localidades, com a possibilidade de uma tragédia anunciada diante do avanço da erosão.

Fonte: MPAM, 2025⁵⁷

56 Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/04/moradores-temem-desmoronamento-em-cidade-no-interior-do-amazonas-video.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2023.

57 Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/comunicacao/noticias/terras-caidas-mpam-recomenda-medidas-urgentes-para-realocacao-de-familias-ameacadas-pelo-fenomeno-em-jutai>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Figura 4o – Ministério Público acompanha obra de contenção da orla de Jutai



Para proteger a população de Jutai dos riscos de desmoronamento na orla, causados pelo fenômeno das "terras caídas", o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) instaurou um procedimento administrativo que visa acompanhar a execução da obra de contenção em andamento no município. A medida foi assinada pelo promotor de Justiça Matheus de Oliveira Santana, titular da promotoria local.

"Nosso objetivo é garantir que a população esteja protegida, que as vias públicas e o patrimônio da cidade sejam preservados e que os recursos destinados a essa obra sejam aplicados de forma regular e transparente. É uma forma de reafirmarmos o compromisso constitucional do MP em defender o interesse público e em atuar de maneira proativa na proteção da sociedade", declarou o promotor de Justiça Matheus Santana.

A Prefeitura de Jutai e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura foram notificadas e deverão encaminhar, no prazo de 20 dias, o cronograma atualizado da obra, a previsão orçamentária e os relatórios de execução ao Ministério Público.

Fonte: MPAM, 2025⁵⁸

Ao mesmo tempo em que o rio sustenta, alimenta e conecta comunidades, ele também transforma a paisagem e apaga, pouco a pouco, lugares que guardam memórias, afetos e histórias de muitas gerações. Assim, entre o que a correnteza leva e o que permanece na lembrança dos moradores, Jutai continua sua trajetória, aprendendo a conviver com a força da natureza e preservando, na memória coletiva, aquilo que o rio já não deixa ver.

58 Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/comunicacao/noticias/ministerio-publico-acompanha-obra-de-contencao-da-orla-de-jutai-para-garantir-seguranca-da-populacao>. Acesso em: 23 set. 2025.

TRAJETÓRIA ECONÔMICA

Dimas Lasmar

Este capítulo baseia-se em publicações extraídas de artigos, páginas e livros da internet, de livros impressos e de publicações científicas. Alerta-se que não tem o rigor científico, mas pode ajudar na compreensão de dados socioeconômicos de Jutai comparados, principalmente, com os dados dos municípios da microrregião do Alto Solimões. Está subdividido em i. Exploração e Formação Econômica; ii. Diagnóstico socioeconômico; iii. Estratégias de mitigação de entraves para o desenvolvimento.

Exploração e Formação Econômica

No relato do frei Carvajal, integrante do grupo liderado na viagem realizada por Francisco Orellana em 1542, ao longo do rio Amazonas em busca de alimentos, ele registra que se surpreendeu com a qualidade da cerâmica de uma pequena aldeia onde havia uma casa de diversões com muita louça dos mais variados feitios.

[...] Ao falar dos índios, da relação de troca entre eles e de suas práticas agrícolas afirma que [...] havia grande quantidade de comida, tanto tartaruga nos currais e tanques, como muita carne, peixe para secar e biscoitos feitos de milho e mandioca, tudo em abundância (Garcia, 2005, p. 18-19). Evidencia-se que no século XVI além da prática da coleta (extrativismo) já era dominada a prática agrícola e de produção pelos índios da Amazônia.

Destaca-se, porém, que a economia de caça e coleta é a forma mais primitiva e primária das atividades econômicas, pois antecede a revolução da agricultura e de formas produtivas mais avançadas. Existe um enorme custo social para o trabalhador que vive isolado no meio da floresta, onde inexistem comunidades

organizadas e nenhum serviço de infraestrutura, de apoio à saúde e educação. Essas atividades geram um regime de exploração quando não de servidão e completo desamparo e desassistência. Esse tipo de coleta (extrativismo) tanto o que era praticado como o atual preserva a natureza, mas conserva também a pobreza (Benchimol, 2011, p. 99).

Predominavam, inicialmente, as banhas de tartaruga e de peixe-boi, as chamadas drogas do sertão (cacau, castanha do Brasil, urucum, cravo etc.), madeiras, ervas e plantas medicinais, os frutos nativos exóticos e peixes de água doce. Nas terras de Jutai ainda são encontradas algumas dessas riquezas naturais como a seringueira (*hevea brasiliensis*) e madeiras de boa qualidade, como cedro, jacareúba, peixes de várias espécies e animais silvestres, além de minerais, como a possível existência de petróleo e do ouro que mais recentemente voltou a ser explorado.

A atividade econômica de Jutai se concentrava no início do século XX ao longo dos rios que representavam a comunicação na região com o resto do mundo. Circulavam no rio Solimões barcos a vapor que regulavam a vida econômica, apanhando os principais produtos de exportação da época nos portos de Tefé, Caiçara (atual Alvarães) e Coari. Assim como outros municípios, Fonte Boa passou a ser incluído no roteiro dos comerciantes. Já dispunha de razoável infraestrutura comercial e produtiva, contando com escolas, correios e engenhos de açúcar em alguns de seus distritos: Procellos, São Vicente do Tupé e Uaiá. Já existiam fábrica de aguardente, fábrica de sabão, fábrica de conservas, a sede da “Empresa Jutahy”, exportadores de lenha e madeira e fábrica de vassouras. Diversos botequins espalhados já eram encontrados nos distritos: Uará, Auati-Paraná, Foz do Jutahy, Sacambu, Sapó, Copatana e Porto Antunes (Almanak Laemmert, 1931 *apud* Silva, 2017, p. 296).

Desde o início da segunda metade do século XIX, a borracha natural viria se tornar por um certo período a maior fonte de riqueza da Amazônia (e mesmo do Brasil), em particular de Jutai. Conquistou o interesse das indústrias da Europa e da América do Norte, alcançando elevado preço e atraindo estrangeiros que queriam conhecer a seringueira e os métodos e processos de

extração, a fim de tentar também lucrar de alguma forma com o produto.⁵⁹

O interesse pela borracha começou quando o naturalista francês Charles Marie de La Condamine se interessou pela seiva com a qual os indígenas da Amazônia, no século XVIII, confeccionavam objetos. Ele relatou sua descoberta na Academia de Ciências da França, em 1774: “Os índios fabricam garrafas, botas e bolas ocas, que se achatam quando apertadas, mas que tornam a sua primitiva forma desde que livres”. O interesse pela borracha natural pode ter iniciado a partir daí. A primeira fábrica de produtos de borracha (ligas elásticas e suspensórios) surgiu na França, em Paris, no ano de 1803. Porém foram os índios centro-americanos os primeiros a descobrir e fazer uso das propriedades singulares da borracha natural. Mas foi na floresta amazônica que de fato se desenvolveu a atividade da extração da borracha, a partir da seringueira (*Hevea brasiliensis*).⁶⁰

O primeiro boom da borracha dura pouco. O primeiro Ciclo da Borracha Amazônica é considerado o período 1870-1913 (Martins, 2010). Já em 1900 o produto começa a ser fortemente explorado na Ásia, posteriormente interrompendo a primazia brasileira nesse mercado. O boom, porém, ocorreu em 1912 e o ápice da depressão em 1932. A região amazônica entra em decadência. O preço máximo foi alcançado em 1910, representando 40% do total da exportação brasileira. Comparando o ano de 1910 com 1932, o preço da borracha amazônica caiu drasticamente desfazendo como um pesadelo o sonho da fortuna que parecia tanto real e possível (Peixoto, s.d.).

O monopólio amazônico foi progressivamente desarticulado a partir da década de 1910, quando plantações britânicas estabelecidas no Sudeste Asiático, a partir de sementes contrabandeadas da Amazônia em 1876, sendo um dos casos mais célebres da biopirataria da história moderna, alcançaram maior produtividade e reduziram os preços no mercado internacional.

59 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha. Acesso em: 23 abr. 2020.

60 Disponível em: https://www.catalogodasartes.com.br/historia_arte/BBe/. Acesso em: 23 fev. 2026.

A concorrência asiática precipitou a crise da economia extrativista regional, evidenciando sua dependência de um único produto de exportação.⁶¹

Após esse primeiro ciclo da borracha, houve novamente crescimento em período curto durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), chamado segundo ciclo da borracha (1942-1945). Quando as forças japonesas dominaram militarmente o Pacífico Sul nos primeiros meses de 1942 e invadiram também a Malásia, o controle dos seringais passou a estar nas mãos dos nipônicos, o que culminou na queda de 97% da produção da borracha asiática. Para suprir a borracha necessária para o material bélico dos Forças Aliadas, em maio de 1941 o governo brasileiro fez acordos com o governo dos Estados Unidos, chamados de Acordos de Washington, que desencadeou uma operação em larga escala de extração de látex na Amazônia - operação que ficou conhecida como a Batalha da Borracha. O governo dos Estados Unidos pagava ao governo brasileiro cem dólares por cada trabalhador entregue na Amazônia.⁶²

Passado o período do boom da borracha, a partir da década 1950 várias iniciativas de desenvolvimento da Amazônia foram adotadas por diversos governos, com reflexo na economia de Jutai. Por exemplo, primeiros projetos de extração de minerais; criação de instituições bancárias e agências de desenvolvimento para gerenciar a ocupação da região, principalmente para exploração de madeira e minérios; avanço das fronteiras agrícolas e a doação de glebas de terra para colonos etc. (Silva, 2017).

Cenário Econômico, Extração Ilegal de Recursos Naturais, Impacto Ambiental e Conflitos Sociais

A partir da década de 1960, os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais passaram a chamar a atenção para os impactos ambientais na Amazônia. Assim, o extrativismo mais

61 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha. Acesso em: 23 fev. 2026.

62 Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em: 23 fev. 2026.

recentemente foi substituído pela doutrina do desenvolvimento sustentável e da valorização da biodiversidade. É redescoberto como uma atividade não predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia, perdendo assim seu caráter de atividade arcaica para ressurgir como uma atividade que garante a conservação da biodiversidade.⁶³ As atividades extrativistas, entretanto, se constituem ainda uma parte significativa da renda de muitas famílias espalhadas nas comunidades de Jutai.

Nos anos 2000, mediante uma nova realidade econômica no Brasil, o desmatamento passou a ter como principais responsáveis a expansão do agronegócio e o extrativismo vegetal e mineral, muitas vezes praticados de forma ilegal.⁶⁴ De 2003 a 2009, 81 milhões de hectares de terras federais foram utilizadas para assentamentos de reforma agrária, preservação ambiental ou para projetos indígenas.⁶⁵

Desde 2010, os projetos de infraestrutura propostos e já concluídos, em conjunto com os planos de investimento, passaram a ameaçar diretamente ou exercer pressão sobre 68% das terras indígenas e áreas naturais protegidas na região amazônica.⁶⁶ Somados a essa problemática, em anos recentes aumentaram as ações para a exploração do petróleo, gás, madeira e ouro que se tornaram os produtos mais valiosos na Amazônia e de controvérsias. A exploração desses produtos vem sempre acompanhada do risco de elevado impacto ambiental, sendo o ouro acusado de associação a danos à saúde humana pela contaminação de mercúrio.⁶⁷

No Amazonas, o surgimento de petróleo por iniciativa da Petrobrás ocorreu na cidade de Nova Olinda em 1955. Entretanto,

63 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/conteudo-publicitario/projeto-sustentabilidade/preservacao-da-amazonia/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

64 Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/desmatamento-da-amazonia.htm>. Acesso em: 13 jan. 21.

65 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt. Acesso em: 23 fev. 2026.

66 Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/>. Acesso em: 13 jan. 21.

67 Disponível em: <https://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/contaminacao-por-mercúrio/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

os investimentos de prospecção no Amazonas foram reduzidos a partir da década de 60 com prioridade para outras regiões do país. A retomada da prospecção ocorreu a partir dos anos 70, com novos poços em Nova Olinda e a descoberta de gás no Juruá no início da década de 80. Na mesma década, na microrregião do Alto Solimões, Jutai e Benjamin Constant foram consideradas áreas de potencial conflito, por terem áreas indígenas onde passaram a ser realizadas prospecções de petróleo. Foram iniciados testes de detonação sísmica e pista de pouso em Bom Futuro no Rio Jutai também em áreas indígenas nas terras Ticuna e Kulina. No início da década de 90, indígenas ameaçaram acampamentos da Petrobrás no Rio Jutai (Ricardo, s.d.).

No II Encontro de Caciques, realizado pelo Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju), em agosto de 2025, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena (TI) Estrela da Paz, representando em torno de 5.700 indígenas da região do médio rio Solimões, em que participaram 32 caciques e mais de 150 lideranças dos povos Kokama, Tikuna, Kambeba e Katawaixy das Terras Indígenas, manifestaram preocupação de ameaça de ocupação de suas terras: ⁶⁸

Há invasão nos territórios por pessoas que retiram madeira, peixe e caça de forma predatória, insegurança nos rios e nos territórios por causa das ações de piratas e traficantes, entrada descontrolada nas aldeias de drogas e bebidas alcoólicas, com o garimpo aumentando na região, próximos e até mesmo dentro dos territórios (Conselho Indígena Missionário, p. 1).

Garimpos ilegais representam encrência na área ambiental. São vários os exemplos de quilômetros e quilômetros de rios contaminados, recortados e revirados por maquinário pesado para a retirada de ouro. Entretanto é a principal atividade econômica e fonte de renda de parte significativa da população ou que se beneficia do garimpo. Deve-se levar em conta que garimpeiro não é sinônimo de bandido, mas que encontra no garimpo seu único meio de subsistência (Gonçalves, 2020). Esta pode ser a situação atual do garimpo em Jutai.

68 Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/09/ii-encontro-caciques-jutai/>. Acesso em: 20 de ago. 2026.

No Quadro 6, a seguir, é apresentado um esboço resumido dos principais marcos por período, descrevendo um paralelo de acontecimentos do desenvolvimento do Amazonas e de Jutai.

Quadro 6 – Marcos da economia da Amazônia e Jutai

Período	Amazônia	Jutai
Até o final do século 18	Os portugueses descobrem a Amazônia	Primeiras viagens de exploração do rio Jutai e afluentes
1ª metade do século 19	A economia da Amazônia permanece estagnada	O ritmo da economia segue o padrão geral
Fim do século 19	Surge o ouro negro (petróleo); Começo do boom da borracha	Cresce a produção da borracha
1875-1945	Ciclo da borracha	A produção da borracha gerou riqueza; terceiro produtor do Estado
1870-1913	O primeiro Ciclo da Borracha Amazônica; O preço máximo em 1910, representando 40% da exportação brasileira; O boom ocorreu em 1912.	A riqueza também é gerada no município
1900	A borracha começa a ser produzida na Ásia; impacto forte no futuro na economia	Sofre os efeitos no futuro
1932	Depressão nos EUA; A região amazônica entra em decadência	Sofre os efeitos do declínio da economia

1940-1945	Uma segunda chance à borracha brasileira e depois o declínio	Voltou a crescer a produção e a disputa entre os seringalistas
Anos 1960	Expansão da fronteira agrícola e início de movimentos ambientalista	Economia estagnada
Anos 1970	Ampliação do desmatamento	Intensificação da exploração de madeira
Anos 1980	O ambientalismo ganha força	Intensificam-se os debates sobre Planos de Manejo e nova prospecção de petróleo
Anos 1990	Expansão do agronegócio e extrativismo vegetal e mineral	Ganham força as Organizações Sociais, RESEX, ONGS; indígenas reagem à invasão de suas terras
Anos 2000	Aumento do desmatamento; extração de minerais; pressão por sustentabilidade	Prospecção de petróleo e propagação do garimpo

Fonte: Adaptado de Peixoto (2009)

O OURO DA RIQUEZA E DA POBREZA

José Edmilson Souza⁶⁹

As observações, estimativas de valores, quantidades e relatos contidos neste capítulo são fruto do registro pessoal da minha viagem a Jutai em setembro de 2020. Os dados apresentados foram coletados por meio de observação direta, conversas informais com moradores, comerciantes e residentes, portanto narrativas orais. Trata-se, da percepção geral da realidade socioeconômica sobre a comunidade jutaiense naquele momento, sem embasamento estatístico oficial e de fontes plenamente confiáveis dos fatos.

Após quase 10 anos, retornei a Jutai no mês de setembro de 2020 para tratar dos negócios da família. Pude perceber uma mudança radical no ambiente socioeconômico, principalmente se comparado com a realidade da minha última visita.

Na minha viagem anterior, podia-se estimar que na sede Foz do Jutai não mais que 10% eram as construções das residências em alvenaria, enquanto em 2020 já eram estimadas mais de 50% delas, com contornos de modernidade, tanto no projeto quanto em cômodos e acabamento, muradas, providas de ar-condicionado e a maioria já dispõe de piscina.

Praticamente todas as novas residências, com esse novo padrão, já abrigavam em suas garagens carros do tipo Caminhonete S10, Frontier e similares. As bicicletas que predominavam como meio de transporte na cidade vinham sendo substituídas por motocicletas. Já existiam, estimativa por alto, aproximadamente, 800 motos, 300 carros, 50 flutuantes e 100 lanchas e 50 dragas. A explicação para esse novo cenário era o garimpo.

Explorado no Rio Jutai e seus afluentes crescia em velocidade atordoante, com impacto positivo na economia e na qualidade

69 José Edmilson Souza (1963), filho de Pedro Costa de Souza (Pedrão) e Clarice Costa de Souza.

de vida das pessoas, porém possivelmente com impacto no meio ambiente. Estimava-se à época em cerca de 30 proprietários de lanchas potentes para realizar as viagens, que demoravam aproximadamente de 8 a 10 horas da Foz até o local do garimpo. A economia passou a ser dominada pela riqueza gerada pelo ouro, tendo participação bem expressiva no dinheiro que circulava no município, o restante complementado pelos recursos da prefeitura e uma parcela significativa e preocupante do tráfico de drogas.

Com a riqueza gerada pelo ouro, observou-se, entretanto, o aprofundamento da concentração de renda em favor dos garimpeiros (os novos ricos) e dos comerciantes, distanciando-se da renda média ou do patrimônio médio da população, embora a renda per capita também tenha se elevado, ao mesmo tempo que surgiam novas construções de elevado padrão e novos carros, motos e lanchas.

Já existiam umas 30 casas de material de construção, vários depósitos de bebida: água, refrigerante e principalmente bebida alcoólica, monopólio de gás de cozinha e combustível, uns 20 negociantes de ouro, alguns supermercados, garimpeiros que possuem em alguns casos até 3 dragas.

Pala ilustrar os impactos econômicos ouvi de um vendedor de churrasquinho (o espetinho de beira de calçada) que chega a vender R\$1.000/dia. Ouvi dizer que um vendedor de sanduíche tipo X salada, misto, etc., pode vender diariamente cerca de R\$700,00. Uma cozinheira que se dispunha a cozinhar nos garimpos podia ganhar de R\$ 7.000 a 8.000/mês, um garimpeiro podia ganhar de R\$ 40.000 a R\$ 80.000/mês. Ressalta-se que a moeda das transações nos garimpos é o ouro. Ouvi dizer (pode ser boato) também que o frenesi das construções e de consumo de bebida alcoólica em algum momento implicou na falta de dinheiro no Banco e em circulação na cidade, tendo que se buscar recursos no Banco de Fonte Boa.

O aumento da riqueza teve reflexos, em contrapartida, no aumento de custo de vida da população. Já se falava em preocupação crescente como os possíveis danos ambientais provocados pelo garimpo e o aumento de algumas doenças como câncer que pouco existiam, associadas ao mercúrio para depurar o ouro.

É necessário averiguar qual o tamanho dos danos ambientais e se é possível calcular os indícios de que os leitos dos rios estão sendo seriamente afetados pelas dragas que transportam grande volume de massa de lama para as margens dos rios, a fim de facilitar a peneira do ouro com o auxílio do mercúrio.

A impressão que se tem é a de que a infraestrutura do município não tem acompanhado na mesma velocidade o crescimento econômico. Observava-se crescente receio com segurança pública, tanto pela violência quanto pelo trânsito frenético, exigindo regras mais rígidas como sinalização adequada, uso de capacete, faixas para pedestres etc., ocasionada pelo crescimento do número de carros e principalmente de motocicletas.

Não se sabe por quanto tempo vai perdurar o movimento de exploração de ouro em Jutai que apesar da carência de regras mais rígidas e controle do poder público, vislumbram-se também oportunidades de um novo cenário: i. abastecimento de produtos de consumo aos garimpeiros e suas famílias, uma vez que permanecem de 2 a 4 meses nos garimpos; ii. capacitação de mão de obra para atender a demanda dos garimpos e por novos serviços que surgem na cidade; iii. tributação da exploração dos garimpos como, por exemplo, proporcional ao porte das dragas, gerando mais recursos para a prefeitura aplicar em serviços que beneficiem a população.

Quais foram as principais mudanças socioeconômicas em Jutai após o garimpo?

A exploração do garimpo no Rio Jutai e seus afluentes promoveu uma transformação radical no cenário socioeconômico do município, caracterizada por um enriquecimento rápido, mas também pelo surgimento de novos desafios sociais e ambientais. As principais mudanças identificadas por meio de consultas a fontes diversas incluem:

Transformação Urbanística e Padrão de Consumo

- **Habitação:** Houve uma mudança drástica nas moradias. Antes, apenas 10% das casas na sede eram de alvenaria; em 2020, esse número saltou para mais de 50%. As novas construções apresentam projetos modernos, acabamentos refinados, muros, ar-condicionado e, frequentemente, piscinas.
- **Mobilidade:** O uso de bicicletas foi amplamente substituído por veículos motorizados. Surgiu uma frota significativa de caminhonetes de luxo (como S10 e Frontier), além de um aumento expressivo no número de motocicletas (cerca de 800), lanchas (100) e dragas (50).

Dinâmica Econômica e Renda

- **Economia do Ouro:** O ouro passou a dominar a circulação de riqueza no município, servindo inclusive como moeda de troca direta nos locais de extração.
- **Altos Ganhos:** O garimpo elevou a renda per capita de certos setores. Um garimpeiro pode ganhar entre R\$ 20.000 e R\$ 40.000 mensais, enquanto cozinheiras nos garimpos chegam a receber de R\$ 7.000 a R\$ 8.000. Até o setor de alimentação informal foi impactado, com vendedores de espetinhos faturando até R\$ 1.000 por dia.
- **Concentração de Riqueza:** Apesar do aumento da renda média, houve um aprofundamento da desigualdade, com a riqueza concentrada nas mãos de garimpeiros (“novos ricos”) e comerciantes, distanciando-os do restante da população.

Impactos Sociais Negativos

- **Custo de Vida e Segurança:** O aumento da riqueza gerou uma elevação no custo de vida. Além disso, houve um aumento na insegurança pública, tanto pela violência quanto pelo trânsito caótico causado pelo excesso de veículos sem a devida sinalização ou fiscalização.

- **Criminalidade:** Destaca-se a participação “expressiva e preocupante” do tráfico de drogas na composição do dinheiro que circula na cidade, acompanhando a riqueza gerada pelo ouro.

Saúde e Meio Ambiente

- **Contaminação por Mercúrio:** Existe uma preocupação crescente com os danos ambientais nos leitos dos rios e com o aumento de doenças como o câncer, associadas ao uso de mercúrio para depurar o ouro.

- **Infraestrutura Defasada:** A infraestrutura urbana não acompanhou a velocidade do crescimento econômico, resultando em carências em serviços públicos e regulação. O frenesi de consumo chegou a causar, em certos momentos, falta de papel-moeda nos bancos locais.

Em resumo, Jutaí vivia um cenário de prosperidade material visível, mas marcada pela dependência de uma atividade extrativista que tem impactado o aumento de inflação local, riscos à saúde pública e desafios de segurança.

Qual a melhor maneira para o município aproveitar o momento?

Com base nas diversas fontes consultadas, a melhor forma de o município aproveitar o momento atual de riqueza gerada pelo ouro é focar em três frentes de oportunidade estratégicas identificadas no texto, além de fortalecer a gestão pública para garantir a sustentabilidade desses ganhos.

As principais oportunidades para o município são ações complementares e necessárias para que esse “aproveitamento” seja duradouro e não resulte apenas em problemas sociais e ambientais no futuro, as fontes sugerem que o município precisa agir em:

- **Infraestrutura e Segurança:** O crescimento econômico foi mais rápido que a capacidade do poder público de organizar a

cidade. É urgente investir em sinalização de trânsito e regras de segurança para conter a violência e o trânsito frenético de motos e caminhonetes.

- **Saúde e Meio Ambiente:** É necessário realizar um controle rigoroso sobre o uso do mercúrio e o impacto das dragas nos rios, visando prevenir o aumento de doenças graves, como o câncer, que já preocupam a população local.

- **Mitigação da Desigualdade:** O município deve buscar políticas que distribuam melhor a renda, uma vez que a riqueza atual está muito concentrada nas mãos de garimpeiros e grandes comerciantes, aprofundando o abismo social.

Qual a melhor maneira da população se beneficiar neste momento?

Para que a população de Jutai seja efetivamente beneficiada pelo atual momento de “frenesi” do ouro, sugere-se que o caminho passe tanto pela inserção na nova dinâmica econômica quanto pela exigência de uma gestão pública, que busque criar mecanismos que estimule a criação de riqueza não apenas para o setor privado, mas também para o bem-estar coletivo.

CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

Dimas Lasmar

Neste capítulo são analisados os dados e indicadores de desenvolvimento de Jutaí, tendo como principal fonte o Censo de 2022 e dados atualizados posteriormente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,⁷⁰ e outras fontes pesquisadas na internet, por exemplo PNUD/ONU, de anos mais recentes. Conclui-se com propostas genéricas de mitigação para os problemas socioeconômicos.

A análise baseia-se nos dados e indicadores comparativos dos municípios da microrregião do Alto Solimões: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tonantins e Jutaí. Em alguns casos comparam-se com as médias do Amazonas e Brasil.

Os indicadores seguiram o padrão de apresentação do IBGE, embora nem todos constem nas tabelas, e foi destacada, em alguns casos, a posição no estado e na microrregião. A posição de Jutaí levou em conta os 9 municípios da microrregião do Alto Solimões e não, como em alguns casos, os 7 municípios de maior influência conforme considerado pelo IBGE, portanto, nestes casos a posição na microrregião neste estudo difere ligeiramente do daquela apresentada pelo IBGE.

A apresentação da análise segue a ordem dos indicadores do IBGE, embora apenas alguns foram considerados: i. População; ii. Trabalho e Rendimento; iii. Economia; iv. Educação; e v. IDHM. No último tópico são apresentadas algumas recomendações genéricas e superficiais sobre a mitigação de entraves socioeconômicos.

⁷⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

População

Na tabela 1 observa-se que Jutai detém a 6^a. maior população da microrregião do Alto Solimões e a 27^a. do estado, enquanto ocupa a 8^a posição em densidade demográfica na microrregião à frente apenas de Atalaia do Norte. O território do município com 69.459,501 km² de área é o segundo maior da microrregião situando-se atrás apenas de Atalaia do Norte, enquanto ocupa a 9^a posição do estado.

Tabela 1 – População e demografia dos municípios do Alto Solimões

Municípios	População 2010 (1)	População 2022 (2)	Posição Estado 2022 (3)	Posição Microrreg. (4)	Densidade Demog. 2010 (5)	Densidade Demog. 2022 (6)
Amaturá	9.467	10.819	58°.	9°.	1,99	2,28
Atalaia do Norte	15.153	15.314	50°.	8°.	0,20	0,20
Benjamin Constant	33.411	37.648	15°.	2°.	3,80	4,32
Fonte Boa	22.817	25.871	26°.	3°.	1,88	2,13
Jutai	17.992	25.172	27 ^a	6 ^a	0,26	0,36
Santo Antônio do Içá	24.481	28.211	24°.	5°.	1,99	2,28
São Paulo de Olivença	31.422	32.967	19°.	4°.	1,59	1,68
Tabatinga	52.272	66.764	7°.	1°.	16,21	20,48
Tonantins	17.079	19.247	40°.	7°.	2,66	2,99

Fonte: Adaptado de dados do site do IBGE⁷¹

Legenda: (1 e 2) Número de habitantes no município; (3) posição no Estado; (4) posição na microrregião do Alto Solimões; (5 e 6) número de habitantes por km²

71 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Jutai. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jutai%C3%AD>. Acesso em: 16 jan. 21.

Trabalho e Rendimento

Na tabela 2, percebe-se que Jutai ocupa a 7ª posição em salário médio mensal, com rendimento de R\$ 1.300,00, ficando à frente apenas de Santo Antônio do Içá e Tonantins. 50% da população ocupada ganha até 1/2 salário-mínimo, situando-se na 7ª posição da microrregião, ficando à frente tão somente de Benjamin Constant e Tabatinga.

Tabela 2 – População e Trabalho

Municípios	Sal. médio mensal 2023 (1)	Estado 2023 (2)	Microrreg. 2023 (3)	Pessoal ocupado 2023 (4)	% até 1/2 2010 (5)
Amaturá	1,6	27º.	4º.	735	55,6%
Atalaia do Norte	1,8	13º.	2º.	1.827	55,3 %
Benjamin Constant	2,1	5º.	1º.	3.040	49,3 %
Fonte Boa	1,5	33º.	5º.	3.300	53,3 %
Jutai	1,30	45º	7º	1036	50%
Santo Antônio do Içá	0,8	59º.	8º.	2.763	54,4 %
São Paulo de Olivença	1,8	13º.	2º.	2.707	54,8 %
Tabatinga	1,5	33º.	5º.	6.992	48,2 %
Tonantins	0,7	60º.	9º.	2.340	54,2 %

Fonte: Adaptado de dados do site do IBGE

Legenda: (1) Salário médio per capita em R\$ 1.000,00; (2) Posição de salário médio mensal no Estado; (3) Posição de salário médio mensal na Microrregião do Alto Solimões; (4) Pessoal ocupado em postos de trabalhos formais; (5) percentual da população com rendimento de até 1/2 salário mínimo

Economia

Na tabela 3, nota-se que Jutai alcançou R\$ 15.674,15 de PIB per capita em 2023, ocupando o 1º. lugar na microrregião e a 26ª. posição no estado. Ao analisar a trajetória desse indicador no site do IBGE, percebe-se um crescimento significativo desde 2010 que era de R\$ 4.995,84 em valores nominais. Observa-se, entretanto, um contraste com a 7ª posição em salário médio mensal na microrregião permitindo inferir que o crescimento no PIB, possivelmente pela exploração do ouro, conduziu a uma concentração de renda. Isto exige medidas mais assertivas para expandir a riqueza gerada para o restante da população.

Tabela 3 – PIB Per capita e Receita

Municípios	PIB Per capita R\$ (2023) (1)	Estado (2)	Microrregião (3)	Tot. de receitas R\$ 1.000 2023 (4)	Estado (5)	Microrregião (6)
Amaturá	12.453,24	52º.	7º.	78.507.614,16	62º.	9º.
Atalaia do Norte	13.501,95	37º.	2º.	136.460.379,70	34º.	7º.
Benjamin Constant	12.469,33	50º.	6º.	298.316.827,30	11º.	2º.

Fonte Boa	12.536,38	49°.	5°.	161.138.661,73	26°.	6°.
Jutaí	15.674,15	26°.	1°.	192.019.359,90	26°.	5°.
Santo Antônio do Içá	12.558,12	48°.	4°.	198.661.293,85	20°.	4°.
São Paulo de Olivença	10.871,49	60°.	9°.	240.500.065,99	16°.	3°.
Tabatinga	12.726,63	46°.	3°.	439.511.531,19	7°.	1°.
Tonantins	11.149,91	59°.	8°.	128.973.583,74	38°.	8°.

Fonte: Adaptado de dados do site do IBGE

Legenda: (1) PIB por habitante; (2) Posição no PIB no Estado; (3) Posição no PIB da microrregião do Alto Solimões; (4) Total da Receita do município no ano; (5) Posição da receita no Estado; (6) Posição na microrregião do Alto Solimões

Educação

Jutaí ocupa a 5ª posição na microrregião, com 94,75% de escolarizados de jovens de 6 a 14 anos em 2022 e a 47ª posição do estado, apesar de apresentar progresso comparado com 2010. Educação é a base de desenvolvimento então esse indicador aponta para a necessidade urgente de ações contundentes para mitigar essa fragilidade.

Tabela 4 – Educação: alunos escolarizados

Municípios	Escolarizados 6-14 anos 2010 (1)	Escolarizados 6-14 anos 2022 (2)	No Estado (3)	Na Região (4)	Anos iniciais fundamental 2022 (5)	Anos finais fundamental 2022 (6)
Amaturá	86,3 %	98,91%	6º.	1º.	3,8	4,0
Atalaia do Norte	65,5 %	89,7 %	55º.	9º.	3,9	3,6
Benjamin Constant	89,6 %	98,56 %	7º.	2º.	5,4	4,4
Fonte Boa	84,8 %	97,3 %	21º.	4º.	3,9	3,5

Jutaí	88,4 %	94,75%	47°	5°.	4,2	3,3
Santo Antônio do Içá	85,2 %	94,01 %	50°.	6°.	4,9	3,9
São Paulo de Olivença	85,2 %	85,53 %	59°.	6°.	4,4	4,3
Tabatinga	91,2 %	97,46 %	20°.	3°.	4,8	4,6
Tonantins	86,7 %	81,18 %	61°.	8°.	5,6	4,7

Fonte: Adaptado de dados do site do IBGE

Legenda: (1 e 2) Taxa de escolarização; (3) Posição no Estado; (4) Posição na microrregião do Alto Solimões em 2022; (5) IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública); (6) IDEB -Total de anos finais do fundamental da Rede Pública

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Na tabela 5, observa-se a evolução do IDHM dos municípios da microrregião do Alto Solimões e como referência o de Manaus, por deter o maior índice do Estado. Verifica-se que Jutai apresentou um crescimento importante nas duas décadas: 1991-2000, 2000-2010 (último dado disponibilizado pelo IBGE), ainda assim se situava na 7ª posição na microrregião. Este indicador é contraditório com o indicador de renda per capita em que o município se encontra em 1º lugar na microrregião, indicando a necessidade de melhorar nas outras dimensões que compõem o IDHM: longevidade e educação.

Tabela 5 – IDHM – Alto Solimões

Municípios	1991 (1)	2000 (2)	2010 (3)	Posição Região (4)
Amaturá	0,254	0,413	0,56	3º.
Atalaia do Norte	0,246	0,348	0,45	9º.
Benjamin Constant	0,3	0,389	0,574	2º.
Fonte Boa	0,243	0,32	0,53	5º.
Jutaí	0,187	0,304	0,516	7º.
Santo Antônio do Içá	0,206	0,306	0,496	8º
São Paulo de Olivença	0,269	0,324	0,521	6º.
Tabatinga	0,449	0,47	0,654	1º.
Tonantins	0,257	0,327	0,548	4º.
Manaus	0,521	0,601	0,737	1º.

Fonte: Adaptado de IBGE⁷²

Legenda: (1), (2) e (3), IDHM nos anos de 1991, 2000 e 2010 (último ano disponível na página do IBGE), respectivamente; (4) Posição de cada município entre os municípios da microrregião.

72 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama.%20%3cAcesso%20em:%2020/8/2026%20https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 20 ago. 2026.

O quadro 6 apresenta os municípios da microrregião e do Amazonas entre os 50 piores municípios do Brasil no indicador IDHM em 3 décadas diferentes, sendo a última disponível pelo IBGE a de 2010. Em uma delas, em 2000, Jutai estava incluído, porém não mais constando na década seguinte, 2010, em que aparecem outros três municípios da microrregião. Todavia ainda se apresentava na 51ª posição do Estado e na posição 5.440 entre os 5.570 municípios do Brasil, situando-se entre os piores. Muito embora com tendência de melhoria, esse indicador deve ser acompanhado com muita atenção e esforço dedicado para melhorá-lo cada vez mais.

Quadro 6 – Municípios do Amazonas entre os 50 piores IDHM do Brasil

Microrregião	1991	2000	2010
Alto Solimões	Nenhum	Jutai	Santo Antônio do Içá, Atalaia do Norte
Amazonas (resto)	Tapauá	Tapauá, Maranhã, Pauini	Tapauá, Barcelos, Maranhã, Pauini, Ipixuna, Santa Isabel do Rio Negro, Itamarati,

Fonte: Adaptado de PNUD

Mitigação de Entraves Socioeconômicos

Não existem soluções simples para problemas socioeconômicos, uma vez que em grande parte são específicos de cada lugar e as propostas dependem do olhar e percepção de cada um. Assim, serão analisados apenas alguns entraves dos mais relevantes do município, com breves e superficiais abordagens de análise da situação e possíveis medidas de mitigação de problemas que afetam a população por meio de políticas públicas, categorizados para simplificar em: I. Educação; II. Economia; e III. Qualidade de Vida.

A experiência de países, regiões e localidades que se desenvolveram mais recentemente teve como primeiro foco melhorar significativamente a qualidade da educação, apoiada em estratégias e ações que incorporaram os diversos tipos de conhecimento locais.

Adotar medidas para sair da incômoda 47ª posição no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do último Censo do IBGE (2022) no estado para níveis minimamente razoáveis parece ser urgente. Algumas dessas medidas são amplamente conhecidas tais como buscar um pacto social com a comunidade local, grupos sociais, políticos e empresários, em um esforço coletivo que transcende ideologias e interesses particulares. Para tanto, é essencial criar incentivos que premiem alunos e professores que alcancem metas estabelecidas; remunerar melhor os professores; focar áreas do conhecimento para melhorar o desempenho como matemática e português; implementar instrumentos para reduzir a evasão escolar de jovens e o baixo nível de escolaridade de adultos; recompensar financeiramente famílias com baixa renda cujos filhos consigam bom desempenho escolar e permaneçam mais tempo na escola, entre várias outras.

Existem diversas atividades, além do cumprimento das curriculares previstas nos programas educacionais criados pelo governo federal, que poderiam ser implementadas para melhorar o nível da educação e formação profissional do município. Uma delas é a criação de escolas que privilegiem a atividade econômica, com ênfase na geração de rendas para as famílias que criem produtos com base nas potencialidades locais, como as escolas de arte e ofício da Suíça, ou escola de formação profissional do Senai e escolas agrícolas nos diversos modelos existentes no país, que envolvam professores, estudantes e profissionais com experiência em alguma atividade prática como a pesca, carpintaria, instalação elétrica e hidráulica, cultivo agrícola, culinária, artesanato, pintura, produção de artefatos para a construção civil etc.

Estar em 1º lugar na microrregião do Alto Solimões, embora na posição intermediária de 26º lugar no estado, conforme Censo do IBGE de 2022, no indicador renda per capita, já apresenta uma perspectiva positiva. Todavia, deve-se observar que a exploração de garimpo mais recentemente, assim como foi a exploração da borracha no passado, proporcionou melhorias na economia local, permanecendo a impressão de que ampliou a distância da renda dos mais abastados para a renda média das famílias, muito embora sem a queda na renda per capita.

As potencialidades atualmente, sem esgotar a lista, apontam sobretudo para o ouro, petróleo, madeira, que tem o ônus de possíveis impactos ambientais, além do pescado, e alguns frutos extrativistas nativos como o açaí e o cupuaçu. Deve-se observar os poucos mencionados e não explorados: ecoturismo, turismo de pesca esportiva e de datas festivas.

A exploração dessas riquezas para benefício da população local não pode ser ignorada, o que falta é encontrar e criar mecanismos que atendam, sobretudo, as diretrizes de sustentabilidade ambiental e de conservação. Legalizar a exploração do garimpo e a de madeira, exclusivamente por garimpeiros e madeireiros locais, respectivamente, exige um esforço de autoridades municipais e beneficiários dessa atividade com urgência. A exploração da madeira, por exemplo, poderia ficar restrita para uso na construção de residências e prédios públicos no próprio município, apoiada em plano de manejo.

O cultivo de espécies de ciclo curto como o feijão, arroz e hortaliças em áreas de várzea, por proporcionarem adubo natural rico em nutrientes no período de vazante dos rios poderia ser estimulada, prática que era comum no passado às pequenas famílias espalhadas nos diversos rios afluentes do Rio Jutaí.

A pesca de subsistência sempre foi uma atividade praticada pelos povos da Amazônia. Em Jutaí, os peixes lisos, que ainda são pouco consumidos pela população, no passado eram vendidos para os regatões que vinham do Peru e Colômbia. O peixe, embora ainda bastante consumido tem sido substituído parcialmente por produtos embutidos e outros de procedência de fora. Isto revela

que há uma grande oportunidade que pode reverter esse processo e aumentar o consumo de peixe pescado ou cultivado nos rios e lagos do município, respeitando-se o período de defeso, com até ganhos nutritivos.

Considerando que os royalties recebidos pelos municípios no país pela exploração de petróleo representam uma fonte de renda bastante expressiva, ações empreendidas pelo poder público poderiam viabilizar a exploração desse produto em Jutai. Apesar dos possíveis impactos ambientais, os benefícios decorrentes de sua exploração seriam bastante compensadores, cujos recursos poderiam ser aplicados nas mais diversas atividades com benefícios para a população.

A existência de boa infraestrutura e suporte na logística, incluindo a mobilidade urbana, nas comunicações e atividade produtiva, é fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico. Destacam-se algumas dessas atividades:

- Pesca e pescado – prover pescadores de recursos para a conservação do pescado, visto que se estima a perda em cerca de 40% do produto no Amazonas; disponibilizar recursos para viabilizar o cultivo em lagos de algumas espécies como pirarucu e tambaqui por serem de elevado consumo e de valor monetário;
- Demanda de produtos naturais locais – incorporar produtos como o cacau, pupunha, tucumã, banana, cará, batata doce, açaí entre outros na merenda escolar, pela riqueza de nutrientes que agregam e pelo benefício econômico aos produtores e economia locais;
- Transporte – melhorar ou proporcionar meios de transporte de produtos agrícolas para consumo nas áreas urbanas e venda para outros mercados;
- Internet – disponibilizar os melhores recursos possíveis de comunicação entre os empreendedores, fornecedores e clientes;
- Energia – buscar fontes alternativas de energia mais baratas, menos poluentes e de mais baixo custo como mini hidrelétricas, energia solar e eólica;
- Instalações industriais – criar incubadoras de empresas e outras instalações para abrigar micro e pequenas empresas que apresentem melhores tecnologias e agreguem valor aos insumos produzidos localmente;

- Capacitação – criar condições para a capacitação de pessoal envolvido com atividades produtivas que agreguem valor aos recursos do município.

Qualidade de Vida

São diversos os meios para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Elas permeiam as diversas áreas com impactos na melhoria de indicadores de desenvolvimento por meios de algumas ações tais como: o aumento da renda, do nível de educação, da qualidade da saúde com redução da mortalidade infantil; ampliação e melhoria de espaços para lazer e prática esportiva; cuidados com o meio ambiente, arborização, urbanização, mobilidade urbana entre diversos outros. Como poderiam ser colocados em prática, a partir de algumas ações, por exemplo:

- Educação – trata-se possivelmente do indicador mais importante, portanto, investir na educação torna o indivíduo capaz de tomar decisões mais conscientes sobre suas escolhas, com reflexos positivos na saúde, renda e empregabilidade;
- Urbanização – antes de tudo, planejar o espaço territorial de Foz do Jutai, considerando as recorrentes perdas em consequência das “terras caídas”. Outras ações são igualmente importantes: melhorar a mobilidade de transporte e a sinalização das ruas; disciplinar o maior meio de transporte, a motocicleta; ampliar espaços para uso de bicicletas, construir calçadas amplas para pedestres; melhorar o saneamento básico; construir poços artesianos; instalar sanitários nas casas de comunidades mais pobres; construir lixeira para processar o lixo da área urbana etc.;
- Esporte, lazer e cultura – é necessário incentivar a prática de diversos esportes para os jovens de ambos os sexos. Espaços para o lazer é fundamental para o acesso dos membros da comunidade: áreas verdes, parques, pistas de caminhadas, balneários públicos, praças etc. “Povo sem cultura é povo sem história”, então museu que conte a história do município, assim como as diversas atividades culturais devem ser incentivadas.

Referências

- AMAZONAS. *Lei n.º 96, de 13 de dezembro de 1963*. Cria outros Municípios no Estado do Amazonas, altera os limites de Jacaré e Apapóris. Manaus: Assembleia Legislativa, [1963]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1963/12/9743. Acesso em: 14 fev. 2026.
- Amazônia: *Grandes Reportagens*. Disponível em: http://www.estadao.com.br/amazonia/reservas_reserva_especial.htm. Acesso em: 24 fev. 2013.
- BENCHIMOL, S. *Amazônia: a guerra na floresta*. 2. ed. Manaus: EDUA, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. *Reserva Extrativista do Rio Jutai*. Plano de Manejo da RESEX do Rio Jutai. Tefé -AM: ICMBio, 2011.
- CICLO da borracha. *Wikipédia: a enciclopédia livre*. [S. l.]: Fundação Wikimedia, 2026. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_da_borracha. Acesso em: 23 abr. 2020.
- DESLIZAMENTO em fevereiro volta a ameaçar povo de Jutai. *RealTime1*. Disponível em: <https://realtime1.com.br/deslizamento-em-fevereiro-volta-a-ameacar-povo-de-jutai/publicado>. Acesso em: 04 out. 2023.
- GARCIA, E. *Amazonas, Notícias da História: Período colonial*. Norma Editora, 2005. 160 p.
- GONÇALVES, E. O que revela a megaoperação contra o garimpo ilegal na Amazônia. *VEJA*, São Paulo, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-que-revela-a-megaoperacao-contr-o-garimpo-ilegal-na-amazonia/>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- GREGÓRIO, V. M. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, p. 185-212, jan./abr. 2009.
- GUITARRARA, P. Desmatamento na Amazônia: causas e efeitos. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/desmatamento-da-amazonia.htm>. Acesso em: 13 jan. 21.

- GUITARRARA, P. Povos indígenas no Brasil. *Mundo Educação*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-populacao-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.
- HARARI, Y. N. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. 48. ed. Porto Alegre: L&P, 2019.
- HENRIQUE, M. C.; MORAIS, L. T. Estradas Líquidas, Comércio Sólido: Índios e Regatões na Amazônia (Século XIX). *Revista de História*, São Paulo, n. 171, jul./dez. 2014. ISSN 0034-8309. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092014000200049. Acesso em: 17 abr. 20.
- HIGA, C. C. Ciclo da Borracha. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em: 23 fev. 2026.
- INFRAESTRUTURA amazônica coloca em risco 68% das terras indígenas/ áreas protegidas: relatório. *Amazônia Socioambiental*. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- INICIATIVAS que unem preservação da Floresta e prosperidade econômica podem ser a resposta para a preservação da Amazônia. *Gazeta do Povo*, 28 jun. 2024. Conteúdo de marca. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/conteudo-publicitario/projeto-sustentabilidade/preservacao-da-amazonia/>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: 06 mar. 2013.
- JATOBÁ. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. [S. l.]: Wikimedia Foundation, [s. d.]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jatob%C3%A1>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- JUTAÍ. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. [S. l.]: Fundação Wikimedia, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Juta%C3%AD>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- LISBOA, H. F. *Fonte Boa: Chão de Heróis e Fanáticos: um novo olhar*. Sindicato Nacional dos Editores de Livro, 2013, p. 184.
- LITAIFF, O. *Cidade do Amazonas pode ter fenômeno das “Terras Caídas”*. Manaus: Rádio Rio Mar, 6 out. 2023. Disponível em: <https://radioriomarfm.com.br/cidade-do-amazonas-pode-ter-fenomeno-das-terras-caidas/>. Acesso em: 06 out. 2023.

- LUZIA, J. R. S.; OLIVEIRA, E. C. L. Os donos do Rio: do processo de exploração à emancipação do Rio Jutai (1940 a 1970). *Revista Psicologia & Saberes*. v. 8, n. 12, 2019.
- MARTINS, E. Regatão: herói atípico da Amazônia sábado. *Amanacre, blog Elson Martins*, 28 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.almanacre.com/2010/08/regatao-heroi-atipico-da-amazonia.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Ministério Público acompanha obra de contenção da orla de Jutai para garantir segurança da população*. Manaus: MPAM, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/comunicacao/noticias/ministerio-publico-acompanha-obra-de-contencao-da-orla-de-jutai-para-garantir-seguranca-da-populacao>. Acesso em: 23 set. 2025.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Terras caídas*: MPAM recomenda medidas urgentes para realocação de famílias ameaçadas pelo fenômeno em Jutai. Manaus: MPAM, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/comunicacao/noticias/terras-caidas-mpam-recomenda-medidas-urgentes-para-realocacao-de-familias-ameacadas-pelo-fenomeno-em-jutai>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- OS SERINGUEIROS da Amazônia. Couro Vegetal. https://www.amazonlink.org/seringueira/couro_vegetal_seringueiros.html. Acesso em: 23 abr. 2020.
- PEIXOTO, F. Linha do tempo: entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia. *BBC News Brasil*, [S. l.], 22 jul. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt. Acesso em: 23 fev. 2026.
- PRIMEIROS humanos teriam chegado à América do Norte 15 mil anos antes do que se pensava. *O Globo*, com agências internacionais, Caderno Sociedade, 23/07/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/primeiros-humanos-teriam-chegado-america-do-norte-15-mil-anos-antes-do-que-se-pensava-24545048>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- REMINISCÊNCIAS do Ciclo da Borracha. In: *Catálogo das Artes*. São Paulo, 19 jan. 2008. História da Arte. Disponível em: https://www.catalogodasartes.com.br/historia_arte/BBe/. Acesso em: 23 fev. 2026.

- RICARDO, B. *Petróleo na Amazônia brasileira: cronologia de fatos destacados*. [S. l.]: Instituto Socioambiental, [s. d.]. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/petroleo-na-amazonia-brasileira-cronologia-de-fatos-destacados>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- SILVA, J. C. L. História Econômica da Região Norte: do Século XX aos Dias Atuais. *Brasil Escola*. Geografia do Brasil, 2017. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-norte-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- SILVA, K. Reflexões Sobre Violência e Deslocamentos de Povos Índios na Amazônia. *Mediações*, Londrina, v. 22, n. 2, p. 277-319, jul./dez. 2017.
- TORRES, V. Moradores temem desmoronamento em cidade no interior do Amazonas. *G1 AM*. Manaus: Rede Amazônica, 4 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/04/moradores-temem-desmoronamento-em-cidade-no-interior-do-amazonas-video.ghtml>.

Sobre os organizadores



Silvia Maria de Oliveira

Nascida em 1955. Administradora de Empresa, Gestora Ambiental e Aposentada. Filha de Cícero Gomes de Oliveira (Tuchaua) e Gilda Mendes de Oliveira, neta de Francisco de Oliveira e de Teotonílio Mendes Cavalcante.



Dimas José Lasmar

Nascido em 1958. Professor Doutor da Universidade Federal do Amazonas. Filho do ex-prefeito de Jutai, Elizeu de Araújo Lasmar, e de Cleia Oliveria Lasmar, neto de Cícero Gomes de Oliveira (Tuchaua) e de Francisco Araújo Lasmar.

<i>título</i>	Jutaí: histórias contadas à sombra do jatobá
<i>organizadores</i>	Silvia Maria de Oliveira Dimas José Lasmar
<i>tipografia</i>	April Fatface Alumni Sans Tiffin Latin VF
<i>número de páginas</i>	194

Setembro de dois mil e vinte e seis, cinquenta e nove anos após a publicação da primeira edição de *Topônimos Amazonenses: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação*, de Octaviano Mello.



para conhecer mais da *editora*UEA e de nossas publicações,
acesse o qr code abaixo



ueaeditora





editora
UEA



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

